



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARCOS VINÍCIUS GEHRING PALLADINO

**UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS ACERCA DO *BREXIT*
VEICULADOS PELO JORNAL *FOLHA DE SÃO PAULO***

LONDRINA
2023

CENTRO DE LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MARCOS VINÍCIUS GEHRING PALLADINO

**UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS ACERCA DO *BREXIT*
VEICULADOS PELO JORNAL *FOLHA DE SÃO PAULO***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Arias Neto

LONDRINA
2023

Palladino, Marcos Vinícius Gehring.

Uma análise dos discursos acerca do Brexit veiculados pelo jornal Folha de São Paulo / Marcos Vinícius Gehring Palladino. - Londrina, 2023. 112 f.

Orientador: José Miguel Arias Neto Arias Neto. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, 2023. Inclui bibliografia.

1. Compreensões a respeito dos discursos veiculados no Jornal Folha de São Paulo, que versaram a respeito do movimento que marcaria o fim da união entre Reino Unido e União Europeia (Brexit) - Tese. 2. Nova história política - Tese. 3. Análise textual discursiva - Tese. I. Arias Neto, José Miguel Arias Neto. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 93

MARCOS VINÍCIUS GEHRING PALLADINO

**UMA ANÁLISE DOS DISCURSOS ACERCA DO *BREXIT* VEICULADOS PELO
JORNAL *FOLHA DE SÃO PAULO***

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em História Social.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Miguel Arias Neto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Matheus de Oliveira Pereira
Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo - PUC-SP

Prof. Dr. Francisco Cesar Alves Ferraz
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 10 de maio de 2023.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. José Miguel Arias Neto, meu orientador de todas as horas, que acompanhou este trabalho desde sua gênese até a sua conclusão, em tempos de pandemia.

À minha mãe Jéssica, que nunca me deixou voltar atrás na decisão de concluir o que comecei.

Se fiz descobertas valiosas, foi mais por ter paciência do que qualquer outro talento.

Isaac Newton

PALLADINO, Marcos Vinícius Gehring. **Uma análise dos discursos acerca do *Brexit* veiculados pelo jornal *Folha de São Paulo***. 2023. 112 f. Dissertação de Mestrado – Mestre em História Social – Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

RESUMO

O governo britânico empregou um referendo, em junho de 2016, indagando a sua população a respeito da permanência do Reino Unido na União Europeia. O termo *Brexit*, formado da abreviação de “British exit” (saída britânica), começou a ser utilizado comumente para manifestar tal processo. Nesse sentido, esta pesquisa objetiva compreender a respeito dos discursos veiculados no jornal *Folha de São Paulo*, que versaram a respeito do movimento que marcaria o fim da união entre Reino Unido e União Europeia. Para isso, analisamos os discursos presentes nesse jornal, bem como os fatores considerados para construir as opiniões apresentadas. Pretendendo alcançar os objetivos propostos, utilizei a metodologia da análise textual discursiva, tendo como base o jornal *Folha de São Paulo* do ano de 2016.

Palavras-chave: *Brexit*; União Europeia; Reino Unido.

PALLADINO, Marcos Vinícius Gehring. **An analysis of the speech about Brexit veiled by the newspaper *Folha de São Paulo***. 2023. 112 f. Master thesis – Master in História Social – Centro de Letras e Ciências Humanas (CLCH), Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

ABSTRACT

The British government held a referendum in June 2016 asking its population whether the United Kingdom should remain in the European Union. The term “Brexit”, formed from the abbreviation of “British exit”, began to be commonly used to express such a process. In this sense, this research aims to understand about the movement that would mark the end of the unity between the United Kingdom and the European Union. For this, we analyzed the speeches present in this newspaper, as well as the factors considered to build the opinions presented. Intending to achieve the proposed objectives, we used the methodology of discursive textual analysis, based on the newspaper *Folha de São Paulo* of the year 2016.

Key-words: Brexit; European Union; United Kingdom.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Relação das matérias selecionadas para análise	55
Quadro 2 – Fragmentos/unidades de análise da <i>Folha de São Paulo</i> (junho de 2016) e as suas correspondentes reescritas	63
Quadro 3 – Unidades de significado semelhantes agrupadas para constituir uma única unidade	69

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	80
----------------	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BREXIT	Saída do Reino Unido da União Europeia
BRICLab	Centro de Estudos Sobre Brasil, Rússia, Índia e China
CIS	Customs Information System
CE / CEE	Comunidade Econômica Europeia
CECA	Comunidade Europeia do Carvão e do Aço
Euratom	Comunidade Europeia de Energia Atômica
Faperj	Instituto de Pesquisa Científica do Rio de Janeiro
Folha	Jornal <i>Folha de São Paulo</i>
IVC	Instituto Verificador de Comunicação (IVC)
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
RU	Reino Unido
UE	União Europeia
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UKIP	Partido da Independência do Reino Unido
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 MOTIVAÇÕES INICIAIS PARA FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E A REPRESENTATIVIDADE DA FOLHA DE SÃO PAULO	15
1.1. Os SENTIDOS DE SE CRIAR UMA COMUNIDADE ECONÔMICA	16
1.2. Os PRIMEIROS PASSOS: A COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO	16
1.3. A AMPLIAÇÃO DA UE	17
1.4. A CRIAÇÃO DO EURO E OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA	17
1.5. A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM	18
1.6. AS CONDIÇÕES DE ENTRADA DO REINO UNIDO NA UNIÃO EUROPEIA	21
1.7. A <i>FOLHA</i> COMO JORNAL REPRESENTATIVO DA VISÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA	23
2 INVESTIGAÇÕES SOBRE O BREXIT	29
2.1 A TRAJETÓRIA DO <i>BREXIT</i>	30
2.2 O <i>BREXIT</i> COMO MOVIMENTO INTEGRANTE DO RECRUDESCIMENTO DA EXTREMA-DIREITA NO MUNDO	30
2.2.1 O UKIP E SUA INFLUÊNCIA NO <i>BREXIT</i>	35
2.2.2 HTP: UMA TEORIA RECENTE DE ESTUDO HISTORIOGRÁFICO?	40
2.2.3 SOBRE A VISÃO DE “POLÍTICA” ADOTADA NESTE TRABALHO	42
3 A FOLHA DE SÃO PAULO E O BREXIT	45
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO CORPUS DOCUMENTAL	49
3.2 A ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA	54
3.2.1 O METATEXTO	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	87
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

O Reino Unido demonstrou conflitos de interesses e discordâncias sobre as suas atribuições dentro da União Europeia (UE) desde que passou a fazer parte dela. A UE constitui um bloco econômico, político e social, criado com a finalidade de integrar os países europeus, por meio de diversos mecanismos de cooperação entre os membros.

À vista disso, o crescimento do euroceticismo – uma reação negativa à ação de integração da União Europeia – manifestou uma parte considerável da política britânica, gerando implicações que culminaram com o referendo para o *Brexit* no dia 23 de junho ano de 2016.

O termo *Brexit* é resultado da abreviação de *British exit* (saída britânica) e passou a ser empregado para manifestar a retirada do Reino Unido da União Europeia. Esse movimento foi organizado por parte da sociedade britânica. Diversos foram os motivos que originaram o *Brexit*: o crescimento do euroceticismo, a crise das democracias liberais ocidentais, o ultranacionalismo e, em último grau, a xenofobia, uma vez que, nas últimas décadas, o número de refugiados que migraram para os países europeus aumentou, tendo como causa principal as guerras e os conflitos armados em seus países de origem.

É necessário ressaltar que o *exit* simboliza não apenas a saída no sentido do “abrir mão” dos acordos econômicos que cabem à União Europeia, mas às burocracias e aos limites designados por elas. Diz respeito à tomada de decisões com relação à padronização de produtos e de serviços, à livre circulação de pessoas, à delimitação de taxas alfandegárias, à correção de juros, às transferências e à circulação de recursos, entre outras questões.

Esta pesquisa objetivou compreender como o fenômeno político do *Brexit* foi explorado pela mídia brasileira e, para isso, foram selecionados os discursos veiculados no jornal *Folha de São Paulo*, de grande circulação e com presença significativa no cenário nacional, com a maior tiragem do país. Além disso, no período de maior intensidade de campanha e de debate midiático sobre o *Brexit*, a *Folha de São Paulo* já liderava o ranking de maior jornal em circulação. De janeiro a novembro de 2016, uma pesquisa do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) mostrou que a *Folha* passou a contar com 316.083 assinantes, com 148.730 no material impresso e com 167.353 no material digital (o quadro com o ranking encontra-se disponível nos

anexos do trabalho). Esses números possibilitam que se presentifique maior expressão no contexto de veiculação de informação bem como de adesão do público brasileiro ao jornal.

O material selecionado versou sobre as perspectivas veiculadas pelos articulistas que escrevem pela *Folha* e se referem ao período do mês de junho de 2016, mês do referendun britânico. O objetivo foi perscrutar a pluralidade de visões veiculadas pelo jornal nesse curto espaço de tempo. Para isso, analisei os discursos presentes nesse meio de comunicação, assim como os fatores considerados pelos articulistas da *Folha* nas opiniões apresentadas.

Utilizei a análise textual discursiva como ferramenta analítica (MORAES, 2008; MORAES e GALIAZZI, 2006). Optei por essa abordagem, pois ela transita entre duas formas consolidadas de análise na pesquisa qualitativa: a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso. Além disso, os autores argumentam que esse método oportuniza ao pesquisador o entendimento de ciência, de sua produção, do objeto de pesquisa e da produção escrita, o que culmina com a reconstrução do sujeito pesquisador.

A análise textual discursiva, utilizada neste trabalho, seguiu as seguintes etapas: 1) após selecionados alguns dos principais referenciais que tratam do *Brexit*, foi realizada a unitarização, primeira etapa da análise, por meio das suas três subetapas: fragmentação, reescrita das unidades e atribuição de título para cada unidade 2) Para finalizar a unitarização, as unidades de análise, com mesmo significado, foram agregadas para comporem uma única unidade, à qual foi dada um título. Desse processo, obtivei seis unidades de significado.

Prosseguindo com os passos apresentados por Moraes (2003), busquei as prováveis aproximações de significado entre as unidades de análise obtidas para comporem as categorias. Assim, agrupei as unidades que se referem a um mesmo princípio. Verificadas e agrupadas as unidades de análise emergentes do *corpus*, obtive as categorias. Esse conjunto de categorias caracteriza o que os autores dos textos selecionados expressam sobre o *Brexit*.

Para finalizar o procedimento de análise textual discursiva nesta etapa da pesquisa, foi elaborado um metatexto, que apresenta as novas compreensões e entendimentos consequentes da aplicação dessa metodologia, uma outra concepção do material analisado. É necessário destacar aqui que o presente trabalho visou compreender estritamente como o *Brexit* foi tratado pelos articulistas que publicaram pela *Folha*, buscando elaborar uma dimensão que se pretendeu mais ampla e

profunda, no sentido explicativo e interpretativo a respeito do tema político selecionado.

Nesse sentido, este trabalho foi estruturado da seguinte forma: a introdução, na qual apresento minha problemática, fontes e metodologia. No primeiro capítulo, são apresentados apontamentos a respeito do que se pode chamar de um mundo “pós-internacional” e como o *Brexit* se enquadra nele, discorrendo sobre o tema, sobre sua trajetória e sobre suas implicações. No capítulo seguinte, abordo a análise textual discursiva, a metodologia utilizada, o material a ser analisado, o processo para a realização das análises e o metatexto, produto final das análises. Por fim, no último capítulo, apresento os resultados obtidos e, finalmente, teço as considerações finais. Assim, espera-se que, ao fim do trabalho, ao analisar os discursos a respeito do fenômeno do *Brexit* por meio da *Folha*, esta pesquisa possa contribuir, de alguma maneira, para a Nova História Política bem como para as análises da comunicação na imprensa, sobretudo em como a política pode ser debatida pelos colunistas em seus artigos de opinião.

CAPÍTULO I

MOTIVAÇÕES INICIAIS PARA A FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA E A REPRESENTATIVIDADE DA *FOLHA DE SÃO PAULO*

1.1 OS SENTIDOS DE SE CRIAR UMA COMUNIDADE ECONÔMICA

A União Europeia é uma organização política e econômica composta por 27 países membros. Foi criada com o objetivo de promover a integração econômica e política entre eles, promovendo a cooperação em diversas áreas, como comércio, segurança e defesa, meio ambiente e direitos humanos. Neste tópico, abordaremos a história da União Europeia, desde seus primeiros passos até os dias atuais, destacando seus principais marcos e desafios.

1.2 OS PRIMEIROS PASSOS: A COMUNIDADE EUROPEIA DO CARVÃO E DO AÇO

A história da União Europeia remonta ao período pós-Segunda Guerra Mundial, quando a Europa estava devastada e dividida em dois blocos, liderados pelos Estados Unidos e pela União Soviética. Em meio a essa situação, surgiram as primeiras ideias de cooperação entre os países europeus, com o objetivo de evitar novos conflitos e promover a paz e a prosperidade na região. O primeiro passo nessa direção foi a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), em 1951. A CECA foi criada por seis países: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos. A ideia por trás da criação da CECA era unir os recursos de carvão e de aço desses países, para promover a cooperação econômica e evitar novos conflitos entre eles:

A UE foi criada no rescaldo da Segunda Guerra Mundial. Os primeiros passos foram promover a cooperação econômica: a ideia sendo que os países que negociam entre si se tornariam economicamente interdependentes e, portanto, mais propensos a evitar conflitos (COSTA, 2020, p. 31).

A CECA foi um sucesso e serviu de base para a criação de outras comunidades europeias nos anos seguintes. Em 1957, foi criada a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atômica (Euratom), que juntas formaram a chamada "Comunidade Europeia". A CEE objetivava promover a livre circulação de bens, de serviços e de pessoas entre os países membros, enquanto a Euratom visava coordenar a pesquisa e o desenvolvimento da energia nuclear na Europa.

1.3 A AMPLIAÇÃO DA UE

Nos anos seguintes, a Comunidade Europeia passou por diversas ampliações, com a adesão de novos países. Em 1973, a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido se juntaram à CE, seguidos pela Grécia em 1981, por Portugal e pela Espanha em 1986, pela Áustria, Finlândia e Suécia em 1995 e por oito países do leste europeu em 2004: Chipre, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta, Polônia e Eslováquia. Assim, em

[...] 1º de janeiro de 1973 ocorreu o primeiro alargamento da Comunidade com a adesão da Dinamarca, Irlanda e Reino Unido. Contrariamente ao que é frequentemente reivindicado, esse alargamento não prejudicou o processo de integração. De certa forma, ele até facilitou seu ressurgimento, gerando novas expectativas em relação ao Mercado Comum (COSTA, 2020, p. 31).

Essas ampliações foram importantes para consolidar a UE como uma das principais organizações políticas e econômicas do mundo. Além disso, a adesão desses países do leste europeu representou uma vitória da democracia e dos valores europeus, após décadas de regimes autoritários e opressivos.

1.4 A CRIAÇÃO DO EURO E OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO ECONÔMICA

Em 1992, foi assinado o Tratado de Maastricht, que criou a União Europeia como a conhecemos hoje. O tratado foi um marco na história da União Europeia. Ele estabeleceu as bases para a integração política e econômica da União Europeia e criou instituições e políticas comuns, como o euro e a política externa e de segurança comum. Uma das principais inovações do Tratado de Maastricht foi a criação do euro, a moeda única da União Europeia. A ideia por trás do euro era promover a integração econômica dos países membros, facilitando o comércio e os investimentos e reduzindo os custos das transações monetárias. O euro foi lançado em 1999, inicialmente como uma moeda virtual e, em 2002, foi introduzido em forma de cédulas e de moedas:

Em janeiro de 1999, onze Estados-Membros passaram para uma moeda única - o euro - e, a partir deste momento, o Banco Central Europeu (BCE) tornou-se responsável pela política monetária desses países, com a Grécia se tornando o décimo segundo Estado a ingressar na zona do euro em 2001 (desde então, esse número aumentou para dezenove) (COSTA, 2020, p. 46).

O euro teve um impacto significativo na economia da União Europeia. Ele facilitou o comércio entre os países membros, reduziu os custos das transações monetárias e aumentou a transparência e a estabilidade do sistema financeiro europeu. No entanto, o euro também trouxe desafios e problemas. A crise financeira de 2008-2009 e a crise da dívida soberana de 2010-2012 expuseram as fragilidades do sistema financeiro europeu e questionaram a sustentabilidade do euro como moeda única. A crise da dívida soberana foi especialmente grave, afetando vários países da União Europeia, como Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda. Esses países enfrentaram altas taxas de desemprego, queda na atividade econômica e cortes nos serviços públicos, como parte dos esforços para reduzir seus déficits fiscais e sua dívida pública. A crise da dívida soberana levantou questões sobre a natureza da integração econômica e sobre o papel das instituições europeias na gestão da crise:

[...] a UE logo enfrentou uma nova rodada de dificuldades relacionadas à estabilidade da zona do euro. Em 2008 e 2009, no contexto de agravamento da crise financeira dos EUA, os Estados europeus foram desorganizados em sua resposta para ajudar seus bancos. Isso causou a deterioração das finanças públicas de muitos países da zona do euro e uma grave erosão da confiança do mercado na solvência de alguns Estados, como a Irlanda e a Grécia. No final de 2009, a “crise da dívida” eclodiu em vários Estados, ameaçando a credibilidade e a continuidade da zona do euro (COSTA, 2020, p. 50).

Nesse contexto, vários países membros da UE foram afetados pela crise, com um aumento no desemprego e na dívida pública. A crise colocou em xeque a viabilidade da união monetária e econômica da União Europeia, levando a um debate sobre a necessidade de reformas na arquitetura institucional da UE, isso serviu para o recrudescimento do sentimento eurocético dentro do Reino Unido bem como contribuiu para reafirmação política da decisão britânica em ter permanecido utilizando a libra, ficando fora da zona do euro. Passarei, a seguir, a outra questão desafiadora na história UE: a política de segurança.

1.5 A POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA COMUM

Uma inovação do Tratado de Maastricht foi a criação da política externa e de segurança comum da União Europeia. A ideia por trás dessa política era promover a cooperação entre os países membros em questões de segurança e defesa,

fortalecendo a posição da Europa no cenário internacional. A política externa e de segurança comum incluiu a criação da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD), que tinha como objetivo estabelecer uma capacidade militar europeia para operações de gestão de crises e manutenção da paz.

O Conselho passa a aprovar medidas por maioria qualificada que devem corresponder a 55% dos países do bloco, sendo aproximadamente 65% da população da União Europeia. Enquanto ao Tribunal de Justiça da União Europeia, sua jurisdição é estendida a todos os domínios da União, com exceção à política externa e de segurança comum. Sobre a política externa e de segurança comum é adicionada a cláusula de defesa mútua a qual garante que todos os países da organização ajudariam outro Estado-Membro em caso de ataque (UE, 2009 *apud* CUNHA *et al.*, 2020, p. 23).

A política externa e de segurança comum da União Europeia teve um papel importante em várias crises internacionais, como a Guerra do Kosovo em 1999, a Guerra do Afeganistão em 2001 e a Guerra do Iraque em 2003. Ainda assim, ela também enfrentou percalços e desafios. Os desafios enfrentados pela Política Externa de Segurança Comum da União Europeia são diversos e complexos, abrangendo desde a necessidade de coordenação entre Estados membros com interesses e prioridades divergentes até a busca de uma estratégia comum em um ambiente internacional em constante evolução. Além disso, muitas vezes, os países membros têm visões divergentes sobre como lidar com questões como a Rússia, o Oriente Médio e a África, o que torna difícil a formulação de uma política externa de fato “comum” propriamente dita, bem como implica a complexidade do termo. Logo

[...] o próprio conceito de política externa comum para o qual tendem hoje em dia os Estados membros da União Europeia, não é óbvio. Do ponto de vista da escola realista das relações internacionais, a política externa continua a ser a expressão do interesse nacional de um Estado, em competição com outros Estados. Neste esquema, o conceito de política externa comum pode, pois, surgir como um contra-senso ou uma heresia (salvo para reduzir uma tal política externa comum ou uma aliança clássica – portanto, provisória e constituída contra um inimigo concreto – o que não é o caso da União Europeia). Se, em contrapartida, aceitarmos a ideia da implementação possível, num futuro próximo, de uma política externa europeia comum, parece, ao invés, que são os esquemas teóricos realistas que, apesar dos seus contributos inegáveis para o estudo da política externa, necessitam de ser revistos. Seja qual for a postura adoptada, parece que a ambição proposta pela União Europeia impõe uma nova reflexão sobre o conceito e a prática da política externa na Europa (CHARILLON, 2001, p. 128).

Assim, pode-se dizer que um dos maiores desafios da política externa e de segurança comum da UE reside, sobretudo, na dificuldade em alcançar uma posição consensual entre os países membros sobre todas as questões acima mencionadas, bem como delimitar o aparato conceitual que gira em torno da ideia do “comum” entre os países-membros. Outro desafio para a Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) da UE é a falta de capacidade militar.

A PCSD confere à União capacidade militar e de defesa para atuação no exterior no campo da pacificação, prevenção de conflitos e fortalecimento da segurança internacional. Comparada às formas comuns de políticas de defesa, a PCSD é concebida como uma política de gerenciamento de crises, bem como para o desenvolvimento de capacidades. Isso se reflete em suas duas dimensões, militar e civil. Na dimensão militar, a UE depende das “capacidades disponibilizadas pelos Estados-Membros” (artigo 42 do TUE), devido à inexistência de suas tropas ou equipamentos da União. A dimensão civil inclui a disponibilização de pessoal não militar para auxílio na construção da paz e ajuda na estabilização um país após um conflito (COSTA, 2020, p. 196).

Embora a União Europeia tenha estabelecido uma política de defesa comum, a capacidade militar é limitada em comparação a outras potências militares, como os Estados Unidos. A falta de capacidade militar limita a capacidade da União Europeia de agir de forma autônoma em diversas questões de segurança e de defesa e, muitas vezes, depende da OTAN para garantir a segurança da Europa.

[...] grandes desafios que a segurança europeia enfrentou durante a última década para nos apercebermos de que quanto mais o que está em jogo se afasta da definição militar de segurança, maior capacidade têm os Europeus para a tratar. Em contrapartida, quanto mais se trata de gerir dimensões militares, mais a Europa parece ser impotente (CHARILLON, 2001, p. 105),

Por fim, posso dizer que a PESC da UE apresenta, como problema, não só a questão de capacidade militar, bem como a necessidade de superar a lacuna entre ambições declaradas e as capacidades efetivas, além de lidar com a pressão de atores regionais e globais e enfrentar questões como a segurança energética, o terrorismo transnacional e os desafios cibernéticos. Como a União Europeia é composta por países com diferentes histórias, culturas e interesses, é difícil alcançar um ponto de anuência sobre questões de política externa e de segurança.

1.6 AS CONDIÇÕES DE ENTRADA DO REINO UNIDO NA UNIÃO EUROPEIA

A história das condições de ingresso do Reino Unido na União Europeia é conflituosa e tem suas raízes na história política e econômica do Reino Unido do pós-guerra. O Reino Unido inicialmente não se agregou à Comunidade Europeia (CE), precursora da União Europeia (UE), quando foi fundada em 1957. Os britânicos visavam à criação de uma outra comunidade econômica – o EFTA – como reação à criação da CEE:

Em 1960 o Reino Unido sugeriu a criação do EFTA – Associação Europeia de Livre Comércio, ao qual aderiram mais sete países, dentre eles a Áustria e Suíça, sendo uma resposta à criação da CCE – Comunidade Econômica Europeia, que tinha em sua origem a proposta de um mercado comum europeu. Um Mercado Comum é uma modalidade de União Aduaneira que presume a livre circulação/comércio dos fatores de produção dentro do mercado da mesma forma que dentro do território de cada país (CABRAL, 2013 *apud* RACY *et al.*, p. 4, 2020).

Contudo, o êxito da comunidade não foi o previsto, e, embora tenha sido criada em 1960 com o objetivo de promover o livre comércio entre seus membros, que inicialmente incluíam a Noruega, a Suíça, a Áustria, a Dinamarca, o próprio Reino Unido, o Portugal e a Suécia, a EFTA viu sua influência diminuir ao longo dos anos. A adesão de vários de seus membros à CEE, enfraqueceu a organização. Além disso, a comunidade enfrentou dificuldades em firmar acordos comerciais significativos com outras nações, o que reduziu sua relevância em comparação a outras organizações internacionais, assim, os britânicos se viram – ainda que com obstáculos – obrigados a pedir a adesão à CE:

[...] o sucesso econômico do EFTA não foi o esperado, e o Reino Unido tentou por duas vezes participar da CCE, mas a participação não foi aceita pela França que, na figura do general Charles de Gaulle, possuía o receio de que houvesse uma aliança entre o Reino Unido e os Estados Unidos, em um período que coincidia com a Guerra Fria. Apenas após a saída do general do poder, os acordos com o Reino Unido começaram a ser viabilizados (SZUCKO, 2016 *apud* RACY *et al.*, p. 4, 2020).

O primeiro pedido de adesão do Reino Unido à CE foi feito em 1961, mas foi rejeitado pelo presidente francês, Charles de Gaulle, que receava que a entrada do Reino Unido na CE enfraquecesse a integração europeia. A França temia que o Reino Unido, como um país anglo-saxão, pudesse agir como um lóbi para os interesses dos

Estados Unidos dentro da CE e minar o projeto europeu. Após a rejeição de seu pedido de adesão, o Reino Unido se concentrou em construir laços mais estreitos com os Estados Unidos e com seus antigos impérios, como a Comunidade Britânica de Nações. No entanto, na década de 1960, os britânicos começaram a perceber que sua economia estava perdendo terreno em relação a seus pares europeus e que a entrada na CE poderia oferecer benefícios econômicos significativos. Em 1967, o Reino Unido solicitou novamente a adesão à CE e, dessa vez, recebeu um parecer favorável. Porém, a entrada do Reino Unido na CE foi novamente bloqueada pela França, que estava preocupada com as consequências econômicas da entrada britânica para a agricultura francesa.

Após anos de negociações difíceis e com a ajuda da diplomacia alemã, o Reino Unido finalmente entrou na CE em 1º de janeiro de 1973, juntamente com a Dinamarca e a Irlanda. A entrada britânica na CE foi vista como um passo significativo para a integração europeia, mas também vista com cautela por alguns países europeus que temiam a influência do Reino Unido no futuro da UE. Desde a sua entrada, o país foi um membro relutante à integração dentro da União Europeia, muitas vezes buscando exceções às regras e aos regulamentos do bloco, como quando, após o Tratado de Maastricht (1992) – que possibilitou a criação do euro em 1999 –, o RU manteve seu isolamento monetário, conforme Menabb, (s.d. *apud* RACY *et al.*, 2020), o fato de o Reino Unido não ter adotado o euro, optando por manter a libra esterlina como sua moeda, indica que sempre houve a tentativa britânica de conservar certa autonomia em relação ao bloco, sem a intenção de aprofundar a integração.

O Reino Unido optou por permanecer fora da União Monetária Europeia, o que significa que manteve sua própria moeda, a libra esterlina, em vez de adotar o euro. O país também negociou várias exceções aos tratados europeus, incluindo a Carta dos Direitos Fundamentais da UE e a Política de Imigração Comum. A história das condições de entrada do Reino Unido na UE é um exemplo de como as relações políticas e econômicas sofreram alterações ao longo do tempo e como os países membros podem se mostrar ou não unânimes em relação às tomadas de decisão dentro do bloco. Nessa lógica, as últimas consequências dessa situação instável de unanimidade, aliada a outros fatores, como o crescimento do euroceticismo e dos movimentos reacionários britânicos, culminaram no *Brexit*:

O resultado do referendo do Brexit é indicativo tanto do processo de revolta contra Bruxelas quanto de uma expressão definitiva do

excepcionalismo britânico. Comumente considerado o berço do próprio fenômeno e tendo sempre demonstrado uma forte atração pelo euroceticismo em comparação com a opinião pública no continente, o relacionamento do Reino Unido com seus parceiros europeus tem, há tempos, sido problemático e desconfortável (COSTA, 2020, p. 60).

Assim, ao longo de sua história, o Reino Unido sempre teve uma relação ambígua e complicada com a UE. O país se juntou ao que era então a Comunidade Econômica Europeia em 1973, mas, desde então, tem sido cético em relação a muitos aspectos da integração europeia. O país não adotou o euro como sua moeda, optou por manter seus próprios controles de fronteira e nunca aderiu à política de livre circulação de pessoas dentro da UE. Por um lado, sua localização geográfica o tornou um centro importante do comércio europeu e, por outro, a ilha da Grã-Bretanha sempre se sentiu diferente dos países continentais. A campanha pelo *Brexit* foi baseada em argumentos que alimentavam o excepcionalismo britânico, afirmando que o país poderia prosperar fora da UE, mantendo sua soberania e sua identidade únicas. Argumentos econômicos e de imigração também foram usados, mas a narrativa da independência e da diferença cultural foram fundamentais para a vitória do *Brexit*.

A seguir, arguiremos sobre o porquê de o jornal *Folha de São Paulo* ter sido selecionado para nossa análise acerca dos discursos veiculados sobre o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia, bem como representa uma visão significativa e representativa por parte da imprensa brasileira.

1.7 A *Folha* COMO JORNAL REPRESENTATIVO DA VISÃO DA IMPRENSA BRASILEIRA

Para o intento desse trabalho, existem pontos que justificam a utilização dos discursos veiculados pelos articulistas da *Folha de São Paulo*, dado que o jornal pode ser considerado como porta-voz de uma parcela considerável da imprensa brasileira, uma vez que é um dos principais jornais impressos do Brasil com uma longa história e um amplo alcance de leitores. Fundado em 1921, o jornal tem sede em São Paulo e é conhecido por sua cobertura abrangente de notícias nacionais e internacionais, política, economia, cultura, esportes entre outras. Porém, até chegar ao *status* de um jornal que carrega o perfil que zela pela pluralidade de vozes, houve inúmeras reestruturações.

Em 1984, o jornal lançou seu *Manual Geral da Redação*, e, em meio ao

contexto da redemocratização do país, foi lançado o *Projeto Folha*, que não se dirigia apenas a jornalistas, mas ao público em geral. O *Manual*, segundo Albuquerque e Holzbach (2008), constituía-se em um manifesto político a respeito do lugar que caberia ao jornalismo de maneira global e sobretudo à *Folha*, um lugar na democracia que ressurgia. É necessário ressaltar que a *Folha* fundamenta a visão acerca do lugar da imprensa a partir da teoria sobre o papel do jornalismo em uma sociedade democrática, para isso, identifica esse papel como o de um mediador nas relações entre os cidadãos médios e as instituições políticas e esgrime os fundamentos e as posições para seu exercício legítimo. Assim, o modelo apresentava três características estruturantes em meio a um cenário de volta à democracia:

Alguns aspectos, contudo, conferem ao modelo apresentado pelo manual da *Folha* um caráter bastante original: 1) o jornal reivindica explicitamente exercer um papel político; 2) ele legitima essa reivindicação como baseada em um mandato que lhe seria conferido pelo leitor; 3) ele sustenta que este mandato é conferido por meio de uma relação comercial, pela compra do jornal pelo leitor (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 151).

Nesse sentido, o *Manual de Redação da Folha* buscava, por meio da relação de compra e de venda, livremente escolhida pelo leitor, estabelecer uma espécie de contrato representativo que guiaria a maneira como o jornal iria conduzir a elaboração dos textos informativos. Contudo, a configuração da *Folha* nem sempre se mantivera assim. É necessário esclarecer as transformações pelas quais passou o jornal até chegar ao projeto representativo.

A *Folha* inicialmente foi criada basilarmente em uma visão empresarial e capitalista, com o nome *Folha da Noite*. Já em 1925, surgiu a edição vespertina *Folha da Manhã*, que, quatro anos depois, um dos sócios – Pedro Cunha –, saíria da sociedade e a empresa passaria a apoiar o governo de Washington Luís. Posteriormente à Revolução de 1930, encerrou-se o primeiro momento do jornal, com a ascensão de Vargas ao poder. Em 1931, passou a apoiar os cafeicultores paulistas com o jornal sob a direção de Octaviano Alves de Lima, com um novo nome de *Folha da Manhã* Ltda, posicionando-se em defesa dos interesses dos exportadores de café (Silva, 2005). Em 1945, em meio a efervescência dos discursos em prol da democracia e antifascistas, ocorre uma mudança abrupta no tom de expressão do jornal. Além de uma política com visão profundamente empresarial, consolidou-se internamente o foco na imparcialidade. O motivo era mercadológico: tratava-se de ampliar o público

leitor e de conquistar credibilidade (Taschner, 1992). O responsável pela nova direção foi José Nabantino Ramos, cujas políticas e diretrizes visaram modernizar a divisão de trabalho e a rotina da empresa ao tentar racionalizar a produção e ampliar comercialização de notícias. Quatro anos depois, Nabantino Ramos fundou a *Folha da Tarde*.

No ano de 1960, os três jornais se fundiram na *Folha de São Paulo*, visando atingir a classe média urbana paulista. Três anos mais tarde, o jornal foi vendido para Otávio Frias de Oliveira e para Carlos Caldeira Filho, o primeiro vinculado ao mercado financeiro e o segundo à construção civil. A partir de então, o jornal veria anos de prosperidade ao custo da docilidade perante o regime militar, quando passou a comprar jornais, gráficas e editoras. A postura da *Folha* só viria a mudar a partir da década de 1970, a partir de uma linha mais pugnadora em relação ao regime fechado dos militares, no entanto

[...] a mudança de perfil obedeceu a uma lógica de competição do mercado: o processo de redemocratização “lenta e gradual” iniciado no governo Geisel oferecia ao jornal a possibilidade de disputar mercado com o muito mais tradicional O Estado de S. Paulo. O novo perfil se radicalizou em 1983/1984, quando o jornal tomou partido, de forma explícita, do Movimento Diretas Já (ABRAMO, 1988 *apud* ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 155).

A partir de então, o movimento do jornal passou a ser rumo a um apartidarismo para alocar-se perante o público como um jornal que estaria a serviço do Brasil. Após a derrota do movimento, o conselho de edição lança *A Folha depois das Diretas Já*, pela qual expôs os novos objetivos do jornal: a consolidação do apartidarismo e a organização empresarial.

Em 1984 a *Folha* lançou seu *Manual de Redação*, que previa o distanciamento do jornalista do acontecimento, mas acompanhado de um profundo conhecimento desse:

Para descrever um fato é evidente que o jornalista precisa conhecê-lo bem. Deve pesquisar suas causas e antever suas conseqüências, examinar seus pormenores e se possível conviver, ainda que por pouco tempo, com seus protagonistas. Isto pode acarretar em envolvimento pessoal do jornalista com o objeto de seu trabalho, o que é tecnicamente perigoso: o profissional se arrisca, assim, a produzir um texto parcial, acrítico, às vezes até ingênuo. A maneira de evitá-lo não é deixar de se envolver com o assunto, mas envolver-se para em seguida distanciar-se dele. Antes de escrever o texto, convém perguntar se as evidências recolhidas são convincentes, se há fatos

ocultos sob as aparências, se as versões que o trabalho de campo permitiu reunir são contraditórias, se os protagonistas poderiam ter agido de modo diferente e comparar os fatos que se vão descrever com fatos e situações análogos, ocorridos no passado (MANUAL GERAL DE REDAÇÃO, 1984, p. 33 *apud* ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 157).

A partir da edição de 1984, o jornal passou definir as diretrizes do que considerava ser a prática de um jornalismo sério e objetivo, ao passo que foi o primeiro a disponibilizar comercialmente ao público seu Manual. No entanto, a versão de 1992 trouxe algumas modificações que buscaram atenuar alguns contornos considerados duros e inflexíveis, em virtude do teor político que refletia a transição da ditadura para o regime democrático, bem como passou a conferir ao jornalista uma valorização do papel desse profissional, diferenciando-o em relação ao papel exercido pelas instituições políticas e demais instituições civis. Já em 2001, foi lançada edição que permanece à venda atualmente, apresentando um viés que buscou ser mais técnico e informativo. Nessa versão, foram acrescentadas informações geopolíticas, jurídicas, econômicas e militares.

Desse modo, o Manual de Redação buscou, por meio da tecnicidade e primazia na busca por informações averiguáveis, consolidar uma posição de expressão em meio a imprensa brasileira. Além disso, o Manual de Redação também estabelece as diretrizes para a relação entre os jornalistas e o público. Ele define a maneira como o jornalismo deve ser produzido e apresentado aos leitores, incluindo a maneira como as informações devem ser verificadas e confirmadas antes de serem publicadas.

É importante destacar que, embora o Manual reivindique uma posição de porta-voz apartidário em meio a uma sociedade democrática nascente a partir da década de 80, ele buscou se situar como um mediador na política brasileira, assim, é possível afirmar “o modo como o manual situa a *Folha de S. Paulo* como um agente político, tendo em vista três tipos de agentes sociais: 1) os leitores; 2) as instituições políticas; 3) os jornalistas” (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 159). Nesse sentido, o *Manual de Redação da Folha de São Paulo* é um contrato representativo que define as responsabilidades e os compromissos dos profissionais da redação e da empresa com relação à produção de conteúdo jornalístico, pois:

Dizer que os manuais elaboram uma versão particular do contrato representativo significa que eles se propõem de alguma forma a atuar como mediadores entre os cidadãos e o Estado. Na verdade, eles não se referem diretamente a nenhum dos dois, mas o fazem por vias

indiretas. No caso dos cidadãos, o seu papel é ocupado pelos leitores, uma escolha que, naturalmente, não se faz sem conseqüências. Quanto às instituições políticas, os manuais raramente se referem a elas explicitamente; via de regra eles relacionam a Folha a elas pela referência às leis (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 159).

A proposição da *Folha* em se tornar um agente político legítimo na transmissão da informação e porta-voz do cidadão foi expressa com a criação do Mandato do leitor dentro do Manual, que se fez por meio da transformação de um caráter contratual que antes era apenas comercial – compra e venda – em um caráter no qual, justamente por meio desse último, transforma-se em um modelo político de representatividade, exatamente por comprar fielmente o jornal, significa que o leitor conceberia a esse, o direito de representá-lo

Ao fornecer um sentido político ao que era entendido, até então, como mera transação comercial (a compra do jornal), o conceito de “mandato do leitor” proporciona à Folha uma dupla legitimação. Em primeiro lugar, ele constrói a empresa – e não os jornalistas – como verdadeiro agente do jornalismo, visto que é com ela que o leitor estabelece uma transação comercial. Em segundo lugar, ele permite ao jornal se apresentar como um agente metapolítico, que não se furta a tomar partido, mas que o faz por cima dos partidos políticos efetivamente existentes, em nome de um interesse maior (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 165).

Nessa lógica, o jornal expôs, por meio da elaboração de tal caráter político dentro do Manual, uma teoria a respeito da democracia e qual seria o papel da imprensa brasileira e do jornalista atuando dentro dela:

Mais do que simplesmente informar o leitor, o jornal reivindica uma missão civilizatória, de formar a opinião e modificar para melhor o funcionamento das instituições. Mais do que isso, o jornal se propõe a agir no lugar das instituições quando isso se fizer necessário: ao constatar um abuso, o jornalista da Folha não se limita a noticiá-la ou a cobrar providências das autoridades competentes (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 165).

Com intento, portanto, de ser o porta-voz “justo” dentro da sociedade democrática, a *Folha de São Paulo* trouxe a mensagem de que buscaria exercer sua influência política – legitimamente concedida pelo cidadão leitor – ao pressionar e cobrar responsabilidade do Estado. Por fim, deixou claro que exerce esse papel por meio da assunção de seu papel como mediador, cuja voz e poder emanariam do povo. O jornalista a serviço da empresa, que, por sua vez, está a serviço da sociedade.

Não somente ela atribui às empresas jornalísticas (e à *Folha* em particular) o exercício de funções tidas como exclusivas dos representantes eleitos, como também solapa as bases de uma ética do serviço público, como a que sustenta o modelo de profissionalismo jornalístico. Todo o poder emana do leitor, mas é pela empresa (de quem ele compra o produto) e não pelo jornalista que ele é exercido (ALBUQUERQUE; HOLZBACH, 2008, p. 169).

Com a exposição dos objetivos da *Folha de São Paulo*, o jornal tem buscado, ao longo dos anos, ser um porta-voz da pluralidade de grupos sociais que compõem a sociedade brasileira. Também tem se dedicado a dar voz a diferentes grupos sociais, de modo a representar a diversidade da população brasileira em suas páginas. Para alcançar esse objetivo, a *Folha* tem aberto espaço em suas páginas para a opinião de diferentes atores sociais, incluindo líderes de movimentos sociais, intelectuais, acadêmicos e representantes de organizações da sociedade civil. Tem buscado, ainda, dar voz a esses grupos, de modo a ampliar o debate público e a contribuir para a construção de uma sociedade mais plural e democrática. Além disso, tem investido em uma equipe de jornalistas diversa, que represente diferentes perfis sociais e culturais.

Dessa forma, o jornal busca garantir que as vozes desses grupos sociais sejam representadas não apenas nas matérias jornalísticas, mas também na produção e edição do conteúdo jornalístico. Essa busca pela pluralidade e pela diversidade na cobertura jornalística da *Folha* tem contribuído para que o jornal tenha se tornado uma referência na mídia brasileira ao longo do tempo, no que diz respeito à representatividade de diferentes grupos sociais.

CAPÍTULO II
INVESTIGAÇÕES SOBRE O *BREXIT*

2.1 A TRAJETÓRIA DO *BREXIT*

De acordo com o jornal diário nacional britânico *The Guardian* (2018), a campanha pela saída começou pelo lançamento do *site* oficial, o *leave.eu*, em 17 de novembro de 2015, e foi financiada por Arron Banks, empresário que subsidiou o projeto de Nigel Farage – político conservador, eurocético e um dos líderes do Partido de Independência do Reino Unido – para deixar a UE. A agência Reuters (2018) relata o envolvimento de Banks com a empresa de consultoria britânica *Cambridge Analytica* o que é confirmado por esse. Segundo Banks, em outubro de 2015, seu grupo contratou a *Cambridge Analytica* para influenciar as pessoas. Em novembro de 2015, o *leave.eu* divulgou, em seu *site*, que a *Cambridge Analytica* os ajudaria a mapear o eleitorado britânico, permitindo um melhor envolvimento com os eleitores.

Decorridos meses, observou-se, no *referendum* do dia 23 de junho de 2016, o voto decisivo do público britânico pela saída, no sentido político-econômico da UE. No entanto, vale ressaltar que o *exit* simboliza não apenas a saída no sentido do “abrir mão” dos acordos econômicos que cabem à UE, mas às burocracias e aos limites designados por ela. Diz respeito à tomada de decisões com relação à padronização de produtos e de serviços, à livre circulação de pessoas, à delimitação de taxas alfandegárias, à correção de juros, às transferências e à circulação de recursos, entre outras questões, tendo em vista o fato de que o Reino Unido nem a zona do euro aderiu, tendo preferido manter a libra esterlina. O *referendum* colocou fim a uma adesão firmada desde 1973, quando essa ainda se tratava da Comunidade Econômica Europeia (CEE), criada com o intuito de desenvolver um mercado comum europeu e que, posteriormente, evoluiria para uma união política e econômica mais alargada que é a União Europeia.

2.2. O *Brexit* COMO MOVIMENTO INTEGRANTE DO RECRUESCIMENTO DA EXTREMA-DIREITA NO MUNDO

Para delimitar um ponto de partida, não teríamos, no sentido estrito do termo, uma estrada que podemos chamar de “historiográfica” propriamente constituída a respeito do *Brexit*, haja vista a impossibilidade de abrangência das fontes em sua totalidade. Destarte, no intuito de seguir as linhas concernentes do possível, é pertinente circunscrever cronologicamente alguns trabalhos que se propuseram a analisar o movimento – mesmo que do ponto de vista econômico -, como o artigo

acadêmico *Brexit: The Economics of International Desintegration* de Thomas Sampson, publicado no volume 3 da revista científica *Journal of Economic Perspective* em 2017, no qual o economista britânico buscou levantar os dados a respeito da economia britânica desde a formação da Unidade Econômica Europeia no século XX – aceita pelos britânicos com muitos sobressaltos – às crises da zona do euro, com as ondas de imigração provocadas pelos conflitos civis na África e no Oriente Médio até chegar finalmente aos porquês estatísticos do voto pela saída. Nessa análise, couberam dados que vão desde os graus de escolaridade, de etnia, de idade, de região de origem determinante para o voto contra ou favorável à saída. Sua conclusão apontou, sobretudo, para a futura dificuldade de novos acordos econômicos, caso o RU viesse a sair, comparando com a política de negociação realizada nos países que, apesar de não participarem do bloco, mantêm, com a União Europeia, acordos de livre comércio, como é o caso de Liechtenstein, da Islândia, da Noruega e da Suíça.

Tratou-se de uma análise com viés econômico. Sampson (2017) utilizou-se dos dados demográficos a respeito da votação retirados da pesquisa do empresário, filantropo e político inglês, Michael Anthony Ashcroft¹, membro do Partido Conservador que, desde o ano de 2000, integra a Câmara dos Lordes, cuja base sempre tendeu a um euroceticismo. Em um dos capítulos intitulado *Drawing Conclusions*, “Desenhando Conclusões”, Sampson (2017) apontou algumas das incertezas temíveis a respeito do futuro do Reino Unido, sobretudo àquelas concernentes ao plano econômico.

[...] a longo prazo Brexit tornará o Reino Unido mais pobre porque criará novas barreiras ao comércio, ao investimento estrangeiro direto e à imigração. No entanto, há incerteza sobre o quão grande será o efeito, com estimativas plausíveis do custo variando entre 1 e 10 por cento da renda per capita do Reino Unido (SAMPSON, 2017, p. 174).

Embora sejam trazidos inúmeros dados e conjecturas, observou-se que as expectativas e as incertezas sempre estiveram presentes nas pesquisas. Enquanto os efeitos estritamente econômicos do *Brexit* ainda não aconteceram na prática, visões positivas e negativas dividiram até então de maneira diversa as pesquisas, como bem elucidou Sampson (2017):

¹ Pesquisa utilizada por Sampson em sua análise, disponível em: <https://lordashcroftpolls.com/2016/06/how-the-united-kingdom-voted-and-why/>

A incerteza sobre o tamanho do Brexit possui efeito em duas fontes. Primeiro, estratégias de pesquisa alternativa produzem quantitativamente resultados diferentes. Em segundo lugar, as perdas dependerão dos termos em que o Comércio do Reino Unido e da UE firmarão seguindo com o “Brexit” (SAMPSON, 2017, p. 174).

Em outro trabalho, partindo da perspectiva e da análise sociológica, os mesmos critérios e dados utilizados por Sampson (2017) foram levados em conta na obra desenvolvida por Manuel Castells: *Ruptura: La crisis de la democracia liberal*, em que, no capítulo 3: *A rebelião das massas e o colapso de uma ordem política - Brexit - Um movimento antiestablishment: do Brexit a Corbyn*, o sociólogo espanhol aborda a temática do *Brexit* como efeito de um mundo pós-globalizado.

Os efeitos desse “mundo pós-globalização” mostraram que o crescimento dos movimentos de extrema direita ao redor do globo são um fenômeno complexo e multifacetado que tem chamado a atenção de pesquisadores, de políticos, de economistas e de vários setores sociais. Uma das possíveis explicações para o crescimento desses movimentos é o aumento da polarização política em muitos países. Sobretudo, nas democracias ocidentais, tem havido uma crescente desilusão com o *establishment* político, e muitos eleitores se sentem alienados das opções tradicionais de esquerda e de direita. Nesse contexto, os movimentos de extrema direita podem parecer uma alternativa atraente para aqueles que se sentem marginalizados e descontentes com o *status quo*.

Outra justificativa é o papel das redes sociais na disseminação de ideias extremistas. O crescente acesso às plataformas como o *Facebook*, o *Twitter* e o *YouTube* permitem que indivíduos com visões semelhantes se conectem e troquem ideias similares, independentemente das fronteiras geográficas.

Além disso, a crise econômica global que teve início em 2008 também acabou por contribuir para o aumento da popularidade dos movimentos de extrema direita. Com o aumento do desemprego e com a crescente desigualdade econômica, muitos indivíduos podem se sentir frustrados com as elites políticas e financeiras que parecem estar fora de contato com as preocupações cotidianas da população. É importante ressaltar que o crescimento dos movimentos de extrema direita não é um fenômeno homogêneo e que suas causas e manifestações variam de acordo com o contexto local. Silva (2021) demonstrou, ao analisar movimentos de extrema-direita na Europa bem como seu papel no movimento do *Brexit*, que a extrema-deita possui diferentes alvos de acordo com a região:

Os austríacos focam seu xenofobismo nos eslavos e turcos, conquanto na Holanda, o Partido da Liberdade, com 10% de respaldo popular, é particularmente hostil aos muçulmanos, em regra aos da Indonésia e da Somália. Na Ucrânia, o Svoboda, mira sua xenofobia aos russos, tártaros, romanos e judeus. O assustadoramente nominado Ataque, búlgaro, detentor de 10 % do eleitorado dirige sua particular ferocidade aos ciganos, romenos e turcos. Notadamente, tão largo é o leque de preconceitos dos partidos xenófobos. A direita radical é mais bem-sucedida, falando em número de simpatizantes e eleitores, 49 nos centros onde é grande a população de imigrantes e, onde, conseqüentemente, a hostilização tem maior peso para com os recém-chegados (SILVA, 2021, p. 48).

No caso do *Brexit*, Castells (2017) observou, a partir de resultados de pesquisa, como a região, o emprego, a idade e a condição social influenciaram na margem de votação em favor da saída, colocando, em segundo plano, a campanha pró-*Brexit* em si, delimitando-a como um fator secundário para resultado do *referendum*. Assim, ainda que a campanha se movimentou no sentido da saída, muitos cidadãos ficaram inseguros, aparecendo prospecções sombrias caso o rompimento com UE se sagra-se vencedor, como uma áurea de temor a respeito do futuro.

As análises estatísticas com que contamos sobre o chamado *Brexit* indicam que a campanha eleitoral em si não foi determinante para o resultado. De fato, em sua maioria os cidadãos foram muito críticos em relação à negatividade dos dois blocos adversários durante a campanha. Em particular, os partidários da permanência na União Europeia desencadearam o que chegou a ser conhecido como “Projeto Medo”, com uma autêntica mobilização de personalidades econômicas e políticas de todo o mundo vaticinando uma catástrofe econômica caso a secessão vencesse (CASTELLS, 2017, p. 46).

A estudo de Castells (2017) se propõe a analisar como a democracia liberal vem sendo questionada em praticamente todos os países do ocidente e como as consequências desse questionamento foram, sobretudo após momentos de crise, responsáveis pelo surgimento de movimentos reacionários. Nos Estados Unidos, assistiu-se ao surgimento do Trumpismo, na França, a ascensão de Macron, no Brasil, sem citar nome de fenômenos, e, por fim, no Reino Unido, com a ascensão do *Brexit*. Sua análise buscou ser compreensiva a respeito do *Brexit*. Nela, o fenômeno político britânico é visto como produto de um processo de crise, cuja conjuntura é contumaz em países que adotaram a democracia liberal e que viram seus sistemas políticos serem questionados.

Esses questionamentos ganharam voz principalmente em meio às redes na

internet, lugar onde é possível atingir maior número de pessoas e canalizar o discurso, situação aproveitada pelos grupos reacionários questionadores, como ressaltaram Ayres Pinto e Moraes (2020), ao afirmarem a vitória do *Brexit*, como fator que confirmou o potencial de manipulação da opinião pública proporcionado pelos mecanismos que operam no ambiente digital e que, oportunamente, ressaltaram também o aproveitamento dessas ferramentas digitais em favor de campanhas que advogam as posturas ultraconservadoras, sobretudo dos partidos de direita radical

[...] que as características estruturantes do ambiente digital não são neutras, pelo contrário, elas favorecem grupos de direita radical cujas características são inerentemente semelhantes às das mídias digitais. Portanto, a importância concedida às mídias digitais por parte das campanhas pelo *Brexit* foi bem-sucedida em função das interseções entre o radicalismo de direita e as propriedades do ambiente digital, que fazem esse espaço favorável aos discursos populistas desse espectro político e, por consequência, promovem uma total desconsideração dos preceitos democráticos que regem a sociedade (PINTO; MORAES, 2020, p. 81).

Sem adentrar no mérito das ferramentas digitais como manipulação de processos democráticos, o trabalho desenvolvido por Castells (2017) abordou mais os aspectos observáveis a partir da análise dos dados publicados no *Customs information system (CIS)*, o Serviço das Publicações da União Europeia, perscrutando informações como a distribuição dos votos contrários e a favor, de acordo com a região, a idade e o gênero. Apresentou, como conclusão, o temor do não reestabelecimento do que os britânicos acreditavam ser uma soberania e uma autonomia político-econômica desfrutada anteriormente à inserção na UE, teriam feito do *referendum* possibilidade de reação sob insígnias que já são conhecidas: a soberania nacional, o controle das fronteiras quanto a política de imigração, a retomada do crescimento econômico e a capacidade de autogestão livre da burocracia de Bruxelas².

Concernente à gama de aspectos levantados pelos estudiosos das áreas das ciências econômicas, políticas e sociais, há de se considerar o trabalho organizado por Paul Whiteley: *Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union*, a obra produzida em 2017. Organizado por Paul, teve colaboração de Harold D. Clarke e

² Bruxelas é a capital oficial da Bélgica, no entanto também é considerada a capital da União Europeia devido ao fato de abrigar a sede do Conselho Europeu, o mais alto órgão político da União Europeia, formado pelos chefes de Estado ou de Governo dos países-membros.

Matthew Goodwin, e buscou analisar, por meio da quantificação dos dados eleitorais e da expectativa de voto, que a votação histórica para o *Brexit* marcou o ponto culminante de tendências na política interna e no relacionamento do Reino Unido com a União Europeia, as quais vinham sendo construídas há muitos anos. Na obra, os autores buscaram explicar por que a maioria das pessoas decidiu ignorar grande parte da comunidade nacional e internacional e decidir pelo *exit*.

Nesse contexto, de explicação sobre a saída do Reino Unido da União a partir do recrudescimento dos movimentos e partidos de extrema-direita no mundo bem como as questões por eles sustentadas, é necessário compreender, sobretudo, a criação e o intento do Partido de Independência do Reino Unido (UKIP), sua influência sobre o *Brexit* e qual seu lugar na política britânica atual.

2.2.1 O UKIP e sua influência no *Brexit*

O Partido da Independência do Reino Unido (UKIP) foi fundado em 1993 por um grupo de políticos e de ativistas que se opunham à crescente integração europeia e à adoção da moeda única europeia, o euro. O principal fundador do partido foi Alan Sked, um professor de história em Londres. Sked, que tinha uma longa história de oposição à União Europeia, havia fundado anteriormente um grupo chamado *Anti-Federalist League*, que defendia a retirada do Reino Unido da União. Em 1993, ele decidiu transformar o *Anti-Federalist League* em um partido político completo e fundou o UKIP. Os primeiros anos do UKIP foram difíceis, com pouco apoio popular e financeiro. Contudo, o partido começou a ganhar mais destaque no cenário político britânico no final dos anos 90, quando a União Europeia começou a promover a adoção do euro como moeda única europeia. O UKIP foi um dos principais oponentes do euro no Reino Unido e conseguiu mobilizar muitos eleitores britânicos em sua causa.

Em 2002, o UKIP conseguiu eleger seu primeiro membro do Parlamento Europeu, e o partido começou a crescer em popularidade. Em 2006, Nigel Farage foi eleito líder do partido e adotou uma postura mais agressiva em relação à União Europeia, criticando a perda de soberania do Reino Unido, defendendo o fim da contribuição do Reino Unido ao orçamento, bem como a saída do país da União. No entanto, apesar do crescimento da popularidade do partido desde então, o UKIP não possui poder de agir diretamente sobre tais decisões:

[...] o UKIP não tem capacidade direta de implementar suas propostas devido ao limite de ação e áreas de atuação do Parlamento Europeu. Nessa dinâmica, agendas sobre a contribuição orçamentária ou a permanência, ou não, do Reino Unido como membro da União Europeia são discutidas em outras instituições decisórias do bloco, compostas por representantes do partido político no Poder Executivo do país membro, na esfera doméstica (MARINHO; BASSANO; CRISTOFARO, 2013, p. 8).

É necessário destacar que, embora não haja possibilidade de ação direta sobre as decisões do bloco, a nível interno, o partido havia conseguido espaço dentro das cadeiras que compõem o Parlamento Europeu, em detrimento dos dois principais partidos que se alternavam na casa.

Em grande medida, essa variação era resultante do partido político que estava no Poder Executivo do país, que desde a época da entrada no bloco, tem sido os dois principais, Partido Conservador e Partido Trabalhista - alternadamente. No entanto, apesar de os dois principais alternarem-se no poder no nível doméstico, vencendo as eleições gerais, no plenário, no nível regional, ambos tem perdido espaço desde a eleição para o Parlamento Europeu de 2004 (RIBEIRO, 2014 *apud* MARINHO; BASSANO; CRISTOFARO, 2013, p. 8).

O UKIP conquistou espaço significativo no Parlamento Europeu a partir de 1999, quando conseguiu eleger três eurodeputados em sua primeira participação nas eleições europeias. Nas eleições seguintes, o partido aumentou sua representação no Parlamento Europeu, chegando a eleger 24 eurodeputados em 2014:

Nas eleições para o Parlamento Europeu de 2014, o partido conquistou 24 cadeiras das 73 destinadas ao país no Parlamento Europeu, obtendo 32,88% dos assentos, superando Conservadores e Trabalhistas (EUROPEAN PARLIAMENT, *s/d apud* MARINHO; BASSANO; CRISTOFARO, 2013, p. 10).

A crise econômica e financeira que atingiu o Reino Unido e a Europa a partir de 2008 gerou um clima de insatisfação e de descontentamento com a política tradicional e com a União Europeia, que foi vista como parte do problema. Nesse contexto, o UKIP, que defendia a saída do Reino Unido da UE, conseguiu mobilizar eleitores que buscavam uma alternativa às políticas de austeridade e de integração europeia.

Como já fora exposto anteriormente, a crise migratória que atingiu a Europa a partir de 2015 também contribuiu para o crescimento do UKIP. O partido defendia políticas de controle da imigração e criticava a política migratória da União Europeia,

que permitia a entrada de milhares de refugiados e de imigrantes no continente. Essa postura encontrou eco entre muitos eleitores britânicos que temiam o impacto da imigração na economia e na sociedade do país.

O aumento da representação do UKIP no Parlamento Europeu está ligado ao contexto de crise, quando suas propostas mais radicais em relação à União Europeia ganham força. O partido é considerado de espectro ideológico de extrema direita, tendo em vista suas propostas de liberalização da economia, cunho nacionalista e atribuição ao fato do Reino Unido ser membro da União Europeia, a causa da imigração de europeus e estrangeiros para o país, retirando emprego dos cidadãos nacionais (MARINHO; BASSANO; CRISTOFARO, 2013, p. 10).

Quatro instituições principais são responsáveis pelo processo de tomada de decisão na União Europeia: o Parlamento Europeu, o Conselho Europeu, o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia. Nesse sentido, no que diz respeito ao fim das contribuições do Reino Unido para a União, mesmo com o crescimento da representação do UKIP, a proposta era impossível de ser implementada diretamente por meio do Parlamento, dado que o texto com as normas é confeccionado pela Comissão Europeia:

O pontapé inicial para a aprovação do orçamento anual da União é dado pela Comissão Europeia. A Comissão prepara o texto inicial, com a origem e valor do montante para o orçamento, assim como a destinação e alocação do mesmo, e o encaminha ao Parlamento Europeu e ao Conselho da União Europeia. Por meio do sistema de co-decisão, ambas as Casas podem emendar o texto inicial, e caso haja divergência entre elas um comitê de conciliação é criado para que as partes entrem em acordo. Caso o acordo aconteça, o orçamento é encaminhado para aprovação, caso não ocorra, ele é descartado para que uma nova proposta seja feita (EUROPEAN COMMISSION, s/d, *apud* MARINHO; BASSANO; CRISTOFARO, 2013, p. 18).

Assim, os critérios para contribuições ao orçamento da União Europeia já estão pré-definidos, portanto, nem o Parlamento, nem o Conselho de Ministros têm o poder de decidir se um país membro deve contribuir mais ou menos. Logo, caso o UKIP tentasse reduzir ou renegociar as contribuições do Reino Unido ao orçamento da União Europeia, mesmo que o partido agisse diretamente nesse sentido, não seria bem-sucedido. Isso porque o Parlamento Europeu não possui o poder específico de negociar as contribuições dos membros e também devido às questões jurídicas que envolvem a base dos Tratados da União, que não podem ser desrespeitados.

Em relação à segunda e mais radical proposta do UKIP que era a saída do

Reino Unido do bloco, a decisão se dá por meio do Conselho Europeu por maioria qualificada – postulado que foi implementado pelo Tratado de Lisboa (2008) – ou seja, tal escolha também não caberia ao Parlamento:

Nesse sentido, a primeira coisa a se fazer, caso um Estado-membro queira sair da União é comunicar a intenção ao Conselho Europeu, ou seja, o chefe do governo do país deve informar aos demais essa intenção. Depois desse passo a União negocia e celebra os termos de saída, assim como se darão as futuras relações da União com o país. Por fim, dever-se-á aprovar a saída e os termos por maioria qualificada no Conselho Europeu e demais instituições (MARINHO; BASSANO; CRISTOFARO, 2013, p. 20).

Até o momento, ficou evidente, portanto, que não era possível a influência direta do UKIP sobre a decisão da Comissão ou do Conselho Europeu, mesmo que possuísse uma maior representatividade no Parlamento Europeu em comparação com os outros partidos do Reino Unido. O UKIP não detém poder para solicitar ou para deliberar a saída do país da União Europeia. Sendo assim, em que medida o UKIP pôde, portanto, influenciar o *Brexit*?

Como partido eurocético, o UKIP foi um dos principais defensores da saída da UE e, ao longo dos anos, exerceu uma pressão significativa sobre os partidos políticos tradicionais do país para adotarem uma postura semelhante. Em 2015, o UKIP teve um desempenho considerável nas eleições gerais do Reino Unido, embora tenha conquistado apenas um assento no Parlamento. No entanto, conseguiu influenciar a agenda política do país, levando os partidos tradicionais a adotarem uma postura mais cética em relação à UE. O referendo de 2016 sobre a permanência do Reino Unido na UE foi uma das principais conquistas do UKIP, que pressionou, durante anos, para que o governo convocasse a consulta popular. Durante a campanha, o partido liderou a já mencionada campanha do *Leave* no site *leave.eu*, argumentando que a saída da UE permitiria ao Reino Unido recuperar a soberania nacional, controlar a imigração e obter melhores acordos comerciais. O papel do UKIP, no resultado do referendo de 2016, permanece como objeto de debate. De um lado, é argumentado que o partido teve um papel fundamental na vitória do *Leave*, mobilizando eleitores descontentes com a UE e criando um ambiente favorável à saída. De outro, argumenta-se que o UKIP não foi o único responsável pelo resultado e que outros fatores, como a economia e a imigração, também desempenharam um papel significativo.

De qualquer forma, é inegável que o UKIP desempenhou um papel importante

no processo de saída do Reino Unido da UE, influenciando a agenda política do país e pressionando os partidos políticos tradicionais a adotarem uma postura mais cética em relação à UE. Além disso, o partido contribuiu para criar um ambiente favorável à saída da UE, mobilizando eleitores insatisfeitos e defendendo uma postura clara em relação ao bloco.

Assim, em 2016, o UKIP convenceu muitos eleitores britânicos a votarem a favor da saída da UE no referendo histórico sobre o assunto. A crise política e institucional que culminou no referendo do *Brexit* também ajudou a impulsionar o crescimento do UKIP. O partido foi um dos principais defensores da saída do Reino Unido da União Europeia e conseguiu mobilizar milhões de eleitores em torno dessa causa. A vitória do *Brexit*, no referendo de 2016, representou a maior conquista política do UKIP, mas também marcou o início de sua queda, já que o partido perdeu espaço e relevância após o processo de saída do Reino Unido da UE. Desde então, o partido tem enfrentado vários desafios e atualmente é relativamente marginal no cenário político britânico.

Posto isso, para entender o crescimento dos movimentos de extrema direita, como o caso do *Brexit* – sobretudo como a *Folha* veiculou esse fenômeno – é importante considerar o contexto histórico em que esses movimentos surgiram e se desenvolveram. A crescente globalização, o aumento da migração e as mudanças econômicas têm afetado grupos sociais em todo o mundo, gerando incertezas e descontentamentos em certos segmentos da população. A desilusão com as elites políticas estabelecidas e a perda de confiança nas instituições democráticas têm sido fatores importantes para o crescimento dos movimentos de extrema direita, que, muitas vezes, capitalizam essas frustrações em suas mensagens políticas. Destacamos que o trabalho não perquiriu o movimento político em si, mas focalizou em analisar como esse fenômeno foi interpretado pelos articulistas da *Folha*, a partir do estudo dos textos veiculados pelo jornal.

O tema o qual nos propomos a investigar é de conjuntura contemporânea, atual, haja vista o fato de que, no momento em que escrevo o presente texto, as consequências políticas, econômicas e sociais do *Brexit* não foram completamente determinadas e tão pouco resolvidas. Neste sentido, isso é considerado História do Tempo Presente, uma corrente de estudo da história que busca dar conta das problemáticas e das questões que estou vivendo, de processos históricos que ainda não se encerraram, corrente que será esclarecida no próximo tópico deste trabalho.

2.2.2 *História do tempo presente: uma teoria recente de estudo historiográfico?*

As fontes que foram analisadas neste trabalho fazem parte do que se pode chamar de História do Tempo Presente, corrente teórica que busca dar conta dos acontecimentos e dos processos históricos ainda em desenvolvimento. Em relação a essa corrente, há de se lembrar, aqui, que essas preocupações surgiram na Europa, com destaque aos trabalhos realizados pelo Instituto de História do Tempo Presente (*Ecrire l'histoire du temps présent*) e de Tétart Chauveau em *Questões para história do presente*, discussões que não se propuseram a consolidar conclusões fechadas a respeito dos temas que trataram, mas visaram discutir as preocupações pujantes de seu respectivo período, ou muito próximo ao tempo recortado para a análise.

Reconhecendo a invariável transformação do conhecimento historiográfico, assim como também anotou Rodolfo Fiorucci³, não se busca afirmar que não houve outras obras antes daquelas anotadas anteriormente. No entanto, as que foram mencionadas são obras de referência, como a *L'Histoire de France Contemporaine*, publicada em 1916 pela editora francesa Larousse – fundada por Pierre-Athanase Larousse em 1851 – que abordava o período entre 1871 e 1913. É possível destacar também o esforço do Instituto de História do Tempo Presente, ainda no final dos anos 1970, e, ainda, os trabalhos *do Institute of Contemporary British History*, vinculados à Universidade de Londres (FIORUCCI, 2011). As preocupações das discussões se enleavam no contexto específico daquele momento e, como destaca Helena Muller (2007), os trabalhos realizados pelo IHTP e pelo Instituto Britânico possuíam a Segunda Guerra Mundial como marco temporal para início das suas análises.

No Brasil, na obra *História do Tempo Presente*, desenvolvida já nos anos 2000, organizada por Gilson Porto Jr., o tema central perpassa as considerações da História do Tempo Presente (HTP) na educação brasileira e na escrita da História pelos historiadores. Nela, as discussões essenciais sobre o presente dirigem o tempo como a matéria-prima e como função a ser trabalhada pelo historiador ou do educador, debatendo desde as perquirições metodológicas e teóricas até a uma aplicação prática da história do tempo presente no âmbito da educação. Vale ressaltar também que, tratando-se de questões imediatas da história do tempo

³ FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. In: **Revista Espaço Acadêmico** – N° 125 – outubro, 2011. Acesso em: 01/06/2020.

presente, existe também o Boletim do Tempo Presente, criado em 1996 pelo professor Francisco Carlos Teixeira da Silva, com apoio da UFRJ e da Faperj, hoje, dispondo de versão digital.

No sentido de operar o tempo presente como matéria-prima, foi possível perceber que as crises do século XX fizeram que diversos setores da sociedade desenvolvessem uma espécie de “consciência coletiva” a respeito de determinadas problemáticas, passando a avaliar os acontecimentos do presente com mais tenacidade, analisando suas causas, uma vez que, como consequências, esses grupos estiveram experienciando na respectiva história de seus países. Todo esse processo de experiências e de rápidas interpretações a respeito de possíveis causas e de respectivas consequências, realizadas pelos grupos sociais, são fruto do célere desenvolvimento da globalização, que possibilita o processo de comunicação e de transmissão da informação cada vez mais rápido.

Nessa lógica, uma questão importante é a de que modo se insere o historiador em meio aos fatos do tempo presente? Segundo Napolitano (2020), os chamados atores-testemunhas são aqueles que, de certa forma, escreveram o que vivenciaram, um evento e primeiro escreveram sobre ele, seja em estirpe memorialística (unicamente para salvaguardar lembranças) ou historiográfica (critérios científicos configurando o trabalho).

Cabe ainda anotar que, principalmente, a partir da segunda metade do século XX, além da figura do historiador ator-testemunha, a imprensa, como porta-voz de uma história “mediata”, passou a ganhar força, não só como construtora de uma visão de determinado grupo, mas também como ator histórico que faz a cobertura de determinado tema e cabe ao historiador saber trabalhar e interpretar as versões “imediatamente” construídas no âmbito político, social e cultural promovidas pela imprensa, uma vez que ela pode ser vista como um dos apêndices de registro e de comunicação das partes que compõem o corpo social nas civilizações desde a era moderna. Assumida essa problemática, existe ainda outro pormenor, o qual se refere ao fato de que os diversos veículos de comunicação, por estarem ainda atuantes, os interesses desses manipulam as memórias a respeito dos acontecimentos, disputam narrativas que interferem na maneira como a mentalidade social poderá se constituir.

Trata-se, portanto, da admissão de que a completa neutralidade historiográfica seria uma utopia diante das múltiplas versões que podem e são pautadas pelos interesses dos agentes que as veiculam; logo, falar de tempo presente é falar de

diversas formas de interpretações e de aproximações dos fatos passados os quais ainda se encontram em construção, possibilitando uma gama de novas versões.

A seguir, utilizar-se-á aqui um escopo interpretativo que permeia junto à HTP: a nova história política, corrente que trata de uma visão da “política”, a qual difere daquela realizada nos tempos dos autores oitocentistas que, ao se pretenderem inexoravelmente científicos – como o pai da “História científica” Leopold von Ranke – estavam circunscritos ao tratamento de documentos considerados oficiais e institucionais para que esses pudessem ser categorizados a rigor como fontes históricas, autores guiados por um objetivismo radical, a partir do fazer empírico historiográfico.

Evidentemente não se pretende, aqui, negar a relevância de tais pontos para o ofício do historiador, mas sim mostrar que fora adotada, neste trabalho, uma visão do fazer político, a qual se estende aos diferentes setores sociais – jornais, colunas, revistas e mídias digitais – um fazer sempre inacabado, em constante construção e em processo contínuo, ainda em aberto em meio ao desenrolar das relações humanas.

2.2.3 Sobre a visão de “política” adotada neste trabalho

A nova história política proposta por René Remond, durante o período da segunda geração dos *Annales*, trouxe, à luz, a questão da política e do contemporâneo, ambos frutos culturais que, por consequência, são componentes conceituais criados a fim de definir e de explicar o comportamento histórico dos agentes no espaço-tempo, mostrando que a política não se reduz àquela das instituições, mas subjaz nas demais relações da sociedade civil, compõem a nuance que constitui as relações sociais. Não à toa que notório veio a ser *Por uma história política (1988)*, fruto do trabalho de historiadores da *Fondation Nationale des Sciences Politiques*⁴. A obra destaca-se pela tenacidade argumentativa em defesa da questão, no devir mais precisamente onze anos depois, seus autores participantes tiveram artigos publicados em *Questões para história do presente*, organizada pelos já mencionados Tétard e Chauveau em 1999, demonstrando como a visão de nova política configura-se no rol de aspectos analisados pela HTP.

⁴ Instituto de Estudos Políticos de Paris – IEP, cuja especialização no campo de História Política vem de longa data.

Dessa forma, questões que abordaram visões diferentes sobre política foram levantadas inicialmente por Pierre Rosanvallon, em *Pour une histoire conceptuelle du politique* (1986), obra a qual ganhou versão traduzida intitulada *Por uma história do político*, em 2010. Nela, o historiador francês aprofundou os debates sobre a cultura democrática francesa desde a Revolução de 1789, para tanto adaptou a noção de cultura política presente nos *Annales* e reformulou-a para criar o conceito do “político” como ideia daquilo que é praticado entre as pessoas em suas relações cotidianas. Essa ideia também esteve presente em alguns trabalhos de Claude Lefort, bem como realçou Oliveira Júnior (2008), Lefort buscou demonstrar os fundamentos que estabelecem as relações entre as pessoas, tratando-se do resgate de uma teia de relações de interdependência, que remontava a sociologia compreensiva de Max Weber – relações de sentido entre as ações dos indivíduos – e, mais tarde, aos estudos das práticas e das representações – simbólicas – de Michel de Certeau (1982) e Roger Chartier (1991).

O projeto remonta a uma análise social dos comportamentos humanos, a qual se balizou pela corrente que fora aberta por François Furet (1988), na qual o historiador francês problematiza a Revolução Francesa como sendo considerada o “marco inicial” da história da democracia moderna, revelando uma visão do “político” como derivada da cultura política, da observação e da quantificação dos comportamentos dos indivíduos dentro dos grupos, as formas de sociabilidade, a comunicação e as estratégias dos agentes históricos.

Nesse sentido, o “político” não estaria necessariamente ligado à questão do econômico e do poder como esfera fundamental, mas sim às relações dentro da teia da cultura política. Rosanvallon (1986) construiu uma teoria que se distingue do marxismo convencional, sobretudo na França. Também buscou resposta para um conjunto de questões com objetivo de compreender a democracia contemporânea, explorando as entrelinhas para trazer à tona os “não ditos”, identificando as mensagens das crenças, examinando as expectativas e as suas não realizações na história da democracia no Ocidente.

Com esse trabalho, buscou ajudar os cidadãos no quesito informação sobre as ações que se consolidaram ao transcorrer do tempo, oportunidade que pode ser explicada pelo conhecimento de causa originária da década de 1970 acerca dos debates sobre a experiência soviética e sobre o Totalitarismo, ambas como frutos de uma decepção, uma insatisfação, um dissabor popular com as promessas não

concretizadas.

Assim, a ideia de política foi adotada, aqui, como a de um tecido social que não se reconhecesse inteiramente com o Estado e com um poder que não encontrasse apenas nesse, paralelamente a conseguir elucidar o porquê do hiato entre os discursos, as práticas e a não realização da democracia. Rosanvallon trouxe, nesse sentido, a perspectiva a partir do seu debruçar sobre a sociologia compreensiva de Weber, que ampliava as causalidades ao aproximar-se da análise política.

O que se quer esboçar aqui, é que as visões a respeito da análise da política podem se dar a partir de múltiplas facetas, não determinantes pela ideia compreendida a curto prazo ou direcionada a determinados grupos do tecido social a que se dão suas análises, mas é possível angariar a discussão em torno de diferentes aspectos a serem levados em consideração para se configurar a ideia do fazer política.

Paralelamente aos trabalhos de Remond, em seus objetos de estudo, Rosanvallon destaca as eleições, que podem ser analisadas historicamente a partir do “comportamento eleitoral”, partindo dos movimentos de opinião, das campanhas eleitorais, das intenções de voto, no intuito de se verificar a legitimidade do poder que fora instituído. Nesta obra, configurou-se um balanço abundante da historiografia política francesa, que aponta os caminhos, os objetos e as abordagens que permitem falar em uma “História Política renovada”. Assim, temas referentes à História Política, como partidos, eleições, relações internacionais, mídia e opinião pública são retomados, a começar da perspectiva da longa duração, deixando evidente que essa prática da História Política vinha se desenvolvendo há longo tempo.

CAPÍTULO III

A FOLHA DE SÃO PAULO E O BREXIT

Para atingir o objetivo de compreender a respeito dos discursos veiculados no jornal *Folha de São Paulo*, que versaram a respeito do movimento que marcaria o fim da união entre Reino Unido e União Europeia, buscamos uma metodologia apropriada. Marconi e Lakatos (2003, p. 155) definem a pesquisa como “um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Esta pesquisa é de cunho interpretativo, considerando todo o procedimento de análise. Dessa forma, empregamos a metodologia qualitativa. De acordo com Moraes (2003, p. 191),

[...] a pesquisa qualitativa pretende aprofundar a compreensão dos fenômenos que investiga a partir de uma análise rigorosa e criteriosa desse tipo de informação, isto é, não pretende testar hipóteses para comprová-las ou refutá-las ao final da pesquisa; a intenção é a compreensão.

Levando em consideração que esta pesquisa se constitui na análise de textos, escolhemos a análise textual discursiva (MORAES, 2003, p. 191) que é uma “abordagem de análise organizando argumentos em torno de quatro focos [...]”. Os três primeiros focos, unitarização, categorização e metatexto, formam uma sequência.

A unitarização nada mais é que a desmontagem dos textos. Seu objetivo é analisar os materiais em seus pormenores, fracionando-os, buscando alcançar tópicos relacionados aos elementos estudados.

A categorização é o estabelecimento de relações entre as unidades de base, adequando-as para entender como esses itens unitários podem ser agrupados para compor as categorias.

O metatexto resulta da impregnação nos materiais da análise, permitindo o nascimento de um novo entendimento e caracteriza um empenho em especificar a compreensão que se mostra como fruto de uma nova união dos componentes formados no decorrer da unitarização e da categorização.

O ciclo de análise apresentado estabelece um procedimento auto-organizado, do qual surgem novas concepções e as implicações finais não podem ser presumidas. O primeiro item, desmontagem dos textos ou unitarização, resulta da análise dos materiais identificados como fontes (*corpus*) em todas as especificidades. Com essa finalidade, o material a ser estudado é fragmentado. O pesquisador define em que

extensão dividirá seus textos. As unidades de análise são a consequência da desconstrução.

A técnica de unitarização pode ser realizada em três momentos diferentes: 1) fragmentação dos textos; 2) reescrita de cada unidade, admitindo um sentido, o mais completo possível em si mesmo; 3) dar um nome ou em título a cada unidade elaborada.

A fragmentação acontece através de diversas leituras do *corpus* realizadas pelo pesquisador. Isso permitirá que ele diferencie os fragmentos constituintes e significativos, originando as unidades de análise. Por sua vez, a reescrita das unidades apresenta, de modo claro e evidente, os sentidos construídos desde o contexto de sua produção. Destarte, atribuir um título à unidade tem por finalidade expor a sua ideia central. Assim sendo, começa um procedimento rigoroso e trabalhoso de análise que permite alcançar a perfeição e a qualidade desejadas de uma análise qualitativa.

A categorização resulta em estabelecer relações entre as unidades extraídas com o propósito de serem combinadas e qualificadas, objetivando compor conjuntos mais complexos, as categorias, através da confrontação e da junção das unidades análogas.

As categorias são: dedutiva, indutiva e intuitiva. No processo dedutivo, as categorias são estabelecidas antes de se analisar o *corpus*, compondo categorias *a priori*. No método indutivo, as categorias são produzidas, fundamentadas, nas informações do *corpus*, resultando em categorias emergentes. “O processo intuitivo pretende superar a racionalidade linear que está implícita tanto no método dedutivo quanto no indutivo” (MORAES, 2003, p. 198). As categorias causadas por intuição “originam-se por meio de inspirações repentinas”, *insights*, provenientes da impregnação do pesquisador com o material de análise. Entretanto, tanto o processo dedutivo quanto o indutivo solicitam um certo grau de intuição, permitindo ideias e compreensões próprias.

A construção das categorias possui algumas propriedades. A primeira é a validade da categoria. Conforme Moraes (2003, p. 199),

Categorias de análise necessitam ser válidas ou pertinentes em relação aos objetivos e ao objeto. Um conjunto de categorias é válido quando é capaz de representar adequadamente as informações categorizadas, atendendo dessa forma aos objetivos da análise, que é de melhorar a compreensão dos fenômenos investigados. Quando

um conjunto de categorias é válido, os sujeitos autores dos textos analisados precisam se ver representados nas descrições e interpretações feitas.

A homogeneidade é outra propriedade. As categorias precisam ser estabelecidas a partir de um mesmo “contínuo conceitual”. Logo, as unidades que compõem uma categoria referem-se todas a um mesmo princípio (MORAES, 2003).

A propriedade da exclusão mútua determina que um mesmo dado pertença a uma exclusiva categoria. Contudo, na perspectiva da análise discursiva, tomada nesta pesquisa, admite-se a classificação de uma unidade em mais de uma categoria, uma vez que uma mesma unidade pode ser lida de perspectivas distintas.

Determinadas e expostas as categorias por seus componentes integrantes, as unidades de análise, origina-se a explanação das conexões entre elas. Assim, juntam-se as categorias entre si para que exponham o conhecimento do todo. A forte impregnação proporcionada pela unitarização e pela categorização permite a emergência de uma nova concepção do material estudado. Desse processo resulta o metatexto que se dispõe a especificar essa nova compreensão. Esta fase é chamada de “captando o novo emergente” (MORAES, 2003, p. 205).

A produção de um metatexto descritivo-interpretativo, uma das formas de caracterizar a análise textual qualitativa, constitui-se num esforço em expressar intuições e novos entendimentos atingidos a partir da impregnação intensa com o *corpus* da análise. É, portanto, um esforço construtivo no sentido de ampliar a compreensão dos fenômenos investigados.

Assim, um metatexto não deve somente apresentar algo já existente no *corpus*, mas as compreensões e os entendimentos do pesquisador. Os resultados de uma análise textual precisam ser válidos e confiáveis. Através da exatidão na condução das etapas, podemos garantir isso. Outra maneira é fundamentar os resultados na realidade empírica. Isso utilizando citações de informações extraídos do *corpus*. Contudo, o metatexto não deve compor apenas uma montagem. Precisa ser composto baseado em “algo importante que o pesquisador tem a dizer sobre o fenômeno que investigou, um argumento aglutinador ou tese que foi construído a partir da impregnação com o fenômeno e que representa o elemento central da criação do pesquisador” (MORAES, 2003, p. 207).

Essa série de análises compreende um procedimento auto-organizado, pelo qual nascem novas compreensões em que não é possível prever os resultados finais,

mas que objetiva manifestar as novas compreensões alcançadas no decorrer da análise.

A análise textual discursiva será utilizada na seção 3.2. a fim de compreender a respeito dos discursos veiculados no jornal *Folha de São Paulo*, que versaram a respeito do movimento que marcaria o fim da união entre Reino Unido e União Europeia. Procedemos à construção de categorias para caracterizar essa perspectiva. Para tanto selecionamos o material a ser analisado, a saber, matérias do *Folha de São Paulo* (2016) que abordam o assunto *Brexit*, pois, de acordo com o IVC, é o jornal com mais tiragem do país. O material selecionado versou sobre as perspectivas veiculadas pelos articulistas que escrevem pela *Folha* e se referem ao período do mês de junho de 2016, mês do *referendum*. O objetivo foi perscrutar a pluralidade de visões veiculadas pelo jornal nesse curto espaço de tempo.

Ainda nesta seção, esses artigos são fragmentados, dando origem às unidades de análise, que foram reescritas da forma que assumissem um significado, o mais completo possível em si mesmo. A seguir, as unidades de análise semelhantes foram agrupadas de forma a compor as categorias. Por fim damos origem ao metatexto, resultado da unitarização e da categorização que possibilitam a emergência de uma nova compreensão do material analisado.

As unidades reescritas estão acompanhadas de um código, de forma que possam ser identificados os textos de origem. As unidades reescritas acompanhadas do símbolo CRB são provenientes do texto de Celso Rocha de Barros (2016). As que estão juntas do código LC, Leandro Colon (2016). As seguidas por CR, Clóvis Rossi (2016). As acompanhadas pelo código DM, Demétrio Magnoli (2016). As seguidas pelo código ADN, Antonio Delfim Netto (2016). As acompanhadas de JPC, João Pereira Coutinho (2016). As que estão juntas do código MT, Marcos Troyjo (2016). Por fim, as acompanhadas de MD, Marcos Degaut (2016).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO *Corpus* DOCUMENTAL

A escolha pelo jornal *Folha de São Paulo* se deve ao fato de ser o maior em circulação nacional no âmbito digital, pois, no *ranking* de assinaturas digitais pagas, a *Folha* é a líder, com 302.880, seguida por *O Globo*, com 301.779. Além disso, o jornal tem uma coluna diária sobre política, o que o levou a ter publicado várias matérias sobre o assunto que pretendemos analisar.

Como já mencionado, a *Folha* – fundada em 1921 – declara fazer um jornalismo moderno, crítico, analítico, especializado, de serviço, plural e apartidário. De acordo com Mendes e Mendonça (2021, p. 105), “a *Folha* expressa sua opinião sobre temas da atualidade, visando, em alguma medida, reproduzir os anseios do leitor que, por sua vez, se identifica com o jornal quando detecta opiniões que coincidem com sua visão de mundo.”

Em suma, o jornal *Folha de S. Paulo* é resultado da junção ocorrida, na década de 1960, entre os jornais *Folha da Noite* (1921), *Folha da Manhã* (1925) e *Folha da Tarde* (1949). A consolidação da *Folha* como o diário de maior circulação no Brasil a partir da década de 1980 é relativa. Por um lado, ao pioneirismo na modernização de seu parque gráfico – foi o primeiro jornal a realizar a impressão em *offset* em cores em larga tiragem – e, por outro lado, à regulação de princípios editoriais (informação correta, interpretações competentes sobre essa informação e pluralidade de opiniões sobre os fatos).

Com relação à expressão de opinião, Mendes e Mendonça (2021, p. 105) relatam que em seu primeiro projeto editorial, publicado em 1981, que a *Folha*

já reivindicava para si um papel que não fosse tão somente o de repositório das diversas opiniões produzidas pela sociedade - embora reconhecesse a importância dessa função do jornalismo - e prescrevia a necessidade de que o veículo tivesse suas próprias convicções sobre os acontecimentos, pois elas seriam responsáveis por colocar em cena o jornal como um elemento dinâmico, com uma identidade e uma função social bem definidas.

A *Folha* também foi pioneira em oferecer conteúdo *on-line* a seus leitores. Vinculado ao UOL, em 1º de agosto de 1999, passou a se chamar *Folha OnLine* e ser reconhecido como um jornal em tempo real. Dois anos após a reformulação, o nome *Folha.com* deixou de ser usado. As edições impressas e digitais passaram a ser identificadas da mesma forma – como *Folha de S. Paulo* – e a disponibilizar o mesmo conteúdo. Assim, a *Folha* adotou o *paywall*, pelo qual os usuários que desejam acessar o conteúdo devem pagar por ele.

A *Folha* foi citada duas vezes no *Guinness Book – O Livro dos Recordes* de 1996, como o primeiro jornal brasileiro a superar a tiragem de 1 milhão de exemplares e como jornal de maior circulação no Brasil.

O portal *Poder 360º*, em 25 de janeiro de 2021, divulgou uma reportagem, baseada em uma pesquisa do Instituto Verificador de Informação (IVC), mostrando os

dados a seguir: entre 2018 e 2020, o jornal *O Globo* teve uma redução de quase 35% no número de assinaturas impressas e cresceu na digital em 35,3%. Já o jornal *Folha de S. Paulo* perdeu quase 37% dos assinantes do impresso e ganhou 34,3% do digital⁵.

A mesma reportagem mostrou que a *Folha de S. Paulo* contava, na data da pesquisa, com 343.522 assinantes (65.385 da versão impressa e 278.137 da versão digital), um pouco acima do total de *O Globo*, com 341.738 pessoas (78.167 da versão impressa e 263.571 da versão digital). Esses dados concretizam os dois periódicos como os maiores do Brasil em número de assinantes.

Tratando-se da identidade da *Folha de São Paulo*, Ribeiro (1994, p. 56) faz a seguinte análise:

Ágil ou taylorista do ponto de vista industrial; pragmática ou comercialmente oportunista; ideologicamente flácida ou adaptada aos tempos e às preferências do público; jornal sem causa ou politicamente realista – por trás dessas avaliações contraditórias é inegável na história e na identidade da *Folha* a presença de um componente de flexibilidade que, a par de equívocos que não conseguiu evitar, tornou-se capaz de adotar com rapidez a racionalização característica da Indústria Cultural.

Em vários momentos, a *Folha* foi caracterizada como um jornal de classe média. Essa característica aprofundou-se na gestão de Nabantino Ramos, que definia o jornal como “de classe média para a classe média” (CAPELATO *apud* RIBEIRO, 1994, p. 117). Sobre cada editorial, Melo (2003, p. 107) ressalta que

[...] numa grande empresa jornalística, passa por um sofisticado processo de depuração dos fatos, de conferência dos dados, de checagem das fontes. A decisão é tomada pela diretoria, funcionando o editorialista, que se imagina alguém integrado na linha da instituição, como intérprete dos pontos de vista que se convencionam devam ser divulgados. Além disso, o contacto com personalidades externas à organização significa a sintonização com as forças de que depende o jornal para funcionar ou cujos interesses defende na sua política editorial.

A ideia norteadora foi perscrutar, por meio do recorte “artigos de opinião” em sua totalidade, as visões que o jornal veiculara acerca do fenômeno político, a fim de encontrar pontos de convergência e de divergência entre os discursos dos colunistas,

⁵ Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/grandes-jornais-mantem-circulacao-nos-2-primeiros-anos-de-bolsonaro/>. Acesso em 9 abr. 2021.

a partir da compreensão dessas visões, produzir um metatexto.

Limitei-me às fontes de imprensa digital para realização da pesquisa. Com intuito de analisar quais as lógicas discursivas presentes nos textos de comunicação, a escolha pelo meio digital se deu em virtude da facilidade de acesso ao material disponível (que independe da posição geográfica do pesquisador), bem como a disponibilidade de recursos ao tempo do trabalho de levantamento desses dados.

Foram selecionados, ao todo, dez matérias da Folha de São Paulo. De Celso Rocha de Barros, colunista, servidor federal, doutor em sociologia pela Universidade de Oxford, com o título *Dodô mãozinha*.

Do colunista Leandro Colon, diretor da Sucursal de Brasília, escolhi dois temas: *Plebiscito britânico sobre UE vai expor duelo de gerações* e *Com grande risco de errar, apostaria que Reino Unido fica na UE*. De Clóvis Rossi, jornalista, também foram escolhidos dois temas: *Incubando o ovo da serpente* e *Votar com o coração ou o bolso*.

Demétrio Magnoli, sociólogo e doutor em geografia humana pela USP, selecionei a matéria intitulada *Brexit, o fim do mundo*. De João Pereira Coutinho, escritor e doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa, foi escolhido o tema *O projétil europeu*.

Outra matéria selecionada foi a de Marcos Troyjo, diplomata, economista e cientista social, diretor do BRICLab da Universidade Columbia, com o título *Brexit mostra limites de um mundo pós-internacional*. Por fim, os dois últimos títulos selecionados são de Antonio Delfim Netto, economista, ex-ministro da Fazenda, e de Marcos Degaut, cientista político, doutor em estudos de segurança, professor-adjunto na Universidade da Flórida Central (EUA) e copresidente do Instituto Kalout-Degaut de Política e Estratégia, com os temas *Brexit* e *Abandonar União Europeia não é solução*, respectivamente. No que tange às vertentes de teorias sobre a comunicação, falando de Jesus Martín-Barbero, Walter de Sousa Junior (2014) diz que:

O teórico espanhol, que desde a publicação do livro *Dos meios às mediações*, em 1987, ao analisar os mecanismos de interação entre comunicação, cultura e hegemonia, passou a perceber que nas relações de poder entre os meios e a sociedade há brechas inapreensíveis pela lógica de mercado originadas nas mediações promovidas pelos receptores em seu entorno social (SOUSA JUNIOR, 014, p. 352).

Martín-Barbero (1997) traça um panorama desde a corrente funcionalista dos

anos 60, destacando que a onipotência concedida por meio dessa versão aos meios passou a recair sobre a ideologia, que se tornou objeto e sujeito, dispositivo totalizador dos discursos. A partir dos anos 70, ressaltou-se a preocupação em se fazer crítica, ou melhor, racionalizar a lógica na comunicação, sendo preponderante a necessidade do método nas problematizações que passariam a ser realizadas. É nessa nova perspectiva que se tem lugar o tema desta discussão: o político.

A ideia defendida por Barbero é que se contrapõe a teoria crítica da Indústria Cultural, que via os meios de comunicação como mero instrumento de manipulação, que manietavam a democratização da discussão política, que, dadas as devidas proporções, poderiam também derruir a cultura culta e popular.

No limiar objetivo da análise da comunicação, realçou o autor que a verdadeira habilidade teórica da racionalidade informacional reside em sua noção de conhecimento, como "acúmulo de informação mais classificação" (BARBERO apud SOUZA JÚNIOR, p. 281), é a esse acúmulo de informação e posterior classificação que se dará o aporte para discussão dos diferentes tipos de mensagens veiculados pelos articulistas da *Folha de São Paulo* que tratam do *Brexit*.

Nessa ótica, a população do Reino Unido, observando, ao longo do tempo, os supostos desaparecimentos do controle e a auto-gestão do Estado – situação que tendia a ser transmitida pelos veículos de comunicação –teriam visto suas capacidades políticas e econômico-produtivas ameaçadas. A visão a respeito da necessidade de soberania político-econômico, durante a campanha, variou de acordo com critérios de idade e de classe social. Quando se fala em “Reino Unido”, pensa-se na decisão da população, em sentido uno:

[...] opuseram-se ativamente ao *Brexit* os jovens, os setores profissionais e os grupos de maior instrução. Ocorre, porém, que a população de idade superior a 65 anos é mais numerosa do que a de idade inferior a trinta, pelo que a votação foi decidida pelas pessoas mais velhas. O fator idade não determinou apenas o sentido do voto, mas também a intensidade da mobilização (CASTELLS, 2018, p. 50).

Essa porcentagem da população que viu a “burocracia de Estado” sendo exercida no decorrer da história em favor da *great island*, a partir do contexto da crise de 2008 e seus desdobramentos, observou o estabelecimento de um cenário ameaçador ao dismantelar das relações soberanas que privilegiavam o desenvolvimento do próprio do Reino Unido, e, nesse processo, o *Brexit* teria se apresentado como a “grande solução” da querela britânica aos olhos dos que votaram

pela saída.

3.2 A ANÁLISE TEXTUAL DISCURSIVA

Considerando o objetivo desta pesquisa, isto é, compreender a respeito dos discursos veiculados no jornal *Folha de São Paulo*, que versaram sobre o movimento que marcaria o fim da união entre Reino Unido e União Europeia, principiámos a investigação pelos elementos que a caracterizam. Para conseguir resultados mais rigorosos e confiáveis, escolhi a análise textual discursiva (MORAES, 2003) como metodologia de pesquisa para especificar os discursos presentes nesse jornal, bem como os fatores considerados para construir as opiniões apresentadas.

Determinado o *corpus*, realiza-se a unitarização, primeira etapa da análise, através das suas três subetapas: fragmentação, reescrita das unidades e atribuição de título para cada unidade. O Quadro 1 apresenta a relação das matérias selecionadas para análise.

Quadro 1: Relação das matérias selecionadas para análise

CORPUS DOCUMENTAL					
Título da matéria	Data	Articulista	Informações sobre o Articulista	SIGLA	Outras observações pertinentes
Dodô Mãozinha	06/06/2016	Celso Rocha de Barros	Doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford, com tese sobre as desigualdades sociais após o colapso de regimes socialistas no Leste Europeu. Escreve às segundas.	CRB	Atualmente é analista no departamento de Organização do Sistema Financeiro do Banco Central do Brasil no RJ.
Plebiscito Britânico sobre UE vai expor duelo de gerações	07/06/2016	Leandro Colon	Diretor da Sucursal de Brasília. Foi correspondente na Europa, baseado em Londres, de 2013 a 2015. É vencedor de dois prêmios Esso e de um prêmio Folha de jornalismo. Escreve às segundas.	LC	No momento, atua entre Brasília e São Paulo como consultoria boutique para empresas, seus respectivos cargos de chefia e em estratégia de comunicação em políticas públicas, gerenciamento de crise, engajamento com a mídia.
Incubando o ovo da serpente	17/06/2016	Clóvis Rossi	Repórter especial. Ganhou prêmios Maria Moors Cabot (EUA) e da <i>Fundación por un Nuevo Periodismo Iberoamericano</i> . Escreve às quintas e aos domingos.	CR	Tem textos publicados produzidos nos cinco continentes e recorde de coberturas de transição do autoritarismo para a democracia na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, toda a América Central, Espanha, Portugal e África do Sul.
Brexit, o fim do mundo	18/06/2016	Demétrio Magnoli	Doutor em Geografia Humana. É especialista em política internacional. Escreveu, entre outros, <i>Gota de sangue - História do Pensamento Racial</i> e <i>O Leviatã Desafiado</i> . Escreve aos sábados.	DM	Atualmente é colunista da <i>Folha de S. Paulo</i> e de <i>O Globo</i> . É comentarista internacional do <i>Jornal das Dez</i> e do <i>Em Pauta</i> , na <i>Globo News</i> .

Com grande risco de errar, apostaria que Reino Unido fica na EU	21/06/2016	Leandro Colon	Diretor da Sucursal de Brasília. Foi correspondente na Europa, baseado em Londres, de 2013 a 2015. É vencedor de dois prêmios Esso e de um prêmio Folha de jornalismo. Escreve às segundas.	LC	No momento, atua entre Brasília e São Paulo como consultoria boutique para empresas e seus respectivos cargos de chefia e em estratégia de comunicação em políticas públicas, gerenciamento de crise, engajamento com a mídia.
O projétil europeu	21/06/2016	João Pereira Coutinho	Escritor português. É doutor em Ciência Política. Escreve às terças e às sextas.	JPC	Cronista, cientista político e escritor português. É autor de várias obras, entre elas <i>As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários</i> .
“Brexit” mostra limites de um mundo ‘pós-internacional’	22/06/2016	Marcos Troyjo	Economista, Diplomata e Cientista Social, dirige o BRICLab da Universidade Columbia em NY, onde é professor-adjunto de relações internacionais e políticas públicas. Escreve às quartas.	MT	É integrante do Conselho Consultivo do Fórum Econômico Mundial, pesquisador do <i>Centre d’Études sur l’Actuel et le Quotidien</i> da Universidade Paris-Descartes, fundador do Centro de Diplomacia Empresarial e conselheiro do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).
Brexit	22/06/2016	Antonio Delfim Netto	Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici). É economista e ex-deputado federal. Professor catedrático na Universidade de São Paulo. Escreve às quartas.	ADN	Foi embaixador do Brasil na França. É autor de <i>O problema do café no Brasil</i> , <i>Só o político pode salvar o economista</i> e <i>O animal econômico</i> .
Abandonar União Europeia não é solução	23/06/2016	Marcos Degaut	Cientista Político. É doutor em estudos de segurança, professor-adjunto na Universidade da Flórida Central (EUA) e copresidente do Instituto Kalout-Degaut de Política e Estratégia.	MD	Mestre em Relações Internacionais pela UNB. Possui graduação em Direito pelo Centro Univ. do DF, graduação em Letras pelo Centro Univ. de Brasília, Especialista em Inteligência pela Escola Nacional de Inteligência.

Votar com o coração ou o bolso	23/06/2016	Clóvis Rossi	Repórter especial. Ganhou prêmios Maria Moors Cabot (EUA) e da <i>Fundación por un Nuevo Periodismo Iberoamericano</i> . Escreve às quintas e aos domingos.	CR	Tem textos publicados produzidos nos cinco continentes e recorde de coberturas de transição do autoritarismo para a democracia na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, toda a América Central, Espanha, Portugal e África do Sul.
--------------------------------	------------	--------------	---	----	--

A seguir, trago um resumo dos artigos de cada articulista e seus argumentos.

Dodô mãozinha (Celso Rocha de Barros) – Donald Trump quer construir um muro separando os Estados Unidos da América Latina. Ele é o típico picareta sem-vergonha que periodicamente aparece na política latino-americana para quebrar um país. Trump é uma mistura de Chávez, Eike e Bolsonaro, que faz parte de uma mesma onda conservadora e anti-internacionalista que incluiria o movimento pelo *Brexit* na Inglaterra. A obsessão de Donald Trump é a de que os Estados Unidos estão sendo passados para trás pelos estrangeiros. A ideia de que a integração global melhoraria a vida de todo mundo se mostrou errada. A mesma globalização que cria ilhas de prosperidade em países pobres também cria ilhas de estagnação em países ricos, e isso está começando a afetar a vida política do mundo desenvolvido. Trump rejeita os latino-americanos que aspiram a viver em uma sociedade de primeiro mundo enquanto promete aos americanos uma política avacalhada como a da América Latina. Trump não tem a menor ideia do que faz, é um fascista de terceira divisão.

Plebiscito britânico sobre UE vai expor duelo de gerações (Leandro Colon) – Recentes pesquisas no Reino Unido indicam um duelo de gerações. De um lado, está a maioria dos jovens em defesa da permanência do país na União Europeia. De outro, os mais velhos, principalmente os acima de 50 anos. Ao todo, 61% dos votantes, entre 18 e 24 anos, afirmam que querem continuar integrados à União Europeia, ante 21% contrários. Na faixa dos 50 a 64 anos, o apoio à permanência no bloco cai para 37%, enquanto sobe para 53% os que têm posição anti-UE. Quando a idade passa de 65 anos, o percentual dos que querem deixar a Europa chega a 59%. Essa diferença se dá por causa da economia e da imigração. Para os jovens, a aliança com a Europa mantém ainda a possibilidade de buscar novas oportunidades em outros países europeus. Os mais antigos acreditam que a separação tende a dar mais força para o governo do Reino Unido barrar a chegada de europeus. O ponto de vista dos eleitores diverge de acordo com a idade.

Incubando o ovo da serpente (Clóvis Rossi) – O assassino de Jo Cox, política britânica que se destacava pelo trabalho humanitários, antes de praticar o crime, gritou mais de uma vez “*Britain First*” (“Grã-Bretanha primeiro”), em evidente alusão ao fato de que Jo Cox fazia campanha no sentido oposto, ou seja, a favor da permanência do Reino Unido na União Europeia. “*Britain first*” é o *slogan* de um grupo de extrema-direita, de inspiração nazista. Nunca é demais lembrar que os defensores originais do *Brexit* foram os líderes do Ukip (Partido pela Independência do Reino

Unido), de extrema-direita, xenófobos e sempre prontos a gritar “*Britain first*”. Ou seja, injetam, há tempos, o veneno que acabou impregnando a mente do assassino de Jo Cox. O fanatismo nacionalista foi o responsável ideológico pelo assassinato de Jo Cox.

Brexit, o fim do mundo (Demétrio Magnoli) – A imagem de uma multidão de refugiados caminhando pela estrada, sob o *slogan* “Ponto de ruptura” – eis a mais recente peça publicitária de Nigel Farage, líder do ultranacionalista Ukip, em campanha contra a permanência britânica na União Europeia. O *Brexit* não significa o fim do mundo, mas seria, em diversos sentidos, o fim do mundo que conheço. O *Brexit* significa o fim do Reino Unido, pois deflagraria um novo plebiscito na Escócia, com triunfo assegurado do separatismo. Longe da Europa, o Reino Desunido estaria condenado a declinar sob o cetro de uma triunfante direita nativista constituída pela soma do Ukip com os detritos xenófobos do Partido Conservador. A UE é menos um fruto de Stalin, uma resposta à ameaça soviética da Guerra Fria, que um fruto de Hitler. A alternativa liberal aos nacionalismos descontrolados que reduziram a civilização europeia a uma pilha de ruínas. O *Brexit* não significa necessariamente a implosão da UE, mas irrigaria um solo contaminado. “*Brexit*, hoje; Donald Trump amanhã?”. A peça publicitária do Ukip funcionaria perfeitamente como estandarte da campanha de Trump, com a mera substituição dos refugiados sírios pelos imigrantes mexicanos. O nativismo circula dos dois lados do Atlântico, como um sintoma da crise geral das democracias ocidentais. “*Please, don’t go!*”, apelou em manchete o semanário alemão Der Spiegel, numa edição especial sobre o *Brexit*. Os britânicos ainda podem evitar o desastroso desenlace. O mundo que conheço merece uma segunda chance.

Com grande risco de errar, apostaria que Reino Unido fica na UE (Leandro Colon) – Fatores da campanha e de episódios recentes no país me levariam a apostar que a maioria dos britânicos vai optar pela permanência no bloco europeu. Arriscaria as fichas na tendência de grande parte dos indecisos optar, na última hora, por um voto mais conservador, sob o temor do risco para a economia, em meio a um desemprego atual de apenas 5,4% e uma inflação de 0,5%, além da incerteza no campo político diante da saída do bloco e do prazo estimado de dois anos para que a decisão seja totalmente implementada. É fato também que o clima de comoção com o assassinato da deputada trabalhista Jo Cox, ativista pró-UE e pró-imigração, tem revelado força para, ao menos, neutralizar a campanha pela separação. Restaria aos

simpatizantes do *Brexit* torcerem para uma presença em peso dos eleitores mais velhos, sobretudo dos acima de 55 anos, em sua maioria a favor do rompimento. O megainvestidor George Soros faz um alerta sobre os riscos para a economia britânica em caso de ruptura com o bloco. Para ele, a poderosa libra esterlina corre sério risco de se desvalorizar de 15% a 20%.

O projétil europeu (João Pereira Coutinho) – Espero, de alma e de coração, que Londres abandone o bloco. Com a crise da zona do euro longe da resolução, Londres não deseja contribuir para pacotes de resgate que, além de ilegais, não têm tido grande sucesso. Para Daniel Hannan, o plebiscito reflete, acima de tudo, o desconforto de uma parte do Reino Unido com a “supremacia legal” da União Europeia. Devem os países do bloco ser governados “de facto” por uma Comissão Europeia que ninguém elegeu – ou esse papel cabe aos parlamentos dos diferentes estados? Os ingleses que defendem o *Brexit* nunca se opuseram a um mercado comum. O que eles não toleram é a existência de um poder exterior que suplanta e marginaliza o papel secular do parlamento. A utopia federal que a União Europeia persegue é clara, e creio que irreversível. E essa utopia implica na rendição das soberanias nacionais a um único poder burocrático, centralizado e incontrolado. Finalmente, esse processo poderá despertar o exato tipo de nacionalismos venenosos que os “pais fundadores” procuraram suplantar. A Inglaterra sempre foi decisiva para salvar os europeus deles próprios.

“Brexit” mostra limites de um mundo “pós-internacional” (Marcos Troyjo)
– Qualquer que seja o resultado, toda a acirrada dinâmica do referendo evidencia as fissuras hoje presentes em praticamente todos os processos de integração regional ao redor do mundo. No início dos anos 1990, a integração era um dos vetores dominantes de uma “Globalização Profunda”. Ao lado de cânones ocidentais, a integração sinalizava um mundo “pós-internacional”. É dizer: a relação entre estados-nação poderia deixar de ser necessariamente a geometria dominante dos fluxos de poder e prosperidade globais. Numa perspectiva mais institucionalista dos que analisam as megatendências mundiais, o Estado-Nação também tenderia a perder sua predominância na expressão de povos e de regiões. E a Globalização Profunda da década de noventa mostrou isso à Europa. Quando rolarem os dados que definirão a sorte do *Brexit*, além do descontentamento com a burocracia de Bruxelas e a suposta perda de soberania britânica, os “saidistas” também terão, em mente, o problema da migração maciça à Europa resultante de tragédias humanitárias na África

e na Síria e uma tendência a abraçar práticas de protecionismo comercial e de menores correntes de investimento. Esse mundo que insiste em se definir prioritariamente pelo Estado-Nação foi reforçado com a crise de 2008. O corolário de muitos desses movimentos de reafirmação nacional vai além da simples reação à integração regional. No limite, é prova, mesmo no âmbito das grandes potências, de um grande desconforto com a globalização.

Brexit (Antonio Delfim Netto) – Há momentos cruciais em que as consequências das decisões da sociedade são de tal magnitude que é preciso consultá-la diretamente, por um plebiscito, por exemplo, que revelará a “crença” majoritária. A posição de cada um depende da qualidade da sua informação e do que espera no futuro, que é sempre “aberto” e rigorosamente opaco. Não há garantia de que a decisão majoritária de hoje seja a melhor quando o futuro for presente. O Reino Unido decidirá se sai ou se fica na União Europeia, que acumula graves problemas de administração política e singular *deficit* democrático. Há uma trágica divisão da sociedade inglesa revelada por pesquisas específicas. Entre os mais informados que veem mais longe, a permanência tem mais do que $\frac{2}{3}$ dos votos. Na população em geral, há uma indecisão. Na minha opinião, o *Brexit*, a longo prazo, tem toda a probabilidade de ser uma má solução para o próprio Reino Unido e toda a probabilidade de disparar novos separatismos nele e em outros países que serão prejudiciais à construção de uma ordem mundial pacífica. O “juízo final” será dado pela história. Como já sei, ele só chega quando é tarde demais para o arrependimento.

Abandonar a União Europeia não é solução (Marcos Degaut) – A possibilidade de o Reino Unido sair da União Europeia acirrou tensões e rivalidades políticas, alarmou agentes econômicos e suscitou debates sobre os motivos do claudicante desempenho econômico das ilhas britânicas. Liderado pelo Partido da Independência, o *Brexit* conta ainda com o apoio de alas minoritárias dos partidos Conservador e Trabalhista, além de suporte de quase 50% da população. A campanha pela saída escora-se em três eixos principais: dinamização do crescimento econômico e reversão do *déficit* comercial; controle e redução dos fluxos imigratórios; retomada do protagonismo político regional e mundial. Entretanto, renunciar à integração não irá equacionar nenhuma dessas questões. Pelo contrário, apresenta o potencial de agravá-las. O mercado comum europeu emprega três instrumentos para impulsionar o comércio intrabloco: a eliminação de tarifas sobre bens e serviços, a livre circulação de pessoas, de bens, de serviços e de capitais e a redução maciça

dos custos logísticos e operacionais para exportadores. Ao abdicar do bloco, o Reino Unido perderia essas vantagens e necessitaria renegociar um acordo de livre-comércio com a União Europeia. Engana-se quem pensa que os britânicos poderiam ditar os termos dessa negociação, pelo simples fato de o bloco ser muito mais importante para os britânicos do que o contrário. Em relação à entrada maciça de imigrantes, verifica-se o acirramento das desigualdades e das tensões sociais, culturais e religiosas causadas por uma economia incapaz de absorver cerca de 170 mil novos trabalhadores estrangeiros anualmente. Uma vitória dos defensores do *Brexit* reforçaria pressões xenófobas para a restrição de fluxos imigratórios e de direitos dos imigrantes. Por fim, a desfiliação britânica não resultaria em retomada do protagonismo político regional e mundial. Na prática, Londres abdicou a liderança continental desde o início do processo de integração europeu na década de 1940, conduzido pelo eixo França-Alemanha. Em termos mundiais, o Reino Unido se tornou pouco mais do que um apêndice da política externa norte-americana. A ideia de que o Reino Unido, com a saída, exerceria maior influência e se moveria com maior agilidade e autonomia em um sistema político/comercial/financeiro fragmentado e dominado pelo Estados Unidos, pela China e pela própria União Europeia é resultado de concepções nacionalistas equivocadas e anacrônicas. Abandonar o bloco não seria uma solução, mas um “tiro no pé”.

Votar com o coração ou o bolso (Clóvis Rossi) – Só mesmo recorrendo a uma velhíssima piada para explicar a resistência dos adeptos do *Brexit* à catarata de previsões apocalípticas sobre as consequências da saída. Se, de todo modo, ganhar o não ao divórcio com a Europa, será pela carteira, jamais pelo sentimento. Afinal, até o geralmente sóbrio Fundo Monetário Internacional acaba de divulgar estudo em que afirma que deixar a União Europeia afetaria o padrão de vida dos britânicos, atijaria a inflação e faria evaporar 5,5% da riqueza nacional. O coração dos britânicos é britânico, não europeu: só 15% dos britânicos, na média, identificam-se como europeus. Os demais são, antes de mais nada, ou ingleses, ou escoceses, ou irlandeses, ou galeses, as quatro tribos que convivem no território do Reino Unido. Suspeito não ser exagerado dizer que o populismo xenófobo se dirige muito mais aos novos imigrantes, em especial, do Leste Europeu, do que aos imigrantes em geral.

O Quadro 2 apresenta os fragmentos/unidades de análise dos textos do *corpus* e as suas respectivas reescritas.

Quadro 2: Fragmentos/Unidades de análise dos textos do *corpus* organizados pela posição em relação ao *Brexit* e suas respectivas reescritas

Posição em relação ao <i>Brexit</i>	Fragmentos/Unidades de análise	Reescrita
Questão Etária	<p>“De um lado está a maioria dos jovens em defesa da permanência do país na União Europeia (ou contra o chamado “Brexit”). De outro, os mais velhos, principalmente os acima de 50 anos, pelo divórcio dos vizinhos” (LC).</p>	<p>- Conflito de gerações.</p>
	<p>“Pode-se resumir a resposta para essa diferença, sobretudo, em duas palavras: economia e imigração. Os jovens apostam que a economia britânica é muito mais forte como membro da UE em meio a uma taxa de desemprego de 5% e um panorama de incerteza num eventual isolamento. Para eles, a aliança com a Europa mantém ainda a possibilidade de buscar novas oportunidades em outros países europeus” (LC).</p>	<p>- Os jovens confiam que a economia britânica é mais forte como membro da União Europeia. - A união com a Europa traz a chance de buscar novas oportunidades em outros países europeus.</p>
	<p>“O voto não é obrigatório e os mais velhos demonstram mais interesse no plebiscito. Uma reportagem do “Guardian” classificou de apática a postura política da nova geração. Uma apatia que pode ser fator relevante no placar final” (LC).</p>	<p>- Os mais velhos têm mais interesse no plebiscito.</p>
	<p>“[...] mas é clara uma tendência mostrando que a participação eleitoral do grupo que quer deixar a UE tem tido uma vantagem sobre a campanha pela permanência no bloco” (LC).</p>	<p>- A participação eleitoral dos que querem deixar a União Europeia tem tido uma vantagem.</p>
	<p>“[...] a maioria dos britânicos vai optar [...] pela permanência no bloco europeu. [...] grande parte dos indecisos [...] optar na última hora por um voto mais conservador [...] em meio a um desemprego atual de apenas 5,4% e uma inflação de 0,5%, além da incerteza no campo político diante da saída do bloco e do prazo</p>	<p>- Grande parte dos indecisos vai optar na última hora por um voto mais conservador temendo o risco para a economia.</p>

	estimado de dois anos para que a decisão seja totalmente implementada” (LC).	
	“Restaria aos simpatizantes do “Brexit” (expressão para a saída do bloco) torcer para uma presença em peso dos eleitores mais velhos, sobretudo dos acima de 55 anos, em sua maioria a favor do rompimento” (LC).	- Os simpatizantes do <i>Brexit</i> devem torcer para os mais velhos comparecerem em peso ao plebiscito.
	“Tudo ainda pode mudar, graças a uma onda de participação de eleitores jovens e ao genuíno engajamento do Partido Trabalhista na reta final da campanha. [...] a média das sondagens indica vantagem para a proposta de ruptura. O Brexit (Britain exit, saída britânica) não significaria o fim do mundo – mas seria, em diversos sentidos, o fim do mundo que conhecemos” (DM).	- Participação dos eleitores jovens. - Não significa o fim do mundo, mas seria, em diversos sentidos, o fim do mundo que conhecemos. - Vantagem para a proposta de ruptura.
	“A posição de cada um depende da qualidade da sua informação e do que espera no futuro, que é sempre “aberto” e rigorosamente opaco” (ADN).	- O voto de cada um depende da qualidade da informação que possui e da expectativa de futuro, que é uma incógnita.
	“Qualquer que seja o resultado, toda a acirrada dinâmica do referendo evidencia as fissuras hoje presentes em praticamente todos os processos de integração regional ao redor do mundo” (MT).	- Todo o processo do referendo comprova as fendas existentes nos processos de conexão regional pelo mundo.
	“Numa dinâmica não linear, pontuada por injeções anabolizantes de crédito e dívida pública, as classes médias experimentam contração de longo prazo. [...] Os britânicos ainda podem evitar o desastroso desenlace, oferecendo uma segunda chance ao mundo que conhecemos” (DM).	- Defesa da permanência na União pelo risco econômico.
Imigração	“Johnson afirmou que Cameron ainda não explicou como vai controlar a crescente onda imigratória de europeus no território britânico. Johnson ainda destacou o risco de o Reino Unido ter de socorrer países em crise econômica na zona do euro” (LC).	- Fluxo imigratório de europeus no território britânico.

	<p>“Em relação à entrada maciça de imigrantes, verifica-se o acirramento das desigualdades e tensões sociais, culturais e religiosas causadas por uma economia incapaz de absorver cerca de 170 mil novos trabalhadores estrangeiros anualmente” (MD).</p>	<p>- Sobre a entrada de imigrantes, nota-se a exasperação das diferenças e dos conflitos sociais, culturais e religiosos porque a economia é incapaz de absorver 170 mil imigrantes todos os anos.</p>
	<p>“Nada [...] na linha política conduzida pelo primeiro-ministro David Cameron [...] autoriza antever qualquer mudança na atual legislação migratória. Uma vitória dos defensores do Brexit [...] reforçaria pressões xenófobas para a restrição de fluxos imigratórios e de direitos dos imigrantes” (MD).</p>	<p>- A vitória do <i>Brexit</i> reforçaria pressões xenófobas para a restrição de fluxos imigratórios e de direitos dos imigrantes.</p>
Divisões Políticas	<p>“[...] o clima de comoção com o assassinato na semana passada da deputada trabalhista Jo Cox, ativista pró-UE e pró-imigração, tem revelado força para ao menos neutralizar a campanha pela separação” (LC).</p>	<p>- O assassinato da deputada trabalhista Jo Cox, ativista pró-UE e pró-imigração parece neutralizar a campanha pelo <i>Brexit</i>.</p>
	<p>“O patriotismo é o último refúgio dos canalhas. É triste verificar que esse refúgio não só está ficando mais povoado do que nunca como foi o responsável ideológico pelo assassinato de Jo Cox, a jovem (41 anos) política britânica que se destacava pelo trabalho humanitário” (CR).</p>	<p>- O patriotismo foi o responsável ideológico pelo assassinato de Jo Cox.</p>
	<p>“Nós não sabemos ainda o que estava na cabeça do homem que matou Jo Cox. [...] o suspeito no caso tem vínculos com um grupo neonazista dos Estados Unidos [...]” (CR).</p>	<p>- O assassino de Jo Cox tem vínculos com um grupo neonazista dos Estados Unidos.</p>
	<p>“Nunca é demais lembrar que os defensores originais do Brexit foram os líderes do Ukip (Partido pela Independência do Reino Unido), de extrema-direita, xenófobos e sempre prontos a gritar “Britain first”. Ou seja, injetam há tempos o veneno que acabou impregnando a mente do assassino de Jo Cox” (CR).</p>	<p>- Os defensores do <i>Brexit</i> foram os líderes do Ukip xenófobos de extrema direita, que acabaram influenciando a mente do assassino de Jo Cox com seu nacionalismo venenoso.</p>

	<p>“Ao abdicar do bloco, o Reino Unido perderia essas vantagens e necessitaria renegociar um acordo de livre-comércio com a União Europeia. Engana-se [...] quem pensa que os britânicos [...] poderiam ditar os termos dessa negociação, pelo simples fato de o bloco ser muito mais importante para os britânicos do que o contrário” (MD).</p>	<p>- A vantagem é o livre-comércio. Renegociar um acordo de livre-comércio com a UE seria difícil pois os britânicos não tem a possibilidade de ditar os termos da negociação.</p>
	<p>“A ideia de que o Reino Unido [...] exerceria maior influência e se moveria com maior agilidade e autonomia em um sistema político/comercial/financeiro fragmentado e dominado por Estados Unidos, China e pela própria União Europeia é resultado de concepções nacionalistas equivocadas e anacrônicas. Abandonar o bloco não seria uma solução, mas tiro no pé” (MD).</p>	<p>- Seria um equívoco dizer que o Reino Unido, após a saída, exerceria maior influência e teria autonomia. - Melhor permanecer no bloco.</p>
	<p>“Os eurocéticos britânicos acreditam que a União Europeia é uma âncora que atrasa o crescimento do Reino Unido, devido às sucessivas crises financeiras e ao lento crescimento econômico na Eurozona, ao grande déficit comercial com o bloco e às rígidas disposições comerciais, trabalhistas, ambientais e tarifárias impostas pelo bloco a seus membros [...]” (MD).</p>	<p>- Os partidários do <i>Brexit</i> acreditam que a União Europeia atrasa o crescimento do Reino Unido.</p>
	<p>“A campanha pela saída escora-se em três eixos principais: dinamização do crescimento econômico e reversão do déficit comercial; controle e redução dos fluxos imigratórios; retomada do protagonismo político regional e mundial. [...] renunciar à integração não irá equacionar nenhuma dessas questões. [...] apresenta o potencial de agravá-las” (MD).</p>	<p>- Renunciar à integração vai agravar as questões de crescimento econômico e reversão do déficit comercial, o controle e redução dos fluxos imigratórios e a retomada do protagonismo político regional e mundial.</p>
	<p>“A maioria dos outros países não apresenta superávits consideráveis com os britânicos ou possui com eles volumes comerciais expressivos. [...] o Reino Unido teria de oferecer mais benefícios comerciais do que receberia</p>	<p>- O Reino Unido teria de proporcionar mais benefícios comerciais do que ganharia para consolidar um acordo de livre-comércio com a região.</p>

	para concretizar um acordo de livre-comércio com a região” (MD).	
Economia	“[...] riscos para a economia britânica em caso de ruptura com o bloco. [...] a poderosa libra esterlina corre sério risco de se desvalorizar de 15% a 20%. “Isso teria também um imediato e dramático impacto sobre mercados financeiros, investimentos, preços e empregos” (LC).	- Desvalorização da libra esterlina. - Impacto sobre mercados financeiros, investimentos, preços e empregos.
	“Johnson afirmou que Cameron ainda não explicou como vai controlar a crescente onda imigratória de europeus no território britânico. Johnson ainda destacou o risco de o Reino Unido ter de socorrer países em crise econômica na zona do euro” (LC).	- Risco de o Reino Unido ter de auxiliar países em crise econômica.
Consequências Mundiais	“O Brexit significaria o fim do Reino Unido, pois deflagraria um novo plebiscito na Escócia, com triunfo assegurado do separatismo. Os escoceses renunciariam ao Tratado de União de 1706 para permanecer na Europa, redefinindo sua identidade nacional” (DM).	- Fragmentação do Reino Unido. - O <i>Brexit</i> deflagraria um novo Plebiscito na Escócia. - Os escoceses renunciariam ao Tratado de União de 1706.
	“[...] o Brexit no longo prazo tem toda a probabilidade de ser uma má solução para o próprio Reino Unido e toda a probabilidade de disparar novos separatismos nele e em outros países que serão prejudiciais à construção de uma ordem mundial pacífica. O ‘juízo final’ será, entretanto, dado pela história [...]” (ADN).	-Tem toda a probabilidade de ser uma má solução para o RU e prejudicial à construção de uma ordem mundial pacífica.

Para finalizar a técnica de unitarização, as unidades de análise com mesmo significado foram agregadas para compor uma única unidade, à qual foi dada um título. O Quadro 3, a seguir, exhibe as unidades de análises, reescritas e seguidas do código que mostra o texto de origem, agrupadas, na primeira coluna, e título conferido ao agrupamento, na segunda coluna.

Quadro 3: Unidades de significado semelhantes agrupadas para constituir uma única unidade

Agrupamento das unidades	Unidade de significado obtida do agrupamento
<ul style="list-style-type: none"> - A vantagem é o livre-comércio. Renegociar um acordo de livre-comércio com a UE seria difícil pois os britânicos não tem a possibilidade de ditar os termos da negociação (MD). - Seria um equívoco dizer que o Reino Unido, após a saída, exerceria maior influência e teria autonomia (MD). - Melhor permanecer no bloco (MD). - Os partidários do <i>Brexit</i> acreditam que a União Europeia atrasa o crescimento do Reino Unido (MD). - Renunciar a integração vai agravar as questões de crescimento econômico e a reversão do <i>déficit</i> comercial, o controle e redução dos fluxos imigratórios e a retomada do protagonismo político regional e mundial (MD). - O Reino Unido teria de proporcionar mais benefícios comerciais do que ganharia para consolidar um acordo de livre-comércio com a região (MD). 	<p>Problemas e perdas gerados na saída do Reino Unido do bloco.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Desvalorização da libra esterlina (LC). - Impacto sobre mercados financeiros, investimentos, preços e empregos (LC). - As classes médias provam reduções de longo prazo (DM). - Risco de o Reino Unido ter de auxiliar países em crise econômica (LC). 	<p>Contratempos e perigos para a economia.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Conflito de gerações (LC). - Os jovens confiam que a economia britânica é mais forte como membro da União Europeia (LC). - Os mais velhos têm mais interesse no plebiscito (LC). - A união com a Europa traz a chance de buscar novas oportunidades em outros países europeus (LC). - Os simpatizantes do <i>Brexit</i> devem torcer para os mais velhos comparecerem em peso ao plebiscito (LC). - Participação dos eleitores jovens (DM). - A participação eleitoral dos que querem deixar a União Europeia tem tido uma vantagem (LC). - Grande parte dos indecisos vai optar na última hora por um voto mais conservador temendo o risco para a economia (LC). - Defesa da permanência na União pelo risco econômico (DM). - Vantagem para a proposta de ruptura (DM). - Não significa o fim do mundo, mas seria, em diversos sentidos, o fim do mundo que conhecemos (DM). - Não há garantia de que a decisão da maioria de hoje seja a melhor (ADN). 	<p>Choque entre as visões de gerações.</p>

<ul style="list-style-type: none"> - O voto de cada um depende da qualidade da informação que possui e da expectativa de futuro, que é uma incógnita (ADN). - A união com a Europa traz a chance de buscar novas oportunidades em outros países europeus (LC). - Todo o processo do referendo comprova as fendas existentes nos processos de conexão regional pelo mundo (MT). 	
<ul style="list-style-type: none"> - Assassinato da deputada trabalhista Jo Cox, ativista pró-UE e pró-imigração (LC). - O assassinato da deputada trabalhista Jo Cox, ativista pró-UE e pró-imigração parece neutralizar a campanha pelo <i>Brexit</i> (LC). - O patriotismo foi o responsável ideológico pelo assassinato de Jo Cox (CR). - O assassino de Jo Cox tem vínculos com um grupo neonazista dos Estados Unidos (CR). - Os defensores do <i>Brexit</i> foram os líderes do UKIP, xenófobos de extrema direita, que acabaram influenciando a mente do assassino de Jo Cox com seu nacionalismo venenoso (CR). 	<p>Assassinato de Jo Cox, defensora da permanência do Reino Unido na União Europeia.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Fluxo imigratório de europeus no território britânico (LC). - A vitória do <i>Brexit</i> reforçaria pressões xenófobas para a restrição de fluxos imigratórios e de direitos dos imigrantes (MD). - Sobre a entrada de imigrantes, nota-se a exasperação das diferenças e dos conflitos sociais, culturais e religiosos (MD). 	<p>Entrada de imigrantes no território britânico.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - Tem toda a probabilidade de ser uma má solução para o RU e prejudicial à construção de uma ordem mundial pacífica (ADN). - O <i>Brexit</i> deflagraria um novo Plebiscito na Escócia (DM). - Os escoceses renunciariam ao Tratado de União de 1706 (DM). - Fragmentação do Reino Unido (DM). 	<p>As consequências do <i>Brexit</i> não afetariam apenas o Reino Unido.</p>

Desse processo, obtivemos as seis unidades de significado a seguir:

- 1) Problemas e perdas gerados na saída do Reino Unido do bloco.
- 2) Contratempos e perigos para a economia.
- 3) Choque entre as visões de gerações.
- 4) Assassinato de Jo Cox, defensora da permanência do Reino Unido na União Europeia.
- 5) Entrada de imigrantes no território britânico.
- 6) As consequências do *Brexit* não afetariam apenas o Reino Unido.

Prosseguindo com os passos apresentados por MORAES (2003), busquei as prováveis aproximações de significado entre as unidades de análise obtidas para compor as categorias. Assim, foram agrupadas as unidades que se referem a um mesmo princípio. Com esse objetivo, foi empregado o processo indutivo, uma vez que, nesse caso, as categorias surgem do *corpus*, acompanhadas de um certo grau de entendimento, dada a impregnação do pesquisador com o material de análise. Para esse procedimento, segui às propriedades proferidas por Moraes (2003) para a formação das categorias: validade e pertinência, homogeneidade e exclusão mútua.

Na primeira propriedade, validade e pertinência das categorias, observei que as categorias precisam representar cada um dos textos adotados para análise e suas particularidades. Em outras palavras, na leitura das categorias, deve ser possível entender as ideias principais dos autores em seus respectivos textos.

Na segunda propriedade, homogeneidade das categorias, agrupei as unidades de análise que tenham um mesmo contínuo conceitual, isso significa que cada conjunto de unidades se relaciona a uma mesma concepção e esse conjunto constitui uma categoria.

Na terceira propriedade, exclusão mútua, foi possível notar que uma mesma unidade pode não estar presente em exclusivamente uma categoria, uma vez que pode ter significado ou ter implicações diferentes de acordo com o princípio a que se refere. Assim sendo verificadas e agrupadas as unidades de análise adquiridas do *corpus*, obtive as categorias enunciadas a seguir. Cada categoria está unida às unidades que a compõe, como também de um código.

Categoria 1 (C1): Problemas e perdas gerados na saída do Reino Unido do bloco.

C 1.1) Contratempos e perigos para a economia.

Categoria 2 (C2): Choque entre as visões de gerações.

Categoria 3 (C3): Assassinato de Jo Cox, defensora da permanência do Reino Unido na União Europeia.

Categoria 4 (C4): Entrada de imigrantes no território britânico.

Categoria 5 (C5): As consequências do *Brexit* não afetariam apenas o Reino Unido.

Esse conjunto de categorias caracteriza o que os autores dos textos do *corpus* expressam sobre o *Brexit*. Com o objetivo de finalizar o procedimento de análise textual discursiva nesta etapa da pesquisa, foi elaborado o metatexto a seguir, que apresenta as novas compreensões e entendimentos consequentes da aplicação da metodologia.

3.2.1 O metatexto

Em 2013, o Primeiro Ministro David Cameron anunciou que o povo britânico teria de se manifestar na Europa ao assegurar um referendo de entrada/saída em caso de vitória dos conservadores na eleição. Cameron deixaria claro o propósito de acordar o relacionamento e a permanência do Reino Unido com a União Europeia para depois dar aos britânicos a opção entre se manterem ou se retirarem da União Europeia.

Um dos argumentos que fundamentava o *Brexit* era a ideia da defesa da soberania nacional, posto que foi a partir do lema “Queremos nossa soberania de volta” que os partidos políticos conservadores do RU se articularam e impulsionaram o euroceticismo. O progresso do Partido UKIP foi fundamental para compreender o princípio do processo de desligamento do bloco, visto que sua expansão fortaleceria as vozes dos que defenderam perspectivas nacionalistas e eurocéticas em relação à UE.

O UKIP defendia o escopo de recuperar o comando da soberania nacional, como se a tivesse perdido durante os anos de pertencimento à UE, e de mecanismos que controlassem o poder da UE em solo britânico e protegendo a soberania britânica em relação à integração europeia. O partido, com a intenção de expandir seu apelo, afirmou que deixar a UE seria a solução para várias questões a partir de uma

perspectiva conservadora, como os problemas sobre imigração, além de engendrar estratégias para acabar com impostos para os britânicos de renda média e a recusa do casamento gay.

De certo modo, as fontes em geral apontaram que o Reino Unido somente deveria se retirar do bloco se tivesse certeza de que ficaria em uma melhor colocação política e econômica. Mas como saber se essa atitude é a certa a se tomar? Ao se retirar do bloco, algumas perdas, como o saldo negativo e o choque econômico seriam instantâneas.

A respeito da economia, o que poderia provocar inconsistência financeira seria o difícil acesso às moedas estrangeiras. Sendo possível ainda citar a depreciação da libra esterlina, a inflação e os efeitos sobre os mercados financeiros, sem esquecer de outros riscos, como investimentos, preços e empregos. Outrossim, existe a possibilidade de o Reino Unido necessitar de terceiros para se manter internamente, além da queda do Produto Interno Bruto (PIB).

Outra questão que gera e divide opiniões é a política dentro do próprio Reino Unido. Ficaria ela mais frágil? O que os cidadãos poderiam esperar nesse aspecto? Seria então interessante e necessário um novo governo, decisivo, eficiente, inteiro, satisfatório, competente, apto a decidir sobre negociações não somente com a União Europeia, mas também com o mundo. Um governo disposto a modificar ou não as leis, que conduzisse a repercussão do *Brexit* e que pudesse comandar a economia.

Os mais jovens acreditam que a economia britânica é mais forte enquanto componente da União Europeia, além de que a aliança com a Europa mantém a possibilidade de busca de novas oportunidades em outros países europeus. Já os mais velhos demonstraram maior interesse no plebiscito. Nesse sentido, poderia se pressupor que a proposta de rompimento traria alguma vantagem. Porém, nada garante que a decisão da maioria seja a melhor, haja vista que a união com a Europa possibilita novas oportunidades nos estados-membros.

Com o *Brexit*, os nacionalistas e os xenófobos ficariam mais fortes. Para os xenófobos, os imigrantes, além de representarem a competição pelos empregos com os nativos, tendem também a pressionar o sistema de bem-estar social, o que ocasiona demanda econômica do Estado. Além disso, são hipotéticos responsáveis pela insegurança pertinente ao terrorismo que alarma o país.

Convém questionar se os imigrantes e a União Europeia teriam estabelecido uma ameaça à soberania britânica. Na perspectiva conservadora, a UE sempre teria

representado uma ameaça ao Reino Unido por fazer parte do horizonte ameaçador sobre o qual as relações internacionais se consolidaram. O euroceticismo é um dos indícios dessa percepção.

Não se pode deixar de mencionar o assassinato da deputada trabalhista Jo Cox, política britânica que se destacou pelo trabalho humanitário, defendendo a permanência do Reino Unido na União Europeia. Foi eleita para o Parlamento para representar Batley e Spen, em Yorkshire, em maio de 2015. Antes de ser eleita, ela trabalhou para a organização internacional Oxfam. Ela tinha 41 anos de idade, era casada e tinha dois filhos. Jo não deixava de se preocupar com a imigração, mas defendia que essa não era uma boa razão para deixar a União Europeia.

Pode-se dizer que o “patriotismo”, no ponto de vista da extrema direita conservadora, foi o que desencadeou sua morte. O seu assassino, antes de praticar o crime, gritou mais de uma vez “*Britain first*” (Grã-Bretanha primeiro), em evidente alusão ao fato de que ela fazia campanha a favor da permanência do Reino Unido na UE. O suspeito possuía vínculos com um grupo neonazista dos Estados Unidos e era radical de direita. Ele foi condenado à prisão perpétua. Jo Cox tomou de dois a três tiros e foi esfaqueada em Birstall, na Inglaterra. Seu assassinato causou comoção, o que, no momento, neutralizou a campanha de separação.

Destaca-se ainda que os defensores originais do *Brexit* foram líderes do UKIP (Partido pela Independência do Reino Unido), de extrema-direita, xenófobos, responsáveis por impregnar a mente do assassino de Jo Cox. Cabe a pergunta: o assassino estava persuadido pelo sentimento comum de xenofobia anti-imigrante? Nesse sentido, fica o questionamento se o assassinato de Jo Cox não seria uma espécie de aviso para o movimento dos trabalhadores.

A seguir, destaco e apresento a análise das posições tomadas pelos articulistas da *Folha de São Paulo*. Celso Rocha de Barros é servidor federal, doutor em Sociologia pela Universidade de Oxford e autor de *PT, uma História*. De esquerda, participa de diversos eventos pelo país sobre política. Celso se mostrou contra o *Brexit* e continuou mantendo sua opinião à medida que o *referendum* se aproximava. Em sua matéria intitulada *Dodô mãozinha*, Celso Rocha comparou Donald Trump a Chavez, a Eike Batista (empresário brasileiro condenado por manipulação do mercado de capitais) e a Bolsonaro (representante da extrema direita brasileira), afirmando que o ex-presidente dos Estados Unidos (à época ainda candidato à presidência) faz parte de uma mesma onda conservadora e anti-internacionalista que introduziria o

movimento pelo *Brexit* na Inglaterra, ou seja, o movimento britânico faria, portanto, apenas parte de um esboço político ainda maior que teria se espalhado pelo globo nos países ocidentais, leia-se, um projeto antiglobalização, um efeito reacionário às crises, oriundas das consequências das políticas neoliberais pelo mundo.

O articulista Leandro Colon é diretor da sucursal da *Folha de São Paulo* em Brasília. Foi correspondente na Europa, baseado em Londres de 2013 a 2015. Atua entre Brasília e São Paulo como consultor para empresas e *c-levels* (consultoria focada em uma área de atuação, oferecendo serviço especializado para empresas e executivos seniores mais altos de uma companhia) e em estratégia de comunicação em políticas públicas, gerenciamento de crise e engajamento com a mídia. Colon assegurou, em sua matéria *Plebiscito britânico sobre UE vai expor duelo de gerações*, que a maioria dos jovens defendiam a permanência do país na União Europeia e que os mais velhos acreditavam que a separação daria mais força para o governo do Reino Unido barrar a chegada dos europeus. Leandro se posicionou a favor da permanência no bloco europeu e manteve sua perspectiva até o final do *referendum*. Em sua outra matéria sobre o *Brexit*, *Com grande risco de errar, apostaria que Reino Unido fica na UE*, o articulista cita o assassinato da deputada trabalhista Jo Cox, acreditando que esse acontecimento neutralizaria a campanha pela separação, porém não foi o que houve. Em contrapartida, houve a renúncia do então primeiro ministro David Cameron (que era contrário ao *Brexit*), esse que acreditava que o *Brexit* não se sagraria vencedor.

O articulista Clóvis Rossi era repórter especial da *Folha*. Ganhou prêmios Maria Moors Cabot (EUA) e da *Fundación por un Nuevo Periodismo Iberoamericano*. Tem textos publicados produzidos nos cinco continentes e recorde de coberturas de transição do autoritarismo para a democracia na Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, toda a América Central, Espanha, Portugal e África do Sul. Publicou seu último texto em 12 de junho de 2019. Sofreu um infarto no dia 7 de junho de 2019, vindo a falecer uma semana depois. Clóvis era a favor da permanência do Reino Unido na União Europeia. Citou, em sua matéria intitulada *Incubando o ovo da serpente*, que o patriotismo foi o responsável ideológico pelo assassinato de Jo Cox. Aqui, é possível depreender que o ovo da serpente com o qual Clóvis inicia e conclui seu texto configura-se como o estrato doutrinário nacionalista extremo, que é avesso ao outro, ao diferente, ao estrangeiro, ao imigrante, de modo que todo aquele que ainda que pertencendo à nação também não se demonstre avesso ao outro, é visto

como inimigo. Nesse sentido, conclui-se que o “patriotismo” a que Clóvis fez referência é justamente a interpretação que a extrema direita faz do sentido de “patriótico”, essa interpretação foi o “veneno” que figurou a mente do assassino da deputada e que, no entanto, também faz parte apenas de uma onda política maior que, ao discursar em favor do nacionalismo, justifica a xenofobia e o discurso contra os imigrantes, contexto citado de maneira semelhante ao dos Estados Unidos, quando Clóvis menciona Donald Trump em sua campanha política contra os mexicanos e os muçulmanos no país naquele período.

Demétrio Magnoli é doutor em Geografia Humana, especialista em política internacional. Escreveu, entre outros, *Gota de sangue – História do Pensamento Racial* e *O Leviatã Desafiado*. Mostrou-se a favor da permanência do Reino Unido na União Europeia, afirmou, em sua matéria *Brexit, o fim do mundo*, que o “fim do mundo” significa o mundo globalizado e integrado pós crises do século XX, pós ondas ultranacionalistas da Segunda Guerra, que provocaram, nos países europeus ocidentais, a necessidade de se criar um sentido supranacional, a fim de evitarem novas catástrofes, como o nazifascismo. Foi uma alternativa liberal encontrada pelos europeus, mas que, após a crise neoliberal de 2008, provocou resultados (não tão nefastos como o da Alemanha nazista), porém possui, no fenômeno do *Brexit* e em figuras como a de Donald Trump, efeitos de mesmos princípios ideológicos.

O próximo articulista é João Pereira Coutinho, escritor português, doutor em Ciência Política. Cronista, cientista político, autor de obras, como *As ideias conservadoras explicadas a revolucionários e reacionários*. Coutinho foi o único de todos articulistas analisados, durante a pesquisa, que se posicionou a favor *Brexit*. Em sua matéria *O projétil europeu*, afirmou que esperava que Londres abandonasse o bloco, primeiro devido à crise da zona do euro, pois Londres não desejava contribuir para pacotes de resgate que não tinham grande sucesso, em segundo, haveria, na Comissão Europeia, a tendência a uma espécie de “supremacia legal”, que vai de encontro justamente à tradição inglesa de liberdades desde a Magna Carta de 1215, que buscava lutar contra a autoritarismo do soberano. O articulista defende que a “utopia federal” (termo dele) implicaria na rendição das soberanias nacionais e que o *Brexit* nada mais é do que uma parcela da população britânica não aceitando essa rendição. Vale ressaltar que, nas últimas linhas de seu artigo, Coutinho admitiu que o mesmo *Brexit* possui também o condão de suplantando o tipo de nacionalismo segundo ele mesmo “venenoso” do passado. Demonstrando a ressalva - ou possível

contradição - ao final de seu discurso pró *Brexit*.

Marcos Troyjo é economista, diplomata e cientista social. Dirige o BRICLab da Universidade Columbia em Nova Iorque, onde é professor-adjunto de relações internacionais e políticas públicas. É integrante do Conselho Consultivo do Fórum Econômico Mundial, pesquisador do *Centre d'Études sur l'Actuel et le Quotidien* da Universidade Paris-Descartes, fundador do Centro de Diplomacia Empresarial e conselheiro do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE). Troyjo demonstrou, em seu artigo, uma análise brevemente histórica – citando Samuel Huntington – do ideal de Estado-nação com Paz de Westfália (1648) e depois a perda da predominância desse ideal para o ideal de integração pelo mundo globalizado (pós-internacional), e seria o *Brexit* um exemplo do limite desse processo de globalização. Os movimentos de reafirmação do Estado-nação, como a saída britânica, iriam além da mera aversão à integração regional, mas representariam sobretudo um mal-estar com esse mundo pós-internacional, em que a ordem local (com história, identidade, pertencimento, afirmação dos povos) perde cada vez mais espaço para a ordem global (que não possui identidade, local específico, pertencimento ou sentimentos), o que manda é o capital (interpretação minha). Troyjo não deixa explícito seu posicionamento, mas insinua que o processo de globalização vem apresentando seus limites, o *Brexit* é um deles.

Antonio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, economista e ex-deputado federal, professor catedrático na USP. Foi embaixador do Brasil na França. É autor de *O problema do café no Brasil*, *Só o político pode salvar o economista* e *O animal econômico*. O articulista cita Festinger ao abordar a teoria da dissonância cognitiva, a qual alude a que, quando mesmo diante de evidências factíveis, essas são reinterpretadas para que se continue alimentando as mesmas crenças. A dissonância, portanto, pode ocorrer quando os indivíduos são expostos a informações ou a argumentos que contradizem suas visões políticas. Nesse sentido, a crença no *Brexit* seria posta à prova com o *referendum*, assim, ainda que o *Brexit* vença, para o articulista, o resultado, a longo prazo, tem maior probabilidade de ser uma má solução para os problemas britânicos, uma vez que nem sempre a crença (decisão) da maioria é a garantia de que será a melhor, além da possibilidade de disparar novos separatismos no próprio Reino Unido e em outros países que serão prejudiciais à construção de uma ordem mundial pacífica. Infere-se, logo, que o discurso de Delfim Netto se posicionou contra o *Brexit*, vide a conclusão ao final de seu texto ao afirmar

que o juízo final é dado pela história e que, quando esse chega, já é tarde demais para o arrependimento (britânico).

Marcos Degaut é cientista político, doutor em estudos de segurança, professor-adjunto na Universidade da Flórida Central (EUA) e copresidente do Instituto Kalout-Degaut de política e estratégia. Mestre em relações internacionais pela UNB. Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário do Distrito Federal, graduação em Letras pelo Centro Universitário de Brasília, especialista em inteligência pela Escola Nacional de Inteligência. Degaut destacou, em seu artigo, que a campanha pela saída se baseia na dinamização do crescimento econômico, no controle e na redução da imigração, na retomada do protagonismo político regional e no mundo, porém a saída não representa a solução para todas essas questões, mas pode significar o agravamento delas. Como essas questões foram colocadas pelo UKIP com apelo popular, ao reforçar que esses problemas existem em virtude do pertencimento a União Europeia, a informação chega apelativa, porém, enganosa. Um argumento econômico utilizado em favor da teoria de agravamento dessas questões pós *Brexit* é o mercado comum da UE, que possibilita livre circulação de pessoas, de bens, de serviços e de capitais, sendo esse mercado da UE muito mais importante para o comércio do Reino Unido do que o reverso, dado o fato de que a UE compra muito mais das exportações dos britânicos, se comparado ao que esses compram da UE. Se houvesse uma renegociação desse comércio, a UE certamente estaria em vantagem. Na questão da imigração, a saída também não representaria, dentro da política do então primeiro ministro David Cameron, uma mudança na legislação migratória, mas muito mais pressões internas viriam no sentido de restringir os direitos dos imigrantes e reforçando questões xenófobas. Ademais, sair do bloco não significará a retomada de maior influência regional, na verdade, Degaut reforça que esse protagonismo foi abdicado pelo Reino Unido ao final das décadas de 1940 quando o país passou a se tornar continuidade da política estadunidense no continente, no mundo.

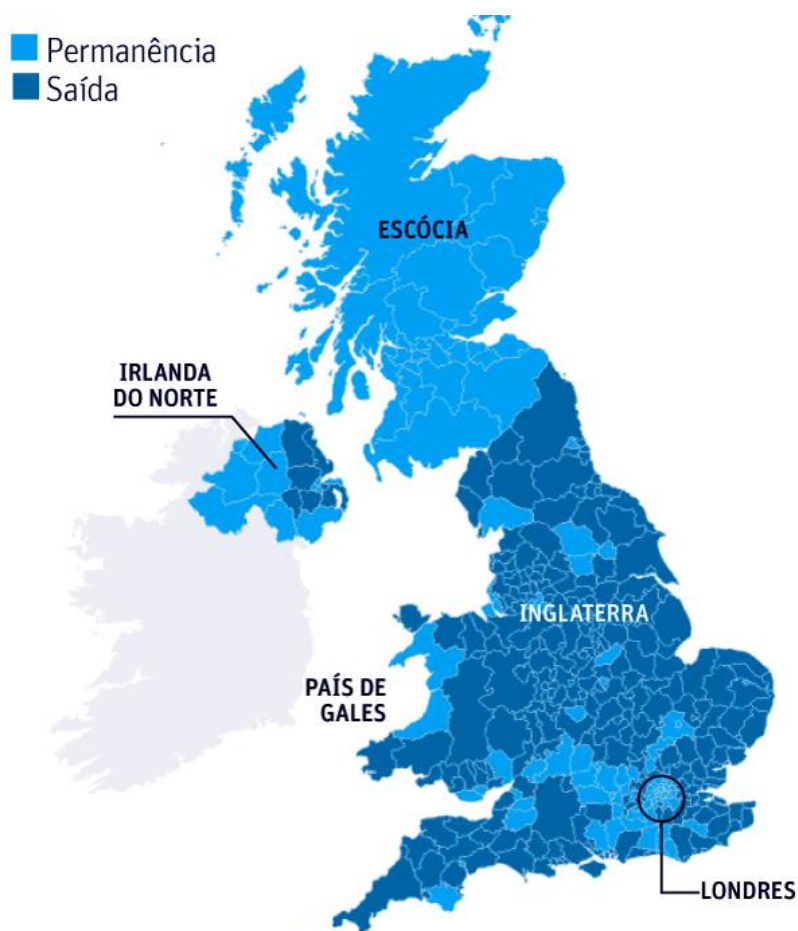
Nota-se, portanto, que o articulista se posicionou contra o *Brexit* ao levantar e ao rebater as questões principais que advogavam em favor do *Brexit*. Degaut não cita, mas a política que foi historicamente adotada no pós guerra pelo Reino Unido em consonância com os EUA foi a abordagem neoliberal – inicializada e seguida no Reino Unido por Margareth Thatcher, porém ressaltou que, para o Reino Unido, a saída do bloco não significaria o movimentar-se britânico mais ágil e autônomo em um sistema

comandado pela China, pelos EUA e pela União Europeia, essa ideia seria uma visão anacrônica (vide o fim do imperialismo britânico) dos nacionalistas (e saudosistas) equivocados.

É necessário colocar em perspectiva que a *Folha de São Paulo* veiculou os diversos textos dos articulistas em suas páginas, no entanto não houve, por parte do jornal, uma análise sistêmica a respeito do fenômeno político e o que pode representar o *Brexit*. Teria a *Folha de S. Paulo* deixado aos articulistas tal trabalho? Também não, pois eles não o fizeram de forma unânime, trouxeram os principais aspectos motivadores do *Brexit* – pouco crescimento econômico, imigração, suposta perda de soberania, xenofobia, euroceticismo e a antiglobalização do ultranacionalismo da extrema direita – e, a partir deles, teceram suas opiniões, que não necessariamente correspondem às do editorial da empresa. Vale ressaltar: o jornal é do mercado financeiro e construiu, ao longo do tempo, uma imagem progressista, em meio a um processo de redemocratização do Brasil.

No entanto, quando se tratou de um movimento político como o *Brexit*, muitas questões foram deixadas de lado ou não exploradas, como a campanha pró saída teria ganhado tanto força em determinados pontos do Reino Unido, sobretudo na Inglaterra, ao longo do tempo, Uma vez que os grandes centros britânicos sempre se apresentaram com os setores sociais mais dispostos e afetos à integração europeia e à globalização? O gráfico a seguir mostra que, em termos geográficos, a votação revelou uma clara divisão entre diferentes partes do Reino Unido. A Escócia e a Irlanda do Norte votaram majoritariamente pela permanência na União Europeia, enquanto a Inglaterra e o País de Gales votaram pela saída. Essa divisão regional destacou as diferenças de opiniões e de interesses dentro do Reino Unido. Na Escócia, em particular, o resultado da votação do *Brexit* reacendeu o debate sobre a independência e levou ao aumento do apoio ao movimento separatista.

Figura 1



Fonte: Comissão Eleitoral do Reino Unido, 2023.⁶

É possível perceber, pelo infográfico, que não só os grandes centros econômicos britânicos, como Londres e outras cidades importantes, mas parcelas da Irlanda do Norte e do País de Gales tiveram um interesse significativo em permanecer na União Europeia devido aos benefícios econômicos que a integração proporcionava. Existem várias razões pelas quais esses centros econômicos apoiaram a permanência, sobretudo a possibilidade de investimentos estrangeiros. A permanência na União Europeia facilitava os investimentos estrangeiros diretos no Reino Unido. As principais cidades cosmopolitas britânicas são destinos atrativos para investidores de todo o mundo. A participação na UE proporciona um ambiente estável e previsível para os investidores, bem como acesso a uma ampla base de clientes e de parceiros comerciais. Outro interesse era o do setor financeiro, pois Londres é um

⁶ Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/mundo/2016/brexit/resultado-brexit/>

dos principais centros financeiros do mundo. Muitas instituições financeiras internacionais têm sede ou operações significativas na cidade. Essas instituições se beneficiam do passaporte financeiro da UE, que permite que elas operem em toda a União Europeia com base em uma única autorização regulatória. A perda desse privilégio poderia afetar negativamente a competitividade de Londres como centro financeiro global.

Diante de tal contexto, entrou no processo político do *Brexit* a manipulação da opinião em cidades cujo perfil fosse menos cosmopolita-financeiro e que apresentassem eleitores com maior tendência ao euroceticismo. A empresa *Cambridge Analytica* obteve dados pessoais de milhões de usuários do *Facebook*, por meio de um aplicativo de teste psicológico chamado *This Is Your Digital Life*. Esses dados foram coletados tanto dos usuários que responderam ao teste quanto dos seus amigos na plataforma. Essa coleta de dados sem consentimento é uma violação séria da privacidade e dos termos de uso do *Facebook*. A partir desses dados, a *Cambridge Analytica* utilizou técnicas de análise de dados e de segmentação de público para criar perfis psicográficos detalhados dos eleitores. Esses perfis eram usados para personalizar mensagens políticas direcionadas, visando influenciar o comportamento do eleitor. A empresa teria trabalhado com a campanha pró-*Brexit Vote Leave*, fornecendo-lhes dados e análises para direcionar sua mensagem de campanha de forma mais eficaz, no entanto as investidas da empresa vieram a público.

A empresa foi denunciada no mesmo ano de ser envolvida também no *Brexit* no Parlamento Britânico pelo ex-funcionário Christopher Wylie. Wylie afirmou que foram utilizados dados do *Facebook* de forma ilegal para fraudar o plebiscito em relação a saída do Reino Unido da União Europeia. Wylie ainda pontuou que o *Brexit* não teria sido aprovado sem a *Cambridge Analytica* e a empresa recebeu um aporte de grupos estudantis pró-*Brexit* sendo capazes de realizar intervenções de forma significativa no plebiscito. Após a divulgação dessa informação, houve muitos pedidos de anulação em relação a separação do Reino Unido da União Europeia, no entanto se fez necessário buscar mais informações sobre o assunto que acabou sendo deixado de lado (NETTO, 2018 *apud* OLIVEIRA, 2021, p. 29).

É importante destacar que o impacto específico da *Cambridge Analytica* no resultado do referendo do *Brexit* permanece objeto de debate. Embora a empresa tenha afirmado ter desempenhado um papel significativo na vitória pró-saída, muitos questionam a extensão real de sua influência. Outros fatores já discutidos aqui, como a insatisfação com a União Europeia, as preocupações com a imigração e as questões

econômicas também desempenharam papéis cruciais na decisão dos eleitores britânicos, e esses foram os fatores sobre os quais os articulistas da *Folha de São Paulo* se agarraram em suas análises. A discrepância de opinião entre as grandes cidades britânicas (contra saída) e as pequenas e médias (a favor) que tiveram boa parte de seus eleitores manipulados não apareceu nos textos dos artigos analisados. Muito porque o grupo *Folha de São Paulo* pertence ao mercado financeiro, de modo que, de maneira quase unânime, seus articulistas se posicionaram a favor da permanência do Reino Unido no bloco, mas sem analisar as contradições que o próprio mercado do capital impõe e possibilita ao criar ilhas de prosperidade em certas regiões, além de isolamento econômico e social em outras.

Isso mostra a possibilidade de questionamento acerca da posição do jornal como acolhedor de uma diversidade de discursos e de opiniões, ao mesmo tempo que me leva a repensar se as posições são da *Folha de São Paulo* ou se ela deixou ao encargo e responsabilidade de seus articulistas a construção de uma narrativa acerca do *Brexit*, sem se comprometer necessariamente com o que estaria por trás da crise do mercado financeiro e neoliberal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar a disposição do Reino Unido dentro das integrações europeias foi de suma importância para esclarecer as decisões que resultariam no *Brexit*. O papel histórico do RU na geopolítica mundial é explicativo nesse processo, já que a índole de protagonista global que o antigo Império Britânico executou, ao longo de séculos, deixou como herança uma ideia de soberania e de particularidade política acentuada nas instituições britânicas e no imaginário popular, principalmente dentro de uma visão conservadora.

O processo de saída foi marcado por divergências sobre questões de identidade dentro das visões de pertencimento britânico e europeu, bem como dentro das questões econômicas e de soberania, observadas no próprio Partido Conservador, cujas diferenças causariam a renúncia de dois primeiros-ministros. Além disso, o arrependimento de grande parte da população percebeu-se crescente. Com a população cada vez mais a par dos resultados negativos do *Brexit*, a maioria dos eleitores deseja que o país retorne à União Europeia.

A volta do RU à UE caracterizaria uma conquista histórica do grupo e um choque para movimentos em outros países-membros propensos a estabelecer uma consulta popular sobre a estadia ou não no bloco. Apesar de o Reino Unido estar mergulhado em crise após o *Brexit*, seu retorno à UE também agregaria peso econômico e geopolítico ao grupo, que provavelmente o receberia de braços abertos, não tão rápido em termos burocráticos, mas com grandes possibilidades de reingresso.

A sensação dos britânicos de não fazerem parte da unidade europeia existe desde o pós-guerra, ocorrendo por todos os meios de integrações, alcançando o referendo de 2016. A imigração, a xenofobia, o domínio das fronteiras, o descontentamento com as taxas econômicas e o assassinato de Jo Cox estimularam esse sentimento. O Reino Unido, em nenhum momento, sentiu-se inteiramente membro do bloco econômico.

As justificativas oportunas à saída da União Europeia eram de que o Reino Unido deveria ter independência para decretar suas leis e não as ter divididas com outras nações da União Europeia, também que o país pudesse monitorar as suas fronteiras.

O Reino Unido está diante de questões que ocupam grande espaço no debate

público por causa dos impactos acerca de soberania territorial, de segurança e de identidade nacional, e esses três pontos podem mudar radicalmente a maneira sobre como o Reino Unido é conhecido no mundo.

Simbolizando um ponto de inflexão na interação do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte com o desenvolvimento de integração regional europeu, o *Brexit* retrata uma circunstância meticulosa para o futuro da União Europeia. Além disso, o *Brexit* traz dificuldades para a reestruturação interna do Reino Unido, bem como para a sua recolocação no conjunto internacional. O princípio desse processo complexo transcorre pelo histórico do país no bloco regional e pelo modo como a integração europeia foi se estabelecendo, caracterizada pela geopolítica da Guerra Fria.

O objetivo foi compreender a respeito dos discursos veiculados no jornal *Folha de São Paulo*, que versaram sobre o movimento de dissidência britânico com a UE. O relutante Reino Unido continuamente esforçou-se para permanecer à parte desde que começaram os procedimentos de integração, optando por não fazer parte ou envolvendo-se de modo particular e oportuno.

O material selecionado versou sobre as perspectivas veiculadas pelos articulistas que escrevem pela *Folha* e se referem ao período do mês de junho de 2016, mês do *referendum*. O objetivo foi perscrutar a pluralidade, ou não, das versões veiculadas pelo jornal nesse curto espaço de tempo acerca do *Brexit*.

Para isso analisei os discursos presentes nesse jornal, bem como os fatores considerados para construir as opiniões apresentadas. Optamos pela análise textual discursiva, pois transita entre duas formas consagradas de análise na pesquisa qualitativa: a análise de conteúdo e a análise de discurso. Este método oportuniza ao pesquisador o entendimento de ciência, de sua produção do objeto de pesquisa e da produção escrita, culminando com a reconstrução do sujeito pesquisador.

Após selecionados alguns dos principais referenciais que tratam do *Brexit*, foi realizada a unitarização, primeira etapa da análise, por meio das suas três subetapas: fragmentação, reescrita das unidades e atribuição de título para cada unidade. Para finalizar a unitarização, as unidades de análise com mesmo significado foram agregadas para compor uma única unidade, à qual foi dada um título. Desse processo, obtive seis unidades de significado.

Busquei as prováveis aproximações de significado entre as unidades de análise obtidas para compor as categorias. Assim, agrupei as unidades que se referem a um

mesmo princípio. Verificadas e agrupadas as unidades de análise emergentes do *corpus*, obtive as categorias. Esse conjunto de categorias caracteriza o que os articulistas da *Folha* expressam sobre o *Brexit*.

Fica evidente que os articulistas da *Folha*, em sua maioria, posicionaram-se contra o *Brexit*. Como justificativa, eles citam vários motivos pelos quais defendem essa opinião, como: a inflação; o assassinato de Jo Cox, Deputada britânica que defendia a permanência do Reino Unido na União Europeia, por um simpatizante do UKIP, os defensores originais do *Brexit*, de extrema-direita, xenófobos, de inspiração nazista; o problema da migração maciça à Europa resultante de tragédias humanitárias na África e na Síria e uma tendência a abraçar práticas de protecionismo comercial e de menores correntes de investimento; problemas de administração política e singular *déficit* democrático; tensões e rivalidades políticas; eliminação de tarifas sobre bens e serviços, a livre circulação de pessoas, de bens, de serviços e de capitais e a redução maciça dos custos logísticos e operacionais para exportadores, perderia essas vantagens.

Ademais, a análise possibilitou distinguir o vácuo existente entre uma posição determinada e aprofundada pelo jornal. Das análises praticamente unânimes entre os articulistas, que se posicionaram, sobretudo, contra a saída, analisando em suma, os mesmos aspectos.

Destaco aqui que este trabalho visou compreender como o *Brexit* foi tratado pelos articulistas que publicaram pela *Folha de São Paulo* durante o período de campanha do *Brexit*, buscando elaborar uma análise acerca do tema tratado dentro do jornal, de modo que esta pesquisa possa contribuir tanto para análise de imprensa, quanto para o estudo da Nova História Política e a História do Tempo Presente, uma vez que ambas as abordagens valorizam a interdisciplinaridade, buscando *insights* de outras disciplinas, como sociologia, antropologia, ciência política e estudos culturais, para informar sua análise, além de compartilharem um compromisso com a história pública e a divulgação do conhecimento histórico para um público mais amplo, promovendo um diálogo entre acadêmicos, profissionais e o público em geral.

Embora a *Nova História Política* e a *História do Tempo Presente* tenham suas próprias características, elas se complementam em muitos aspectos. Juntas, essas abordagens contribuem para uma compreensão mais rica e abrangente das dinâmicas políticas e sociais contemporâneas, permitindo que se reflita sobre o presente e suas relações com o passado recente.

Assim, torna-se fundamental realizar novas pesquisas e acompanhar os eventos mais atuais para se entender o que essas mudanças expressam para o novo relacionamento entre o Reino Unido e a União Europeia, bem como para o futuro do bloco europeu e a ordem global. Em todo o caso, esse processo representa uma grande modificação na integração regional e provavelmente trará outros problemas, tanto para os britânicos, quanto para os europeus.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Afonso de; HOLZBACH, Ariane Diniz. **Metamorfoses do contrato representativo**: jornalismo, democracia e os manuais da redação da Folha de S. Paulo. São Paulo, Comunicação, Mídia e Consumo. vol. 5 n. 14 p. 149 - 170 nov. 2008.

BAGUS, Philipp. **As causas do Brexit, a história da União Europeia e suas duas ideologias conflitantes**. Disponível em: <https://www.mises.org.br/ArticlePrint.aspx?id=2449>. Acesso em: 2 jun 2022.

BARROS, Celso Rocha de. **Dodô Mãozinha**. Folha de São Paulo, São Paulo, 6 jun. 2016.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BBC. **O que está em jogo na queda de braço entre UE e Grã-Bretanha**. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160220_ue_grabretanha_referendo_mb. Acesso em: 17 jun. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. **“Brexit” - Resultado da votação**. Disponível em: <http://arte.folha.uol.com.br/mundo/2016/brexit/resultado-brexit/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

BONGARDT, A.; TORRES, F. **Brexit: uma perspectiva Europeia**. Brotéria 182, p. 451-470. Julho de 2016.

BRITO, T. D. S. C. **Brexit, entre soberania e hospitalidade: por um horizonte ético para as Relações Internacionais**. 68 p. IREL/UnB. Brasília, 2016.

BUENO, Chris. **Brexit e o novo momento para a Europa**. Ciência e Cultura, v. 68, n. 4, p. 14-16, 2016.

CADWALLADR, Carole; JUKES, Peter. Arron Banks ‘se reuniu com autoridades russas várias vezes antes da votação do Brexit’. **The Guardian**, 9 jun. 2018. Disponível em: https://www-theguardian-com.translate.google/politics/2018/jun/09/arron-banks-russia-brexit-meeting?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt-BR&_x_tr_pto=sc. Acesso em: 12 dez. 2022.

CARVALHO, Patrícia Nasser de. Uma crise de múltiplas dimensões: uma reflexão sobre o processo de integração regional da Europa próximo de completar sete décadas. **Conjuntura Internacional**, v. 17, n. 1, p. 2-9, 2020.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Zahar, Rio de Janeiro, Brasil, 2018, 150 p.

Coleção história do tempo presente: volume 1 / Tiago Siqueira Reis et al.

organizadores. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2019.

CHARILLON, Frédéric. **O Significado da Segurança na Europa: A UE - da PESC ao Colapso da Política Externa**. IDN - Revista Nação e Defesa. Lisboa, N99 - p. 103-147 – Lisboa, 2001.

CUNHA, Luis Pedro Linhares Viegas. **O Brexit e seus impactos para o Reino Unido e a União Europeia**. Centro Universitário de Brasília - UniCEUB Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS Curso de Bacharelado em Relações Internacionais – Brasília, 2020.

COLON, Leandro. Com grande risco de errar, apostaria que Reino Unido fina na UE. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 jun. 2016.

COLON, Leandro. **Plebiscito britânico sobre UE vai expor duelo de gerações**. Folha de São Paulo, São Paulo, 7 jun. 2016.

COSTA, Oliver. **A União Europeia e sua política exterior: história, instituições e processo de tomada de decisão**. Brasília: FUNAG, 2017.

COSTA, Olivier. **A União Europeia e sua política externa: história, instituições e tomada de decisão**. Brasília: Cidade gráfica, 2020. 248 p.

COUTINHO, João Pereira. **O projétil europeu**. Folha de São Paulo, São Paulo, 21 jun. 2016.

DALLA COSTA, Siliana. **Nossas notícias do mundo: como os webjornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo editam os despachos de agências internacionais / Siliana Dalla Costa; orientador, Rogério Christofolletti, 2018. 231 p.**

DEBORD, G. **Sociedade do espetáculo**. Lisboa: Edições antipáticas, 2005.

DEGAUT, Marcos. **Abandonar União Europeia não é solução**. Folha de São Paulo, São Paulo, 23 jun. 2016.

EUROPEU, Parlamento. **A migração na Europa**. 2017. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/society/20170629STO78632/a-migracao-na-europa>. Acesso em 10 jun. 2022.

FERREIRA, Susana Raquel de Souza. **A política de imigração europeia: instrumento de luta anti-terrorista?** 102 p. Dissertação. Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais, 2010. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Universidade Nova de Lisboa.

FIORUCCI, Rodolfo. Considerações acerca da História do Tempo Presente. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n. 125 – outubro, 2011. Acesso em: 01 jun. 2020.

GAGLIAZZI, M. do C.; SOUSA, R. S. de. O discurso na análise textual discursiva em (con)textos de (auto)transformação: um diálogo hermenêutico. **Revista Língua & Literatura**, v. 23, n. 42, p. 123-142, 2021. Disponível em:

<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistalinguaeliteratura/article/view/3875>. Acesso em: 06 jun. 2022.

GONTIJO, Cláudio; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. A Crise do Euro e as Perspectivas da Economia Mundial. In: GONTIJO, Cláudio; OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. **A Crise da União Europeia: Why PIGS can't fly**. Belo Horizonte: Corecon, 2012. p. 07-44.

HAROLD D., Clarke; GOODWIN, Matthew; WHITELEY, Paul. **Brexit: Why Britain Voted to Leave the European Union**. Abril de 2017. Universidade de Essex - Colchester, Inglaterra.

MAGNOLI, Demétrio. **Brexit, o fim do mundo**. Folha de São Paulo, São Paulo, 18 jun. 2016.

HISTÓRIA da Folha. **Folha de S. Paulo**, São Paulo. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/institucional/historia_da_folha.shtml?fill=4. Acesso em: 4 dez. 2022.

HISTÓRIA da União Europeia – 1970-79. **União Europeia**. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/history/1970-1979/1970_pt. Acesso em: 23 jun. 2022.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1992.

JUNIOR, Helvécio Jesus. **O Brexit, a soberania e o globalismo**. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 1, n. 2, p. 24-27, fev. 2020.

LUZ, Margareth da; OLIVEIRA, Wagner; FERNANDES, Janaina de Mendonça; BARBOSA, Bárbara; GRAÇA, Luís Felipe G. da. **Proporção de imigrantes no território influenciou voto pelo Brexit**. FGV DAPP, São Paulo, 2016.

MacASKILL, Andrew. Quais são as ligações entre a Cambridge Analytica e um grupo de campanha do Brexit? **Reuters**, 21 mar. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-facebook-cambridge-analytica-leave-eu-idUSKBN1GX2IO>. Acesso em: 21 dez. 2022.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Pesquisa. In: MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo, SP: Editora Atlas S. A., 2003. p. 155.

MARINHO, Rogger Alves; BASSANO, Jean Marcio Felisberto; CRISTOFARO, Carolina Barreto. **Partido de Independência do Reino Unido (UKIP) e a implementação de suas propostas radicais por meio do Parlamento Europeu: possibilidade de saída do Reino Unido da União Europeia?** - Fronteira, Belo Horizonte, v. 12, n. 23, p. 6 - 23, 1o sem. 2013.

MARTÍN-BARBERO. Jesús. **Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia**. Prefácio de Néstor García Canclini; Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ. 1997.

McBRIDE, James. **What Brexit Means**. In: Council on Foreign Relations. Julho de 2019 – Londres, Reino Unido - Disponível em: <https://www.cfr.org/backgrounder/what-brexit-means>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MELO, José Marque de. **Jornalismo Opinativo** – Gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. ver. e ampl. – Campos de Jordão: Mantiqueira, 2003.

MENABB, C. V. **A saída do Reino Unido da União Econômica e Monetária Europeia (Brexit): Uma avaliação a partir das crises recentes e da instabilidade interna do bloco. s. d.** Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/22330/3/SaidaReinoUnido.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2022.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência e Educação**, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

MORAES, R; GALIAZZI, M. do C. Análise textual discursiva: processo reconstrutivo de múltiplas faces. **Revista Contexto & Educação**, v. 12, n. 1, p. 117-128, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/wvLhSxkz3JRgv3mcXHBWSXB/?format=pdf>. Acesso em: 02 jul. 2022.

MORAES, R; GALIAZZI, M do C; RAMOS, M. G. Aprendentes do aprender: um exercício de análise textual discursiva. **Revista Indagatio Didactica**, v. 5, n. 2, p. 868-883, 2013. Disponível em: <https://proa.ua.pt/index.php/id/article/view/4450>. Acesso em: 03 jun. 2022.

NAPOLITANO, Marcos. **I ciclo de debates Questões para a história do tempo presente em tempos pandemônicos**. Junho/julho 2020. – Departamento de História da USP.

NETTO, Antonio Delfim. **Brexit**. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 jun. 2016.

OLIVEIRA JÚNIOR, Carlos Mauro de. Sobre a noção do “político”: história e cultura democrática em Pierre Rosanvallon. In: Identidades. **XIII Encontro de História** – Anpuh-Rio, 2008.

OLIVEIRA, Letícia Costa. **O uso de dados pessoais na Era Digital como forma de manipulação social e ameaça à democracia: Um estudo de caso da Cambridge Analytica** – Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais – Goiânia, 2021 Total de folhas: 63 f. il.

PALMER, J. O Reino Unido vai sair da União Europeia? In: **Temas de uma agenda estratégica entre Brasil e União Europeia**, Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Foundation, p. 279-295. Série Relações Brasil-Europa 3, 2014.

PEREIRA, G. H. O. et al. Das origens do euroceticismo ao Brexit. In: **Pesquisa e Ação** v. 5, n. 3: dezembro de 2019. Centro Universitário Braz Cubas - Mogi das Cruzes.

PFETSCH, F. R. **A União Europeia**. Brasília, UnB, 2001.

PODER360. **2016 foi um ano digital para os jornais diários tradicionais brasileiros.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/2016-foi-um-ano-digital-para-os-jornais-diarios-tradicionais-brasileiros/>. Acesso em: 19, de jun. 2023.

RACY, Joaquim Carlos; MOURA JÚNIOR, Álvaro Alves de; SILVA, Vitória Batista Santos; VASCONCELOS, Bruno Tercete de. **Brexit: como a saída do Reino Unido da União Europeia afeta as relações de comércio internacional.** In: Revista Pesquisa e Debate | v. 32, n. 1(57) – PUC – São Paulo, (2020).

RAMOS, Cláudia Toriz. Teorias da Integração Europeia: Uma breve perspectiva. In: **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.** Porto. ISSN 1646-0502. 2 (2005) 327-344.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. **Sempre alerta.** São Paulo: Brasiliense, 1994.

RODRIK, Dani. **A globalização foi longe demais?** São Paulo: Editora UNESP, 2011.

ROSSI, Clóvis. **Votar com o coração ou o bolso.** Folha de São Paulo, São Paulo, 23 jun. 2016.

ROSSI, Clóvis. **Incubando o ovo da serpente.** Folha de São Paulo, São Paulo, 17 jun. 2016.

SAMPSON, Thomas. Brexit: The Economics of International Disintegration. In: **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, n. 4 – março 2017— p 163–184. Disponível em: <https://doi.org/10.1257/jep.31.4.163>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SANTOS, F. M. dos. Análise de conteúdo: a visão de Laurence Bardin. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 6, n. 1, maio de 2012. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/291/156>. Acesso em: 05 jun. 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo: Grupo Editorial Record. 2000.

SCOFIELD, Ana Clara Balda. **As especificidades da relação entre o Reino Unido e a União Europeia:** desde a adesão ao bloco às suas futuras relações após o Brexit. FGV, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Gilvan Jerônimo da. **Esquerda e Direita:** do surgimento da dicotomia aos dias atuais, ascensão da extrema-direita na Europa e o seu papel no episódio do Brexit. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Departamento de Ciência Política, Relações Internacionais e Segurança, Lisboa, 2021.

SOARES, António Goucha. Brexit: o referendo de 2016. In: **Relações Internacionais**, p. 63 - 75 – março de 2019 - Disponível em: <https://doi.org/10.23906/ri2019.61a06>. Acesso em: 17 jul. 2020.

SOUSA, R. S. de; GALIAZZI, M. do C. Compreensões acerca da hermenêutica na

análise textual discursiva: marcas teórico-metodológicas à investigação. **Revista Contexto & Educação**, v. 31, n. 100, p. 33-55, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/6395>. Acesso em: 14 jun. 2022.

SZUCKO, A. S. **Saída à moda inglesa**: o referendo no Reino Unido e a questão identitária na União Europeia. 2016. Disponível em: http://eeas.europa.eu/archives/delegations/brazil/documents/press_corner/news/20151105_1/20151105_1_angelica-saraiva-szucko_pt.pdf. Acesso em: 3 jun. 2022.

SZUCKO, Angélica S. Identidade europeia e integração regional: Modelo de análise tridimensional das percepções identitárias na União Europeia. **Conjuntura Internacional**, v. 14, n. 1, p. 54-67, 2017.

TOSTES, Ana Paula. Razões da Intolerância na Europa Integrada. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 335-376, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n2/v52n2a03.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2022.

TOSTES, Ana Paula. **União Europeia**: o Poder Político do Direito. 1ª edição. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2004.

TROYJO, Marcos. **'Brexit' mostra limites de um mundo 'pós-internacional'**. Folha de São Paulo, São Paulo, 22 jun. 2016.

WOLF, P. J. W.; OLIVEIRA, G. C. **A saída do Reino Unido da União Europeia**: um revés civilizatório. Unicamp, SP. Anuário de Integración 13, 2016. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2017/04/009-wolf.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2022.

ANEXOS

Anexo 1 - Dodô Mãozinha (Celso Rocha de Barros)

columnistas

celso rocha de barros



É doutor em sociologia pela Universidade de Oxford, com tese sobre as desigualdades sociais após o colapso de regimes socialistas no Leste Europeu. Escreve às segundas.

Dodô Mãozinha

06/06/2016 @ 02h00

[f](#) Compartilhar
 [t](#)
[in](#)
[e](#)
< 0
OUVIR O TEXTO
+ Mais opções

Donald Trump quer construir um muro separando os Estados Unidos da América Latina. Evidentemente, teme que nós, latino-americanos, o reconheçamos e alertemos os eleitores americanos sobre ele. Pois todos nós o conhecemos: ele é o típico picareta sem-vergonha que periodicamente aparece na política latino-americana para quebrar um país.

Não há nada em Trump que não seja familiar para os habitantes do sul. Caudilho demagogo sem a menor ideia do que está fazendo? Chávez. Sujeito metido a líder empresarial que vale muito menos do que diz que vale? Eike Batista. Fascista de terceira divisão contrabandeando testosterona subprime? Jair Bolsonaro. Trump é isso, uma mistura de Chávez, Eike e Bolsonaro.

Edição impressa

EM COLUMNISTAS

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Drauzio Varella: Brasil pode assumir a humilhante liderança mundial em óbitos		
2	Juca Kfourir: Campeonato Alemão terá terça insana com clássico decisivo		
3	Elio Gaspari: O toma lá dá cá de Bolsonaro entregou o FNDE ao centrão		
4	Nelson de Sá: EUA 'barram' brasileiros 'para proteger o povo americano'		

O sistema político norte-americano ainda parece estranhar Trump, que os remete a tradições políticas que os EUA já pensavam ter deixado para trás. Mas é fácil imaginá-lo com o mesmo penteado disfarça-careca se elegendo vereador no Rio de Janeiro com um apelido como, digamos, Dodô Mãozinha.

Como foi possível que este filho de Enéas com Quércia tenha chegado tão perto de controlar o maior exército da história?

Muitos analistas enfatizam o modo como Trump soube falar aos norte-americanos que ficaram para trás na globalização, gente para quem o discurso "os chineses roubaram seu emprego" parece fazer sentido.

Sob esse aspecto, Trump faz parte de uma mesma onda conservadora e anti-internacionalista que incluiria, entre outros, o movimento pelo Brexit na Inglaterra.

É notável, por exemplo, que Trump, que não se notabiliza pela consistência, tenha, ao longo da vida, mantido ao menos uma obsessão: a de que os Estados Unidos estão sendo passados para trás pelos estrangeiros.

Nos anos 80, reclamava do risco de dominação japonesa. Já nessa época o Japão começava a dar sinais de que não continuaria a crescer no mesmo ritmo. Agora protesta contra a China, no momento em que ela também dá sinais de que sua economia precisa de ajustes. Nos dois casos, Japão dos anos 80 e China atual, parte do problema eram bolhas imobiliárias. Como notou Daniel Drezner, professor da Fletcher School of Law and Diplomacy, para um sujeito que fez a vida no mercado de imóveis, Trump parece ser particularmente ruim em identificar bolhas imobiliárias.

Embora a crise de 2008 não tenha gerado a alternativa de esquerda com que muitos sonhavam, parece ter abalado a legitimidade da visão otimista sobre a globalização que imperou nos anos 90. Lendo os textos da época, é impossível não se impressionar com o excesso de expectativas que tínhamos com a abertura comercial e a integração mundial. Havia um certo otimismo Clintoniano no ar, e a integração chinesa na economia mundial causou uma das maiores reduções de pobreza da história.

Mas a ideia de que a integração global melhoraria a vida de todo mundo se mostrou errada: a mesma globalização que cria ilhas de prosperidade em países pobres também cria ilhas de estagnação em países ricos, e isso está começando a afetar a vida política do mundo desenvolvido.

Trump rejeita os latino-americanos que aspiram viver em uma sociedade de primeiro mundo enquanto promete aos americanos uma política avacalhada como a da América Latina. Com a diferença que nossos caudilhos raramente têm os recursos para desorganizar sociedades que não as próprias. ★ ★ ★



temas relacionados

Anexo 2 - Plebiscito britânico sobre UE vai expor duelo de gerações (Leandro Colon)

colunistas

leandro colon



É diretor da Sucursal de Brasília. Foi correspondente na Europa, baseado em Londres, de 2013 a 2015. É vencedor de dois Prêmios Esso e de um Prêmio Folha de Jornalismo. Escreve às segundas.

Plebiscito britânico sobre UE vai expor duelo de gerações

07/06/2016 @ 02h00



Além de apontar uma ligeira (bem ligeira) vantagem da campanha pelo rompimento com o bloco europeu, recentes pesquisas no Reino Unido indicam um duelo de gerações no plebiscito marcado para o próximo dia 23.

De um lado está a maioria dos jovens em defesa da permanência do país na União Europeia (ou contra o chamado "Brexit").

De outro, os mais velhos, principalmente os acima de 50 anos, pelo divórcio dos vizinhos.

EM COLUNISTAS

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Drauzio Varella: Brasil pode assumir a humilhante liderança mundial em óbitos		
2	Juca Kfourir: Campeonato Alemão terá terça insana com clássico decisivo		
3	Nelson de Sá: EUA 'barram' brasileiros 'para proteger o povo americano'		
4	Elio Gaspari: O toma lá dá cá de Bolsonaro entregou o FNDE ao centro		
5	Ricardo Araújo Pereira: Quem imuniza cacho de uvas entende a humilhação que ciência nos infligiu		

Um levantamento do Instituto YouGov concluído na última sexta (3) dá uma boa noção do cenário. Ao todo, 61% dos votantes entre 18 e 24 anos afirmam querer continuar integrados à União Europeia, ante 21% contrários.

Na faixa dos 50 a 64 anos, o apoio à permanência no bloco cai para 37%, enquanto sobe para 53% os que têm posição anti-UE. Quando a idade passa de 65 anos, o percentual dos que querem deixar a Europa chega a 59%.

Pode-se resumir a resposta para essa diferença, sobretudo, em duas palavras: economia e imigração.

Os jovens apostam que a economia britânica é muito mais forte como membro da UE em meio a uma taxa de desemprego de 5% e um panorama de incerteza num eventual isolamento. Para eles, a aliança com a Europa mantém ainda a possibilidade de buscar novas oportunidades em outros países europeus.

E é justamente a questão migratória um dos principais fatores que levam os britânicos mais antigos a optar pelo "Brexit". Acreditam, entre outras coisas, que a separação tende a dar mais força para o governo do Reino Unido barrar a chegada de europeus.

O voto não é obrigatório e os mais velhos demonstram mais interesse no plebiscito. Uma reportagem do "Guardian" classificou de apática a postura política da nova geração. Uma apatia que pode ser fator relevante no placar final.

"Duas semanas é muito tempo em política e qualquer coisa pode acontecer antes do dia da votação, mas é clara uma tendência mostrando que a

"Duas semanas é muito tempo em política e qualquer coisa pode acontecer antes do dia da votação, mas é clara uma tendência mostrando que a participação eleitoral do grupo que quer deixar a UE tem tido uma vantagem sobre a campanha pela permanência no bloco", disse, em artigo publicado na segunda (6) no "Telegraph", o estrategista político Lynton Crosby, ligado ao premiê David Cameron.

Segundo o YouGov, no somatório geral, subiu de 40% para 45% a preferência geral pelo "Brexit" e os votos pró-UE oscilaram de 42% para 41% em relação a última pesquisa. Os indecisos caíram de 13% para 11%. Foram ouvidas 3.495 pessoas.

Mas cautela é sempre bem-vinda ao tratar de pesquisa no Reino Unido. Lembremos erros cometidos pelos institutos britânicos nas eleições gerais de 2015, quando o Partido Conservador contrariou as previsões e garantiu uma maioria consolidada no Parlamento, reelegendo Cameron sem precisar de coalizão.

Por falar em Cameron, o premiê jogou todas as fichas a favor da permanência na União Europeia e ao mesmo tempo pôs em risco a sua em Downing Street.

O racha no Partido Conservador é um dos legados dessa campanha, com o ex-prefeito de Londres Boris Johnson, membro do Parlamento, liderando a bandeira anti-UE e a bolsa de apostas para substituir Cameron.

Johnson afirmou na segunda (6) que o premiê ainda não explicou como vai controlar a crescente onda imigratória de europeus no território britânico. Ainda destacou o risco de o Reino Unido ter de socorrer países em crise econômica na zona do euro. Cameron revidou: disse que a turma do "Brexit"








2016, quando o Partido Conservador conseguiu as eleições e ganhou uma maioria consolidada no Parlamento, reelegendo Cameron sem precisar de coalizão.

Por falar em Cameron, o premiê jogou todas as fichas a favor da permanência na União Europeia e ao mesmo tempo pôs em risco a sua em Downing Street.

O racha no Partido Conservador é um dos legados dessa campanha, com o ex-prefeito de Londres Boris Johnson, membro do Parlamento, liderando a bandeira anti-UE e a bolsa de apostas para substituir Cameron.

Johnson afirmou na segunda (6) que o premiê ainda não explicou como vai controlar a crescente onda imigratória de europeus no território britânico. Ainda destacou o risco de o Reino Unido ter de socorrer países em crise econômica na zona do euro. Cameron revidou: disse que a turma do "Brexit" vende "fantasia política" e não conta de fato como será o país num cenário de separação da União Europeia.

E as pesquisas não são nada boas para o premiê: segundo o YouGov, apenas 19% confiam nele em relação a seu discurso sobre o plebiscito e 31% acreditam em Boris Johnson. ★ ★ ★

 Compartilhar
 


 0
  OUVIR O TEXTO
  Mais opções

temas relacionados

brexit

Anexo 3 - Incubando o ovo da serpente (Clóvis Rossi)

colunistas

clóvis rossi



É repórter especial. Ganhou prêmios Maria Moors Cabot (EUA) e da Fundación por un Nuevo Periodismo Iberoamericano. Escreve às quintas e aos domingos.

 crossi@uol.com.br

Incubando o ovo da serpente

17/06/2016 @ 14h46

 Compartilhar
 


 0
  OUVIR O TEXTO
  Mais opções

Há mais de 200 anos, o pensador britânico Samuel Johnson (1709-1784) já dizia que "o patriotismo é o último refúgio dos canalhas".

É triste verificar que esse refúgio não só está ficando mais povoado do que nunca como foi o responsável ideológico pelo assassinato de [Jo Cox](#), a jovem (41 anos) política britânica que se destacava pelo trabalho humanitário.

Explico melhor: o assassino, antes de praticar o crime, gritou mais de uma vez "Britain first" ("Grã-Bretanha primeiro"), em evidente alusão ao fato de que Jo Cox fazia campanha no sentido oposto, ou seja, a favor da [permanência do Reino Unido na União Europeia](#).

EM COLUNISTAS

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Drauzio Varella: Brasil pode assumir a humilhante liderança mundial em óbitos		
2	Elio Gaspari: O toma lá dá cá de Bolsonaro entregou o FNDE ao centrão		
3	Nelson de Sá: EUA 'barram' brasileiros 'para proteger o povo americano'		
4	Ricardo Araújo Pereira: Quem imuniza cacho de uvas entende a humilhação que ciência nos infligiu		
5	Janio de Freitas: Gana de Bolsonaro armar 'todo mundo' vem da sua		

"Britain first" é o slogan de um grupo de extrema-direita, de inspiração nazista. Embora ele próprio seja marginal, essa ideia "patrioteira" de "Britain first" é, no fundo, a pregação dos partidários do Brexit (Britain+Exit ou saída do Reino Unido da Europa), até agora ligeiramente majoritários, de acordo com as mais recentes pesquisas para o plebiscito do dia 23.

Aí chegamos ao atentado contra Jo Cox, conforme se lê no "Guardian", em texto de Jonathan Freedland:

"Nós não sabemos ainda o que estava na cabeça do homem que matou Jo Cox. As informações mais recentes sugerem que o suspeito no caso tem vínculos com um grupo neonazista dos Estados Unidos. Mas, mesmo que não possamos estabelecer uma causa específica no debate político nacional e proclamar essa morte como seu efeito direto podemos dizer isto: se você injeta veneno suficiente na corrente sanguínea política, eventualmente alguém acaba ficando doente".

Reforça, no outro lado do espectro político, coluna na revista conservadora "The Spectator": "Quando você apresenta a política como uma questão de vida ou morte, como uma questão de sobrevivência nacional, não se surpreenda se alguém levar à prática a sua palavra. Você não os leva a fazê-lo, mas você não faz muito para evitá-lo".

Nunca é demais lembrar que os defensores originais do Brexit foram os líderes do Ukip (Partido pela Independência do Reino Unido), de extrema-direita, xenófobos e sempre prontos a gritar "Britain first".

Ou seja, injetam há tempos o veneno que acabou impregnando a mente do assassino de Jo Cox.

Nunca é demais lembrar que os defensores originais do Brexit foram os líderes do Ukip (Partido pela Independência do Reino Unido), de extrema-direita, xenófobos e sempre prontos a gritar "Britain first".

Ou seja, injetam há tempos o veneno que acabou impregnando a mente do assassino de Jo Cox.

Se fosse só no Reino Unido, já seria terrível, pelo imenso acervo cultural e civilizatório do país. Mas é preciso levar na devida conta que o [discurso sobre política externa](#) de Donald Trump, virtual candidato republicano à Presidência dos Estados Unidos, tinha como mote exatamente "America first".

Some-se a esse slogan de forte eco nazistóide a pregação de Trump contra os imigrantes, em especial os mexicanos e os muçulmanos, e se está incubando o ovo da serpente. ★ ★ ★

Anexo 4 - Brexit, o fim do mundo (Demétrio Magnoli)

colunistas

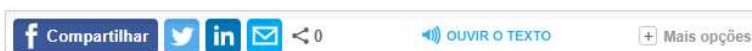
demétrio magnoli



Doutor em geografia humana, é especialista em política internacional. Escreveu, entre outros, 'Gota de Sangue - História do Pensamento Racial' e 'O Leviatã Desafiado'. Escreve aos sábados.

Brexit, o fim do mundo

18/06/2016 @ 02h00



A imagem de uma multidão de refugiados caminhando pela estrada, sob o slogan "Ponto de ruptura" –eis a mais recente peça publicitária de Nigel Farage, líder do ultranacionalista Ukip, em campanha contra a permanência britânica na União Europeia (UE). Tudo ainda pode mudar, graças a uma onda de participação de eleitores jovens e ao genuíno engajamento do Partido Trabalhista na reta final da campanha. Contudo, faltando dias para o referendo, a média das sondagens indica vantagem para a proposta de ruptura. O Brexit (Britain exit, saída britânica) não significaria o fim do mundo –mas seria, em diversos sentidos, o fim do mundo que conhecemos.

Edição impressa

EM COLUNISTAS

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Drauzio Varella: Brasil pode assumir a humilhante liderança mundial em óbitos		
2	Elio Gaspari: O toma lá dá cá de Bolsonaro entregou o FNDE ao centrão		
3	Nelson de Sá: EUA 'barram' brasileiros 'para proteger o povo americano'		
4	Ricardo Araújo Pereira: Quem imuniza		

"Nós, poucos; nós, felizes poucos": a mítica exortação de Henrique 5º a seus soldados, na versão de Shakespeare, ganharia um sentido desafortunado. O Brexit significaria o fim do Reino Unido, pois deflagraria um novo plebiscito na Escócia, com triunfo assegurado do separatismo. Os escoceses renunciariam ao Tratado de União de 1706 para permanecer na Europa, redefinindo sua identidade nacional. Longe da Europa, o Reino Desunido –"esta pedra preciosa depositada no mar prateado", "este pequeno mundo"– estaria condenado a declinar sob o cetro de uma triunfante direita nativista constituída pela soma do Ukip com os detritos xenófobos do Partido Conservador.

"O voto pela saída abalaria a União", estimulando "um nacionalismo que opõe os Estados europeus uns aos outros", alertou o ministro do Exterior alemão Frank-Walter Steinmeier. A UE é menos um fruto de Stalin, uma resposta à ameaça soviética da Guerra Fria, que um fruto de Hitler: a alternativa liberal aos nacionalismos descontrolados que reduziram a civilização europeia a uma pilha de ruínas. O Brexit não significaria necessariamente a implosão da UE, mas irrigaria um solo contaminado.

De Farage a Le Pen, na outra margem do Canal da Mancha, espalhando-se pelo AfD, na Alemanha, o FPÖ, na Áustria, o SVP, na Suíça, o DPP, na Dinamarca, e o Jobbik, na Hungria, florescem partidos ultranacionalistas inspirados pela "política do sangue". No interior da Europa aberta, supranacional, inventada no pós-guerra, emerge a sombra da "Europa de Putin": uma coleção de nações ciosas de suas soberanias, fechadas nos seus casulos de fronteiras, hipnotizadas pelo romance de suas culturas ancestrais. Atrás da visível decomposição do tecido geopolítico da UE, processa-se uma erosão de valores –ou, precisamente, uma regressão agônica rumo ao porto de outra época, que parecia enterrada.

Brexit, hoje; Donald Trump amanhã? A peça publicitária do Ukip funcionaria perfeitamente como estandarte da campanha de Trump, com a mera substituição dos refugiados sírios pelos imigrantes mexicanos. O nativismo circula dos dois lados do Atlântico, como um sintoma da crise geral das democracias ocidentais. Na invocação histórica do "perigo estrangeiro", muçulmano ou hispânico, encontra-se a lógica de uma gramática política que desafia o contrato de direitos e liberdades concluído na sequência das sangrentas catástrofes do século 20.

As fontes superficiais da crise das democracias podem ser identificadas na depressão econômica precipitada pelo crash de 2008, mas suas raízes são bem anteriores. As tendências conexas da crescente desigualdade de renda e estagnação dos salários reais desenvolvem-se há um quarto de século, movidas tanto pela revolução tecnológica quanto pelo ingresso da China no palco da globalização. Numa dinâmica não linear, pontuada por injeções anabolizantes de crédito e dívida pública, as classes médias experimentam contração de longo prazo.

"Please, don't go!", apelou em manchete o semanário alemão Der Spiegel, numa edição especial sobre o Brexit. Os britânicos ainda podem evitar o desastroso desenlace, oferecendo uma segunda chance ao mundo que conhecemos. ★ ★ ★

OUVIR O TEXTO
+ Mais opções

Facebook
Enviar por e-mail

temas relacionados

Anexo 5 - Com grande risco de errar, apostaria que Reino Unido fica na UE (Leandro Colon)

colunistas

leandro colon



É diretor da Sucursal de Brasília. Foi correspondente na Europa, baseado em Londres, de 2013 a 2015. É vencedor de dois Prêmios Esso e de um Prêmio Folha de Jornalismo. Escreve às segundas.

Com grande risco de errar, apostaria que Reino Unido fica na UE

21/06/2016 © 09h04 - Atualizado às 10h54

OUVIR O TEXTO
+ Mais opções

Facebook
Enviar por e-mail
Copiar url curta
Imprimir
Comunicar erros
Maior | Menor
RSS

A 48 horas da votação, um palpite sobre o plebiscito de separação do Reino Unido da União Europeia é puro chute: teria hoje, em média, 50% de acerto ou 50% de erro.

As últimas pesquisas apontam para o crescimento da campanha de rompimento, mas o placar estaria apertado, de empate técnico. O comentarista eleitoral Lynton Crosby, um dos mais respeitados no país, disse ao "Telegraph" na noite de segunda (20) que o resultado, no momento, é "incerto".

leia também

Plebiscito britânico sobre UE vai expor duelo de gerações

EM COLUNISTAS			
+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Painel: Com inquéritos-chave, Moraes e Celso de Mello viram inimigos pessoais para Bolsonaro		
2	Drauzio Varella: Brasil pode assumir a humilhante liderança mundial em óbitos		
3	Elio Gaspari: O toma lá dá cá de Bolsonaro entregou o FNDE ao centrão		

Fatores da campanha e de episódios recentes no país me levariam a apostar (a chutar, na verdade) que a maioria dos britânicos vai optar na quinta-feira (23) pela permanência no bloco europeu.

Arriscaria as fichas na tendência de grande parte dos indecisos (em torno de 10%) optar na última hora por um voto mais conservador, sob o temor do risco para a economia (como mostra [reportagem de Fernanda Odilla](#), de Londres, nesta terça (21) na **Folha**), em meio a um desemprego atual de apenas 5,4% e uma inflação de 0,5%, além da incerteza no campo político diante da saída do bloco e do prazo estimado de dois anos para que a decisão seja totalmente implementada.

Soma-se a isso o fato de que já haveria entre os chamados "votos definidos" uma ligeira vantagem a favor da aliança com a UE.

Gareth Fuller/AFP



Comportamento eleitoral semelhante ocorreu na votação de 18 de setembro de 2014, quando a Escócia decidiu permanecer no Reino Unido.

Obviamente o contexto e os efeitos de uma separação do bloco europeu são muito mais complexos do que a separação escocesa, mas a comparação é pertinente.

As pesquisas em 2014 mostravam um placar apertado nas semanas que antecederam aquela consulta. O instituto "YouGov", um dos mais tradicionais do país, apontava na véspera 52% de votos pelo "não" (contra a separação) e 48% pelo "sim" - sem considerar os indecisos, em 6%.

Na noite anterior, as ruas da fria e belíssima capital Edimburgo confessavam cada vez mais o medo do que estaria por vir numa eventual ruptura com Londres.

O medo então venceu. A campanha do "não" deslançou e o placar foi de 55% a 45% contra a independência escocesa.

É fato também que o clima de comoção com o assassinato na semana passada da deputada trabalhista Jo Cox, ativista pró-UE e pró-imigração, tem revelado força para ao menos neutralizar a campanha pela separação.

Restaria aos simpatizantes do "Brexit" (expressão para a saída do bloco) torcer para uma presença em peso dos eleitores mais velhos, sobretudo dos acima de 55 anos, em sua maioria a favor do rompimento.







Não é pouca coisa. Como o voto não é obrigatório, uma taxa alta de abstenção dos jovens, que se mostram menos interessados no plebiscito, pode

Não é pouca coisa. Como o voto não é obrigatório, uma taxa alta de abstenção dos jovens, que se mostram menos interessados no plebiscito, pode influenciar no resultado.

Até quinta-feira, o debate vai se acirrar. Em artigo publicado na noite passada no site do "The Guardian" (jornal declaradamente contra a separação), o megainvestidor George Soros faz um alerta sobre os riscos para a economia britânica em caso de ruptura com o bloco.

Para ele, a poderosa libra esterlina corre sério risco de se desvalorizar de 15% a 20%. "Isso teria também um imediato e dramático impacto sobre mercados financeiros, investimentos, preços e empregos", diz Soros.

Matthew Elliott, que comanda a campanha contra a permanência na UE, acusou Soros de jogar a favor do bloco europeu, a quem acusa de causar prejuízo econômico aos britânicos. ★ ★ ★

 Compartilhar
 


 0
  OUVIR O TEXTO
  Mais opções

temas relacionados

Anexo 6 - O projétil europeu (João Pereira Coutinho)

colunistas

joão pereira coutinho



Escritor português, é doutor em ciência política. Escreve às terças e às sextas.

O projétil europeu

21/06/2016 @ 02h00

 Compartilhar
 


 0
  OUVIR O TEXTO
  Mais opções

E agora? O Reino Unido sai ou fica na União Europeia? Aviso já: não confio em pesquisas. Muito menos inglesas. Basta recordar as últimas eleições gerais: David Cameron estava morto e enterrado. Na hora da contagem, Cameron vencia com estrondo.

Não confio em pesquisas inglesas, repito. Mas espero, de alma e coração, que Londres abandone o bloco. Heresia?

Provavelmente: lemos a cobertura midiática sobre o plebiscito da próxima quinta-feira e a telenovela é uniforme: a "pérfida Albion" não quer imigrantes, não quer refugiados –e só pensa, ó criminosa!, em abandonar o "projeto

leia também

Na frente do nariz

Loucos, extraterrestres & facínoras

Almoçando no Marxim

Edição impressa

EM COLUNISTAS

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Drauzio Varella: Brasil pode assumir a humilhante liderança mundial em óbitos		

quinta-feira e a telenovela é uniforme: a "pérfida Albion" não quer imigrantes, não quer refugiados – e só pensa, ó criminosa!, em abandonar o "projeto europeu" que garantiu meio século de paz na Europa (a presença americana no continente, com seus mísseis apontados a Moscou, nunca é referida, para não estragar o filme).

Além disso, com a crise da zona do euro longe da resolução, Londres não deseja contribuir para pacotes de resgate que, além de ilegais, não têm tido grande sucesso.

Entendo a histeria. Mas, se me permitem advogar pelo diabo, será que um país supostamente livre e independente tem o direito de decidir a sua política econômica? Mais ainda: será que um país soberano pode escolher, democraticamente, a sua política de imigração e acolhimento?

As perguntas não são retóricas. São fundamentais para entender os defensores do "Brexit". E um bom exemplo é o eurodeputado Daniel Hannan, que escreveu o seu "Why Vote Leave" com uma racionalidade que eu não vejo nos defensores amedrontados da permanência.

Para Daniel Hannan, o plebiscito reflete, acima de tudo, o desconforto de uma parte do Reino Unido com a "supremacia legal" da União Europeia. Devem os países do bloco ser governados "de facto" por uma Comissão Europeia que ninguém elegeu – ou esse papel cabe aos parlamentos dos diferentes estados?

Esta pergunta, que pode parecer bizarra a almas pouco democráticas, é inseparável da própria história inglesa. Em especial, da sua tradição de liberdades que sempre se fez contra a autoridade ilimitada do soberano.

Como lembra Daniel Hannan (e bem), quando o baronato medieval se reuniu em Runnymede, em 1215, para assinar a Magna Carta, o que estava em causa não era apenas garantir direitos e privilégios para a nobreza nativa. Era também afirmar que o rei John não estava acima da "rule of law" em matérias que lidam com a vida, a liberdade e a propriedade dos "homens livres" do reino.

E se é verdade que o parlamento, nos séculos seguintes, foi sobretudo um órgão de consulta e ratificação das decisões reais (como, ironicamente, é hoje o parlamento europeu face à hiperatividade legislativa dos comissários), a partir do século 17 a fonte da autoridade legal passou a estar incontestavelmente em Westminster. Essa autoridade nasceu, convém lembrar, com Revolução Gloriosa de 1688 que não hesitou em depor a "tirania católica" de James 2º.

Os ingleses que defendem o "Brexit" nunca se opuseram a um mercado comum. O que eles não toleram, porque nunca toleraram, é a existência de um poder exterior que suplanta e marginaliza o papel secular do parlamento.

"Os pais fundadores da União Europeia", escreve Hannan em observação certa, "tinham uma experiência ambígua com a democracia – especialmente com as variantes populista e plebiscitária que se multiplicaram entre as guerras." E conclui: "Demasiada democracia estava associada, nas suas mentes, a demagogia e fascismo".

Escusado será dizer que essa não foi a experiência inglesa do século 20. A Alemanha e a França deveriam recordar que foi a plena democracia inglesa que ajudou a derrotar a primeira e a salvar a segunda.

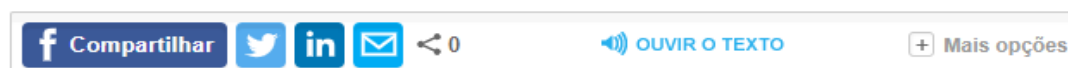
Os pais fundadores da União Europeia", escreve Hainman em observação certa, "tinham uma experiência ambígua com a democracia – especialmente com as variantes populista e plebiscitária que se multiplicaram entre as guerras." E conclui: "Demasiada democracia estava associada, nas suas mentes, a demagogia e fascismo".

Escusado será dizer que essa não foi a experiência inglesa do século 20. A Alemanha e a França deveriam recordar que foi a plena democracia inglesa que ajudou a derrotar a primeira e a salvar a segunda.

É também por isso que espero pela saída do Reino Unido. A utopia federal que a União Europeia persegue é clara, e creio que irreversível. E essa utopia implica a rendição das soberanias nacionais a um único poder burocrático, centralizado – e incontrolado.

Fatalmente, esse processo poderá despertar, como sempre despertou no passado, o exato tipo de nacionalismos venenosos que os "pais fundadores" procuraram suplantar.

Se isso acontecer, será importante que a "pérfida Albion" esteja ao longe, na sua ilha. Porque, aqui entre nós, a Inglaterra sempre foi decisiva para salvar os europeus deles próprios. ★ ★ ★



temas relacionados

Anexo 7 - 'Brexit' mostra limites de um mundo 'pós-internacional' (Marcos Troyjo)

marcos troyjo



Economista, diplomata e cientista social, dirige o BRICLab da Universidade Columbia em NY, onde é professor-adjunto de relações internacionais e políticas públicas. Escreve às quartas.

'Brexit' mostra limites de um mundo 'pós-internacional'

22/06/2016 © 02h00



Os britânicos [respondem nesta quinta-feira \(23\)](#) se pretendem permanecer na União Europeia (UE) ou ela deixar. Qualquer que seja o resultado, toda a acirrada dinâmica do referendo evidência as fissuras hoje presentes em praticamente todos os processos de integração regional ao redor do mundo.

No início dos anos 1990, a integração era um dos vetores dominantes de uma "Globalização Profunda". Ao lado de cânones ocidentais — como a prevalência da economia de mercado e a democracia representativa —, a integração sinalizava um mundo "pós-internacional". É dizer, a relação entre estados-nação poderia deixar de ser necessariamente a geometria dominante dos fluxos de poder e prosperidade globais.

mt2792@columbia.edu

EM COLUNISTAS

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Bruno Boghossian: Bolsonaro desmoralizou a Polícia Federal em tempo recorde		
2	Mônica Bergamo: Major Olímpio diz que Bolsonaro quis defender 'filho bandido' e anuncia que não disputará reeleição		
3	Cláudia Collucci: Ao esconder os mortos da Covid-19, governo Bolsonaro reforça discurso negacionista		
4	Mônica Bergamo: Receita médica de David Uip foi vazada por gerente de farmácia		
5	Painel: Contrato de mulher de Witzel com empresa investigada é de R\$ 540 mil		

O cientista político Samuel Huntington, argumentava, a propósito, que o jogo do poder e da riqueza mundial já contara com uma fase "pré-internacional".

Em suas conhecidas formulações sobre o "Choque entre Civilizações", Huntington relembra que os conflitos —a contar dos Grandes Descobrimentos e do Renascimento— travavam-se entre príncipes e apenas com a chamada Paz de Vestfália, em 1648, surgiram as condições para o estabelecimento de um sistema europeu de Estados-nação.

Aliás, Huntington também apostava num futuro "pós-internacional". Entendia que o Estado-nação perderia espaço para as "civilizações" no protagonismo da cena global.

Numa perspectiva mais institucionalista dos que analisam as megatendências mundiais, o Estado-nação também tenderia a perder sua predominância na expressão de povos e regiões. E a Globalização Profunda da década de noventa mostrou isso na Europa, mas também em muitas outros quadrantes.

É do início dos 1990 o Tratado de Maastricht na Europa. Também o Tratado de Assunção que conforma o Mercosul e o Nafta (sigla em inglês para Área de Livre Comércio da América do Norte). E muitos desses movimentos apontaram para uma ambição que vai além da simples liberalização comercial ou da constituição de uniões aduaneiras.

O atual passaporte brasileiro é um bom exemplo. Abaixo do brasão da República, a inscrição "República Federativa do Brasil". Acima dele, Mercosul. Ou seja, uma realidade que projeta também uma ideia de integração jurídica e política.

Se muitos brasileiros já reclamam das "mão atadas" ao negociar acordos comerciais internacionais (que em princípio devem ser negociados utilizando-se a plataforma comum do Mercosul), o que dizer então dos britânicos, de memória imperial e predileção por uma gestão anglo-americana dos assuntos mundiais?

Quando rolarem os dados que definirão a sorte do Brexit, além do descontentamento com a burocracia de Bruxelas e a suposta perda de soberania britânica, os "saidistas" também terão em mente o problema da imigração maciça à Europa resultante de tragédias humanitárias na África e na Síria e uma tendência, nesse mundo de baixo crescimento, a abraçar práticas de protecionismo comercial e de menores correntes de investimento.

É isso o que mostram dois estudos lançados nesta semana —o [Relatório sobre Investimento Global](#) realizado pela UNCTAD e também um [relatório](#) sobre como as economias do G20 têm exponencialmente adotado medidas restritivas ao livre comércio.

Este mundo que insiste em se definir prioritariamente pelo Estado-nação foi reforçado com a crise de 2008. E hoje, além do crucial voto britânico, todos acompanham com preocupação [as eleições de novembro nos EUA](#) e as que se realizarão na França e na Alemanha no ano que vem —todas com a tentação sombria do isolamento.

O corolário de muitos desses movimentos de reafirmação nacional vai além da simples reação à integração regional. No limite, é prova, mesmo no âmbito das grandes potências, de um grande desconforto com a globalização. ★ ★ ★

Anexo 8 - Brexit (Antonio Delfim Netto)

antonio delfim netto



Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal. Professor catedrático na Universidade de São Paulo. Escreve às quartas-feiras.

Brexit

22/06/2016 © 02h00

Compartilhar

 OUVIR O TEXTO
 Mais opções

Por definição, uma "crença" é uma proposição aceita como verdadeira, mas com base em evidências inconclusivas. Deveria ser claro que o que acreditamos baseados no nosso sentimento e emoção não é, necessariamente, o que deveríamos acreditar com fundamento nas evidências. É por isso que se recomenda um ceticismo cauteloso. Não resistimos às "crenças" apenas porque podem não ser verdadeiras, mas para vê-las enfrentar a evidência factual. Todo conhecimento começa com a hipótese de que a proposição é falsa até que se encontre uma demonstração convincente.

A teoria da "dissonância cognitiva" de Festinger sugere que, quando uma "crença" submetida a uma experiência crítica é desmentida, os seus seguidores se dividem. Uns a abandonam. Outros reinterpretem as evidências para continuar a cultivar a sua "crença". Por exemplo, o "socialismo" anunciado por Lênin, em 1917, que deveria levar a sociedade com plena

anunciado por Lênin, em 1917, que deveria levar a sociedade com plena liberdade individual, com a mais completa igualdade e com o aumento da eficiência produtiva, revelou-se o oposto de tudo isso, conforme denunciado por Khrushchev em 25/2/1956. Um bom número de pessoas abandonou a sua "crença" no socialismo "real", mas uma minoria continua reinterpremando as evidências para poder cultivar a sua "crença" no socialismo "ideal", como vemos todos os dias na generosa esquerda infantil que vive entre nós.

Há momentos cruciais em que as consequências das decisões da sociedade são de tal magnitude que é preciso consultá-la diretamente, por um plebiscito, por exemplo, que revelará a "crença" majoritária. A posição de cada um depende da qualidade da sua informação e do que espera no futuro, que é sempre "aberto" e rigorosamente opaco. Não há garantia de que a decisão majoritária de hoje seja a melhor quando o futuro for presente.

Nesta quinta (23) [o Reino Unido decidirá se sai \(o Brexit\) ou fica na União Europeia](#), que acumula graves problemas de administração política e singular deficit democrático. Há uma trágica divisão da sociedade inglesa revelada por pesquisas específicas. Entre os mais informados que veem mais longe ([cientistas](#), [sociólogos](#), [economistas](#), etc.) a permanência tem mais do que 2/3 dos votos. Na população em geral, na qual a miopia curto-prazista é amplamente majoritária, há, até hoje, uma indecisão. Na minha opinião, o Brexit no longo prazo tem toda a probabilidade de ser uma má solução para o próprio Reino Unido e toda a probabilidade de disparar novos separatismos nele e em outros países que serão prejudiciais à construção de uma ordem mundial pacífica.

O "juízo final" será, entretanto, dado pela história. Como já sabemos ele, em geral, só chega quando é tarde demais para o arrependimento...

ideias.consult@uol.com.br

Edição impressa

EM COLUNISTAS

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Bruno Boghossian: Bolsonaro desmoralizou a Polícia Federal em tempo recorde		
2	Mônica Bergamo: Major Olímpio diz que Bolsonaro quis defender 'filho bandido' e anuncia que não disputará reeleição		
3	Cláudia Collucci: Ao esconder os mortos da Covid-19, governo Bolsonaro reforça discurso negacionista		
4	Mônica Bergamo: Receita médica de David Uip foi vazada por gerente de farmácia		
Painel: Contrato de mulher de Witzel			

Anexo 9 - Abandonar União Europeia não é solução (Marcos Degaut)







opinião

TENDÊNCIAS/DEBATES

MARCOS DEGAUT

Abandonar União Europeia não é solução

23/06/2016 @ 02h00

 **Compartilhar**    < 0  **OUVIR O TEXTO**  **Mais opções**

A possibilidade de o Reino Unido sair da União Europeia, assunto de um plebiscito a ser realizado nesta quinta (23), acirrou tensões e rivalidades políticas, alarmou agentes econômicos e suscitou debates sobre os motivos do claudicante desempenho econômico das ilhas britânicas.

Liderado pelo Partido da Independência, o Brexit - fusão das palavras Britain e exit (saída)- conta ainda com o apoio de alas minoritárias dos partidos Conservador e Trabalhista, além de suporte de quase 50% da população, de acordo com pesquisas de opinião.

A campanha pela saída escora-se em três eixos principais: dinamização do crescimento econômico e reversão do déficit comercial; controle e redução

A campanha pela saída escora-se em três eixos principais: dinamização do crescimento econômico e reversão do déficit comercial; controle e redução dos fluxos imigratórios; retomada do protagonismo político regional e mundial. Entretanto, renunciar à integração não irá equacionar nenhuma dessas questões. Pelo contrário, apresenta o potencial de agravá-las.

Os eurocéticos britânicos acreditam que a União Europeia é uma âncora que atrasa o crescimento do Reino Unido, devido às sucessivas crises financeiras e ao lento crescimento econômico na Eurozona, ao grande déficit comercial com o bloco e às rígidas disposições comerciais, trabalhistas, ambientais e tarifárias impostas pelo bloco a seus membros. De apelo popular, esses argumentos são, todavia, enganosos.

Recente estudo divulgado pelo Centro Europeu para a Reforma, sediado na Inglaterra, estima que o comércio do Reino Unido com os demais membros do grupo seja 55% maior do que seria na ausência de um mercado comum.

O mercado comum europeu emprega três instrumentos para impulsionar o comércio intrabloco: a eliminação de tarifas sobre bens e serviços, a livre circulação de pessoas, bens, serviços e capitais -as chamadas "quatro liberdades"- e a redução maciça dos custos logísticos e operacionais para exportadores.

Ao abdicar do bloco, o Reino Unido perderia essas vantagens e necessitaria renegociar um acordo de livre-comércio com a União Europeia. Engana-se, entretanto, quem pensa que os britânicos, teoricamente com maior autonomia comercial, poderiam ditar os termos dessa negociação, pelo simples fato de o bloco ser muito mais importante para os britânicos do que o contrário.

A União Europeia compra mais de 50% das exportações do Reino Unido, que adquire apenas 10% das exportações do bloco. Da mesma forma, cerca de 50% do superavit da União Europeia com o Reino Unido é concentrado apenas em Alemanha e Holanda.

A maioria dos outros países não apresenta superávits consideráveis com os britânicos ou possui com eles volumes comerciais expressivos. Em outras palavras, o Reino Unido teria de oferecer mais benefícios comerciais do que receberia para concretizar um acordo de livre-comércio com a região.

Em relação à entrada maciça de imigrantes, verifica-se o acirramento das desigualdades e tensões sociais, culturais e religiosas causadas por uma economia incapaz de absorver cerca de 170 mil novos trabalhadores estrangeiros anualmente.

Nada, entretanto, na linha política conduzida pelo primeiro-ministro David Cameron, defensor da permanência no bloco, autoriza antever qualquer mudança na atual legislação migratória. Uma vitória dos defensores do Brexit, porém, reforçaria pressões xenófobas para a restrição de fluxos imigratórios e de direitos dos imigrantes.

Por fim, a desfiliação britânica não resultaria em retomada do protagonismo político regional e mundial. Na prática, Londres abdicou da liderança continental desde o início do processo de integração europeu na década de 1940, conduzido pelo eixo França-Alemanha. Em termos mundiais, o Reino Unido se tornou pouco mais do que um apêndice da política externa norte-americana.








Por fim, a desfiliação britânica não resultaria em retomada do protagonismo político regional e mundial. Na prática, Londres abdicou da liderança continental desde o início do processo de integração europeu na década de 1940, conduzido pelo eixo França-Alemanha. Em termos mundiais, o Reino Unido se tornou pouco mais do que um apêndice da política externa norte-americana.

A ideia de que o Reino Unido, com a saída, exerceria maior influência e se moveria com maior agilidade e autonomia em um sistema político/comercial/financeiro fragmentado e dominado por Estados Unidos, China e pela própria União Europeia é resultado de concepções nacionalistas equivocadas e anacrônicas. Abandonar o bloco não seria uma solução, mas tiro no pé.

MARCOS DEGAUT, 45, cientista político, é doutor em estudos de segurança, professor-adjunto na Universidade da Flórida Central (EUA) e copresidente do Instituto Kalout-Degaut de Política e Estratégia

PARTICIPAÇÃO

Para colaborar, basta enviar e-mail para debates@grupofolha.com.br. ★ ★ ★

 Compartilhar
 


 0
  OUVIR O TEXTO
  Mais opções

temas relacionados

[brexit](#) [david cameron](#)

Anexo 10 - Votar com o coração ou o bolso (Clóvis Rossi)

clóvis rossi



É repórter especial. Ganhou prêmios Maria Moors Cabot (EUA) e da Fundación por un Nuevo Periodismo Iberoamericano. Escreve às quintas e aos domingos.

Votar com o coração ou o bolso



Taxista de Londres segura adesivo da campanha para que o Reino Unido deixe a União Europeia

 crossi@uol.com.br

leia também

Incubando o ovo da serpente

Edição impressa

EM COLUNISTAS

+ LIDAS	+ COMENTADAS	+ ENVIADAS	ÚLTIMAS
1	Bruno Boghossian: Bolsonaro desmoralizou a Polícia Federal em tempo recorde		
2	Mônica Bergamo: Major Olímpio diz que Bolsonaro quis defender 'filho bandido' e anuncia que não disputará reeleição		
3	Cláudia Collucci: Ao esconder os mortos da Covid-19, governo Bolsonaro reforça discurso negacionista		

Só mesmo recorrendo a uma velhíssima piada para explicar a resistência dos adeptos do **Brexit** (a saída do Reino Unido da União Europeia) à catarata de previsões apocalípticas sobre as consequências da saída.

É aquela história do inglês, que, vendo a intensa névoa que cobre o Canal da Mancha, comenta: "O continente está isolado".

É típico do adorável humor britânico, mas também revelador do estado d'alma de uma parte importante dos súditos da rainha: para eles, uma coisa é a Europa, outra são as ilhas britânicas. Não se misturam.

Se, de todo modo, ganhar o não ao divórcio com a Europa, será pela carteira, jamais pelo sentimento. Afinal, até o geralmente sóbrio Fundo Monetário Internacional acaba de divulgar estudo em que afirma que deixar a União Europeia afetaria o padrão de vida dos britânicos, aticaria a inflação e **faria evaporar 5,5% da riqueza nacional**.

Se, no Brasil, com uma queda menor (3,8% no ano passado), houve toda a fúria contra o governo então no trono, era de se supor que um desastre tão formidável no Reino Unido tornaria inexorável votar contra o Brexit.

Mas essas questões econômicas não são o elemento principal a mover o eleitor. "Não creio que o grosso da população entenda bem os cálculos que se apresentam pró e contra a saída do Reino Unido da União Europeia", **disse à Folha John Carlin**, excelente jornalista e escritor.

Reforça Phoebe Arnold, diretora da campanha sobre o referendo na empresa de conferência independente de dados Full Fact:

“... ..”

"Os mesmos dados [econômicos] podem servir a um ou ao outro lado. No fim das contas, os votantes decidirão com o coração."

E o coração dos britânicos é britânico, não europeu: só 15% dos britânicos, na média, se identificam como europeus. Os demais são, antes de mais nada, ou ingleses ou escoceses ou irlandeses ou galeses, as quatro tribos que convivem no território do Reino Unido.

Para John Carlin, essas identidades nacionais açularam um "populismo xenófobo, que resultou ser a arma mais eficaz para convencer os eleitores a votar pela saída da UE".

O curioso é que essa xenofobia não é abrangente. Às vezes, caminhar por Londres dá a sensação de que se veem mais turbantes dos sikhs do que na Índia. Não é verdade, claro, mas indica que eles não se sentem constrangidos na multicultural capital britânica.

Da mesma forma, há uma área de Londres, saindo do Marble Arch, um dos monumentos centrais, em que há tanta gente fumando narguilé que o apelido da região é "Londonistan".

Suspeito não ser exagerado dizer que o populismo xenófobo dirige-se muito mais aos novos imigrantes, [em especial do Leste Europeu](#), do que aos imigrantes em geral.

Confirma essa sensação empírica uma frase ao jornal "El País" do taxista aposentado Masum Gora, que emigrou da Índia faz 60 anos: "Os imigrantes contribuímos com este país, mas agora há demasiados poloneses, romenos, húngaros".

Hoje se saberá se a maioria dos britânicos concorda com ele e resolverá pôr mais do que névoa para isolar o continente. ★ ★ ★

Anexo 11 – Circulação de alguns jornais diários no Brasil – 2016 (11 meses)

circulação de alguns jornais diários no Brasil - 2016 (11 meses)												
veículo	média de exemplares (auditada pelo IVC)						evolução - janeiro a novembro - 2016					
	jan.16			nov.16			jan.16 a nov.16. (em %)			jan.16 a nov.16 (números absolutos)		
	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total	impr.	digital	total
Folha (SP)	169.357	139.239	308.596	148.730	167.353	316.083	-12,2%	20,2%	2,4%	-20.627	28.114	7.487
Globo (RJ)	174.623	117.044	291.667	159.654	148.730	308.384	-8,6%	27,1%	5,7%	-14.969	31.686	16.717
Super Notícia (MG)	224.275	50.332	274.607	202.683	47.379	250.062	-9,6%	-5,9%	-8,9%	-21.592	-2.953	-24.545
Estado (SP)	139.184	68.066	207.250	131.537	84.189	215.726	-5,5%	23,7%	4,1%	-7.647	16.123	8.476
Zero Hora (RS)	145.377	47.111	192.488	120.270	71.734	192.004	-17,3%	52,3%	-0,3%	-25.107	24.623	-484
Estado de Minas (MG)	46.065	45.925	91.990	31.401	33.827	65.228	-31,8%	-26,3%	-29,1%	-14.664	-12.098	-26.762
Correio Braziliense (DF)	34.735	18.386	53.121	32.075	15.260	47.335	-7,7%	-17,0%	-10,9%	-2.660	-3.126	-5.786
Valor Econômico (SP)	38.140	22.265	60.405	34.440	24.701	59.141	-9,7%	10,9%	-2,1%	-3.700	2.436	-1.264
Gazeta do Povo (PR)	33.158	6.591	39.749	26.210	12.052	38.262	-21,0%	82,9%	-3,7%	-6.948	5.461	-1.487
A Tarde (BA)	24.518	13.569	38.087	20.340	14.268	34.608	-17,0%	5,2%	-9,1%	-4.178	699	-3.479
O Povo (CE)	17.299	n.d.	17.299	15.459	-	15.459	-10,6%		-10,6%	-1.840		-1.840

Fonte: dados oficiais do IVC (Instituto Verificador de Circulação). Jornais: tiragem média diária. Elaboração: Poder360/Drive

a circulação total dos principais jornais teve alguma melhora na plataforma digital em 2016